

Princípios

Revista teórica, política e de informação

OUT / 1984 Cr\$ 4.000,00



**O MILITARISMO — UM MAL QUE
SE PRECISA REMOVER**

**ALBÂNIA —
40 ANOS DE
SOCIALISMO**

**O REALISMO
SOCIALISTA —
ESTILO
REVOLUCIONÁRIO
DA LITERATURA
E DAS ARTES**

9

EDITORA ANITA GARIBALDI

ÍNDICE

A Visão Limitada	1
Militarismo — Um Mal que se Precisa Remover <i>João Amazonas</i>	2
Reforma Urbana — Uma Necessidade Atual <i>Mesa Redonda</i>	8
Problemas da Construção do Socialismo no Campo <i>J. Stálin</i>	16
Albânia — 40 Anos de Socialismo <i>José Reinaldo Carvalho</i>	20
O Intelectualismo Pequeno-Burguês — uma Tendência Reformista <i>Nilton Tornero</i>	24
Aspectos Econômicos e Sociais da Cultura do Café na Bahia <i>José Valdo de Oliveira</i>	30
Teses Sobre a Questão dos Negros	34
O Realismo Socialista — Estilo Revolucionário da Literatura e das Artes <i>Máximo Gorki</i>	36
Ecos da Revolução de Outubro <i>V.I. Lênin</i>	41
Ode à Revolução <i>V. Mayakowski</i>	44

Capa: Kate Kollwitz
“VOLUNTÁRIOS”

O MILITARISMO — UM MAL QUE SE PRECISA REMOVER

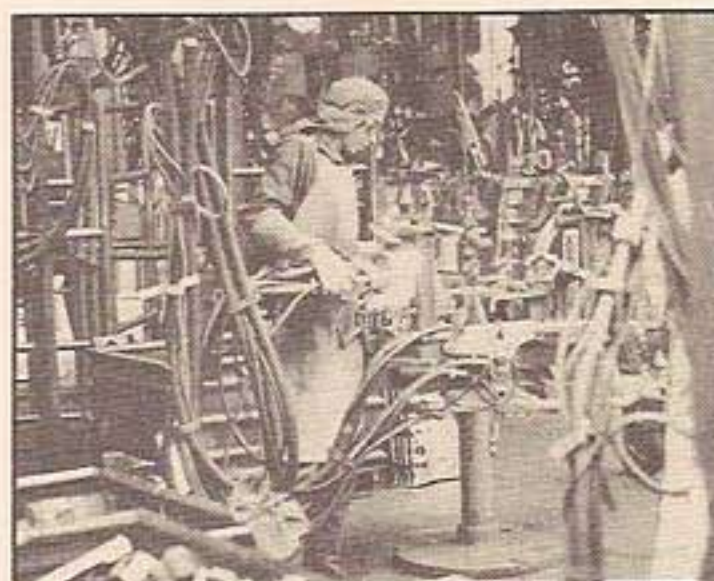
Neste artigo, João Amazonas analisa o militarismo como fenômeno vinculado com a tendência ao domínio e à negação das liberdades engendrada pelo capitalismo em sua fase monopolista.

O autor evidencia com dados históricos a interferência abusiva dos militares na vida republicana do Brasil, notadamente últimos 20 anos. Conclui demonstrando que a extirpação do militarismo deverá ser uma conquista do povo brasileiro, indissociável dos demais avanços democráticos e da vitória da liberdade política plena.



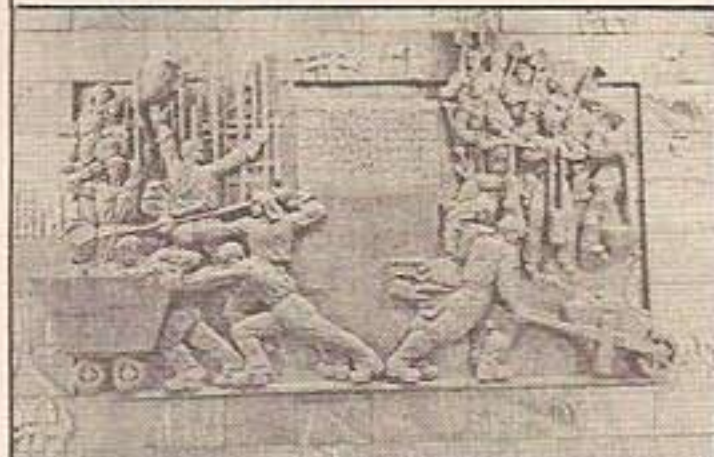
ALBÂNIA — 40 ANOS DE SOCIALISMO

Artigo dedicado ao 40º aniversário do triunfo da revolução popular na Albânia, fato transcendental na história do povo albanês, ocorrido a 29 de novembro de 1944. Nele, o autor mostra a dimensão histórica e política da revolução albanesa e da experiência da construção do socialismo naquele pequeno país balcânico. Como características marcantes são destacados aspectos tais como o entrelaçamento das duas etapas da revolução, o desenvolvimento da luta de classes no socialismo, o papel do estado da ditadura do proletariado e a aplicação da lei econômica fundamental do socialismo.



O INTELECTUALISMO PEQUENO-BURGUÊS — UMA TENDÊNCIA REFORMISTA

O autor, professor universitário e colaborador de PRINCÍPIOS, discute o papel dos setores da tecnocracia e da intelectualidade pequeno-burguesa, cooptados pelas classes dominantes. De particular interesse é a rica argumentação contra os “marxistas de cátedra” para os quais a ciência do proletariado é, não uma bússola para guiá-lo na luta de classes, mas uma mera corrente de pensamento filosófico e econômico, como tantas outras.



O REALISMO SOCIALISTA — ESTILO REVOLUCIONÁRIO DA LITERATURA E DAS ARTES.

Este texto é parte do histórico discurso pronunciado pelo grande escritor e militante comunista Máximo Gorki no 1º Congresso dos Escritores da URSS, em 1934. Aqui Gorki sistematiza os princípios gerais do realismo socialista e critica a passividade e a impotência da arte burguesa e pequeno-burguesa.

A revista *Princípios* é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda — Av. Brigadeiro Luís Antônio, 317, 4º andar, sala 43 — São Paulo — SP — CEP 01317 — Telefone 34-0689. Jornalista Responsável: João Amazonas — Reg. Profissional n.º 1.258 — Fls. 196 — livro 4 — Porto Alegre, em 27/08/1958 — Assinatura (4 números) Cr\$ 16.000,00 — Para o Exterior US\$ 20. Enviar cheque nominal ou Vale Postal para Editora Anita Garibaldi Ltda.

Atendemos pelo Reembolso Postal.

Diagramação, montagem e impressão — PAUTA EDITORA LTDA.

Rua dos Bororós, 51 — Bela Vista — São Paulo — SP — Tel. 279-3646

A VISÃO LIMITADA



Luis Carlos Leite

Praça da Sé, SP, 07/84 — a visão limitada; Goiânia, 09/84 — o povo no curso da história.

Nada mais obtuso do que uma visão estreita em matéria política. O quadro complexo do movimento de forças díspares é reduzido a um pequeno universo moldurado por normas rígidas. O pensamento vivo fenece. A realidade é substituída pela imaginação. Tudo parece igual, os caminhos se nivelam e se transformam em paralelas infinitas. No fundo, a ignorância dos processos políticos que se realizam num prosclênio de mil faces, a simplificação do multiforme, o primarismo das idéias.

Assim procediam os anarquistas, os blanquistas também. Valia para eles unicamente a sua vontade, pouco importava se dissociada da vida. Raciocinavam como nas estórias bíblicas acerca da criação: faça-se a luz, e a luz se fez. Queriam a revolução, só que a revolução não ocorria. Desconheciam o mecanismo intricado da luta de classes, onde os fatores subjetivos vinculam-se necessariamente com os fatores objetivos. Querer é uma grande coisa, mas não é ainda fazer. Fazer exige certo conhecimento, o domínio da experiência acumulada, a percepção do vasto campo de combate em movimento incessante.

Essa estreiteza de visão transparece na ação política dos nossos dias. Há os que defendem uma central sindical única, aspiração da classe operária. O caminho para chegar lá, ao que parece, não tem importância. Reúne-se determinado número de sindicatos, de associações, de grupos diminutos e proclama-se fundada a central única. De fora, ficam quase 2/3 do movimento sindical. A parte é confundida com o todo. Há igualmente os que idealizam a sucessão presidencial. O substituto do general de plantão teria de ser o candidato civil de seus sonhos. Se assim não for, colocam-se à margem, correm atrás da fantasia. Prescindem das condições em que se realiza a substituição no Planalto, ignoram os objetivos possíveis de serem alcançados. Imaginam um curso político próprio para acontecimentos que depen-

dem de variadas circunstâncias. Semelhante atitude favorece os inimigos do povo.

O espírito de seita encobre, muitas vezes, interesses exclusivistas. Aqueles que atuam com tal propósito perseguem, sob o pretexto de preservar métodos democráticos, fins individualíssimos ou de facção. O interesse nacional fica na sombra. A resposta que procuram dar à indagação do momento — terminar ou continuar o regime militar — encerra dubiedade, imprecisão. O sinal de igualdade que põem entre um e outro candidato, o desinteresse pela vitória do nome escolhido nas fileiras da oposição, representam tapumes do personalismo. Cada qual pensa na sua ascensão à presidência, se não já, em futuro próximo. Tenta explorar o sentimento popular em favor das eleições diretas, mesmo sabendo que não se concretizarão. Todos se agitam ante a possibilidade de que seus planos mesquinhos sejam frustrados com o êxito oposicionista. Quem sabe mudaria a perspectiva tão zelosamente acalentada?

Se para os anarquistas e personalistas a estreiteza política significa desejos irreais de efetivação dos seus projetos, para outros setores — trotsquistas, renegados do marxismo — resulta numa postura consciente, contra-revolucionária. O sectarismo leva o proletariado e as massas populares ao isolamento, à derrota. Acenando com bandeiras falsamente radicais, acanhadas, esses setores criam a confusão e dificultam a conquista de posições vantajosas às forças progressistas em luta por transformações de maior envergadura na sociedade.

O curso político independe da vontade de uns poucos. Forma-se objetivamente. Pode-se nele influir, de maneira positiva ou negativa, jamais criá-lo artificialmente. Quem propugna objetivos maiores tem de inserir-se no curso real, e nele atuar com amplitude, levando sempre em conta a correlação de forças existentes, a fim de fixar metas viáveis que aproximam a vitória definitiva da causa do povo.



O MILITARISMO — UM MAL QUE SE PRECISA REMOVER

João Amazonas

Simultaneamente com a mobilização popular que reclama o fim do regime arbitrário e a eleição direta do presidente da República, aprofunda-se a discussão das questões de fundo da sociedade brasileira. É que o Brasil vive um importante momento da sua história, necessita ultrapassar o atraso tanto no plano da estrutura econômica como no da superestrutura política a fim de que o país possa avançar, conseguir sua plena independência e elevar o nível de vida do povo, hoje bem próximo dos 130 milhões de habitantes.

Entre os problemas em debate avulta, pelas particularidades que encerra como elemento retrógrado e de opressão nacional — o militarismo. Trata-se de um dos piores males que atormentam grande parte do mundo contemporâneo, em especial os países dependentes, fracamente desenvolvidos. Esse fenômeno, gerado pelo capitalismo em decomposição, expandiu-se largamente em várias regiões do Globo, após a II Grande Guerra. A América Latina tem sido cenário da interferência abusiva dos militares na vida política, destruindo sistemas democráticos pouco consolidados e impondo violentas e sanguinárias ditaduras. O militarismo transparece nos métodos de gestão e na política liberticida, e também na esfera institucional dando lugar ao surgimento do Estado Militarista.

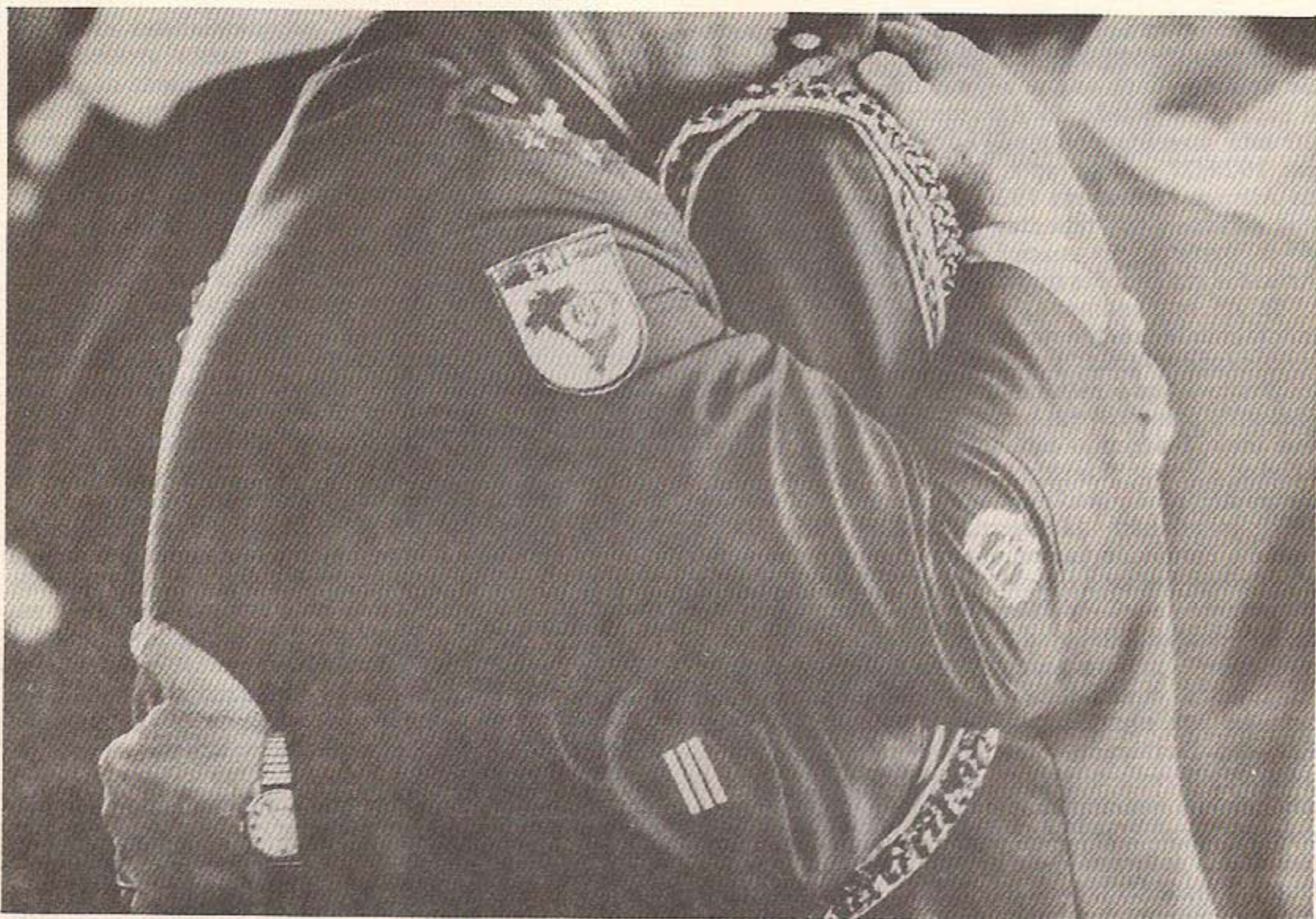
Atualmente encontra-se em bancarrota neste subcontinente. Aliados do governo, os generais, no entanto, procuram manter o sistema antipopular e antinacional que montaram e lhes dá, mesmo fora do poder, possibilidades de controlar a Administração e contrapor-se ao progresso social.

O MILITARISMO NA ATUALIDADE

Entende-se por militarismo a preponderância dos militares na vida política do país, a influência decisiva das concepções castrenses na condução dos negócios públicos, na elaboração das diretrizes governamentais em todos os seus aspectos. As Forças Armadas, baseadas na hierarquia que concede aos oficiais superiores o direito de emitir ordens incontestáveis, tornam-se sensíveis à formação de mentalidade elitista e impositiva que, transplantada ao exercício do poder, conduz ao despotismo.

Conquanto originado da disciplina rígida dos quartéis, o militarismo não deve ser confundido com a força militar propriamente dita. Esta, no regime capitalista, é utilizada pelo Estado em seus conflitos externos e como arma das classes dominantes para esmagar os movimentos econômicos e políticos do proletariado, ao passo que aquele atua no plano político, converte-se em fator prevalecente no governo. As nações desenvolvidas tiveram fases de dominação militar. Bonaparte é um exemplo, donde o bonapartismo, há muito varrido do mapa político europeu. Criando e consolidando instituições relativamente democráticas, a burguesia dos países altamente industrializados exerce o poder através dos partidos políticos, dentro do jogo da democracia capitalista. Aí o militarismo toma outras formas: é um componente da orientação belicista, agressiva do capital monopolista.

Nos países atrasados, que não realizaram ou não completaram a revolução democrático-burguesa e onde as instituições são geralmente débeis, as classes



Orlando Brito

dominantes recorreram e recorrem freqüentemente ao Exército para dirimir disputas no seio das oligarquias e, principalmente, aniquilar as lutas do povo em defesa dos seus direitos. A intervenção em tais disputas é falsamente denominada de "revolução", na maior parte das vezes simples quarteladas ou golpes palacianos.

Depois da guerra, essa questão adquiriu outra feição. Tendo crescido o movimento de libertação nacional no antigo mundo colonial e dependente, ao mesmo tempo que se elevava a consciência política dos oprimidos, a idéia da revolução tornou-se patente. As instituições caducas, ineficientes na contenção do ímpeto renovador das massas, exigiam reforços. Então o Exército era chamado a desempenhar o papel de principal força contra-revolucionária a serviço da reação e do imperialismo neocolonialista. Assumia funções políticas (eventualmente em alguns lugares, apareceram tendências nacionalistas nos pronunciamentos militares, sem maiores consequências). De maneira geral, o Exército voltou-se contra as aspirações populares. Implantou brutais ditaduras na Ásia, África, Oceania, em países europeus (Grécia, Turquia). A América Latina viu-se a braços com o Estado Militarista, arbitrário, terrorista, policial. Estas ditaduras adotaram a estratégia forjada nos círculos imperialistas: a pretexto de desenvolver o capitalismo abriram as portas dos países onde se instalaram ao capital alienígena, espoliador e opressor. Buscaram também fortalecer a aliança das oligarquias locais com

os monopolistas estrangeiros.

Em que pese o alarde patrioteiro, o militarismo é a negação da nação soberana, o aviltamento da soberania popular, a antítese da democracia e do respeito aos direitos fundamentais do povo. Por seus métodos terroristas de atuação, representa nova versão do fascismo.

UMA CONSTANTE NA VIDA POLÍTICA BRASILEIRA

A intervenção militar na vida política do nosso país não é novidade. Manifesta-se desde o final do século passado. A República foi resultado de um golpe de força. Surgiu apoiada numa ditadura, à frente da qual pontificou o marechal Deodoro. Dois anos depois, sob pressão da tropa, ele renunciava e o seu posto foi ocupado por outro marechal: Floriano Peixoto. Sucederam-se revoltas e ingerências armadas. O contra-almirante Custódio de Melo, a 6 de setembro de 1893, declarava que "contra a Constituição e a integridade da própria nação, o chefe do Executivo (marechal Floriano) mobilizou o Exército discricionariamente, pô-lo em pé de guerra e despejou-o nos infelizes Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul". O primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, sofreu ameaças dos quartéis no início de seu governo. Em 1910, os militares retornaram à cena política com a candidatura presidencial do marechal Hermes da Fonseca, inda pouco antes ministro da guerra, e que teve

como resposta a campanha civilista. Em 1912, o general Sotero de Menezes mandou bombardear a cidade de Salvador, fato que se repetiu um ano depois sobre a capital do Estado do Amazonas. Toda a década de 20 está marcada por levantes de quartéis: em 1922, em 1924/27 e, logo após, pelo movimento vitorioso da Aliança Liberal em 1930. Este colocou nos governos estaduais os "tenentes"-interventores, inaugurando a participação maciça de membros das Forças Armadas em funções que não lhes competiam.

Se até este momento a ação militar visava fundamentalmente resolver contendas entre setores oligárquicos (nas revoltas da década de 20 fizeram-se certas exigências democráticas, defendidas pela burguesia nacional, como o voto secreto), a começar da metade dos anos 30 adquiriu características tipicamente autoritárias e anticomunistas, reflexo das tendências fascizantes no âmbito mundial. Em 1º de outubro de 1937, o ministro da Guerra, general Eurico Dutra, pediu o estado de guerra, objetivando impedir as eleições presidenciais de janeiro de 1938, utilizando um documento falso — o Plano Cohen — confessadamente provocador, elaborado pelo Exército. E a 10 de novembro o mesmo general proclamava o Estado Novo, fascista, com Getúlio Vargas na presidência, que persistiu até meados de 1945, escorado nas Forças Armadas. Derrocado o fascismo a nível mundial, caiu o Estado Novo e o país encaminhou-se no sentido da democracia. Entretanto, em outubro de 1945, face ao ascenso popular, o Exército realizou outro golpe, destituindo o governo. E obrigou a indicação do general Dutra à presidência da República, posto em que se manteve por quatro anos, abusando dos métodos repressivos e antidemocráticos. Em 1954, nova subversão militar que culminou com o suicídio de Vargas. O período Juscelino Kubtschek (1956/61) suportou uma série de levantes militares. Em agosto de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, os ministros das Três Armas declararam-se publicamente contrários à posse do vice-presidente João Goulart, ameaçando ocupar o poder. O governo Goulart transcorreu num clima de seguidas conspirações militares, cujo desfecho foi o golpe de março de 1964.

Evidencia-se desse modo que nenhum governo de índole democrática pôde dirigir o país com serenidade. Quase todos viram-se impedidos de levar à prática o programa, ainda que moderado, com que se apresentaram ao povo. A intervenção militar, de cunho reacionário, não o permitiu. Fez-se sobretudo para inviabilizar qualquer reforma ou política de tendência nacionalista e liberal, visou sempre atingir as massas populares e suas organizações. Os pretextos geralmente invocados remetiam-se ao crescimento do movimento operário e às manifestações de insatisfação em praça pública, além da sempre alegada subversão comunista.

A EXPANSÃO DO MILITARISMO

A partir dos fins da década de 50, o militarismo começou a expandir-se em diversas regiões. Inspirou-se nas lucubrações expansionistas do imperialismo norte-americano que se preparava para a conquista

do domínio mundial. Os neocolonialistas estadunidenses consideravam que, nos países atrasados, o Exército era a única força organizada capaz não só de conter o movimento revolucionário em ascensão, como de proporcionar meios de penetração do capital estrangeiro. Intensificaram sua atividade nesse setor, objetivando criar condições à realização dos seus planos. Multiplicaram os canais de contato com as Forças Armadas desses países, através de cursos de aperfeiçoamento nos Estados Unidos, de missões militares norte-americanas junto às suas embaixadas, de convênios militares de diversos tipos. Acompanhado de ativa campanha ideológica sobre o "perigo comunista", o trabalho furtivo dos colonialistas ianques rendeu adeptos. No início da década de 60, começou a derrubada de governos legais, substituídos por ditaduras militares, na Ásia, África e América Latina. Tais ditaduras atacaram selvagemmente os movimentos progressistas e populares, liquidaram formas democráticas de governo. Em vários lugares praticaram crimes abomináveis, autênticos genocídios, como na Indonésia, na Nigéria, no Zaire, no Chile, na Argentina, no Uruguai e em outras regiões. O Brasil teve também sua fase terrorista. Concomitantemente, acentuou-se a dependência das nações tiranizadas aos Estados Unidos; a dívida externa do chamado 3º mundo pulou para 800 bilhões de dólares, sujeita a taxas de juros elevadíssimas.

Em nosso país, o domínio militar não surgiu inopinadamente. Teve largo preparo, com raízes na própria história republicana. Logo depois do conflito mundial, foi firmado o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, porta aberta à influência de Washington nas Forças Armadas. Fundou-se também a Escola Superior de Guerra, inspirada na experiência do National War College, e que contou com a colaboração de uma Missão dos Estados Unidos "encarregada de orientar a implantação da Escola Brasileira". Sua finalidade, a par do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, era político-ideológica, voltada contra a "guerra revolucionária" ou "psicológica", o que vale dizer, contra o movimento popular. Seu currículo abrangia variados aspectos da vida política, econômica e social. Incluía as teses da interdependência e formulava conceitos exóticos de segurança nacional. Servia de base à formação de um pensamento político autoritário e de uma elite militarista destinada a dirigir o país. Numerosos contingentes de oficiais e de inferiores das Forças Armadas e das Polícias Militares freqüentaram cursos nos Estados Unidos ou na parte por eles controlada do Canal do Panamá. Alí adestravam-se no combate às manifestações progressistas, acoimadas de comunistas ou de comunizantes. É compreensível, assim, a participação ostensiva e insolente do embaixador ianque, Lincoln Gordon, na derrocada do governo João Goulart.

VINTE ANOS DE DOMINAÇÃO MILITAR

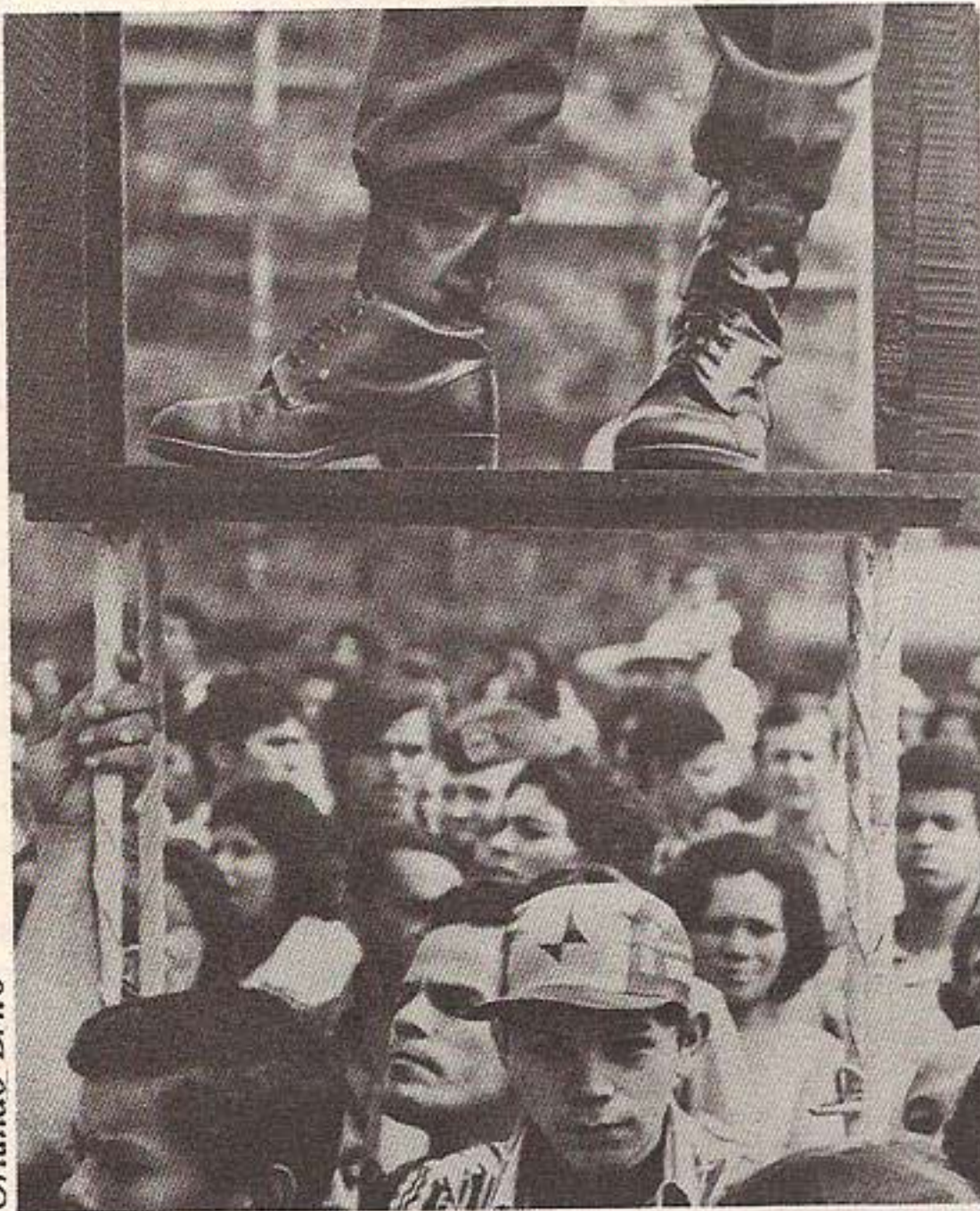
O golpe de março de 1964 deu início à nova etapa na vida do país. Por suas características e objetivos, não era uma intervenção militar como tantas



outras anteriormente verificadas. Trazia outro componente — o domínio a longo prazo do militarismo. Os generais passaram a ocupar e dirigir o aparelho do Estado, substituindo os políticos civis, em geral tachados de corruptos, negligentes e incapazes. Tinham já uma linha de atuação definida: promover o desenvolvimento apoiado no capital estrangeiro, estimular a formação de grupos monopolistas da burguesia brasileira associados àquele capital, ampliar as fileiras das camadas médias como elemento oposto ao proletariado, e destruir os movimentos e as lideranças populares. Os anos imediatos ao complô vitorioso de 64, particularmente durante a gestão Castelo Branco, assinalaram a presença descarada dos agentes norte-americanos em atividades múltiplas nos serviços públicos, departamentos de cultura, órgãos repressivos, sindicatos, no campo, entre os estudantes etc. À medida que crescia a resistência democrática, aumentava a repressão. Não só a violência generalizada contra a população, mas também a aplicação da tortura sistemática aos presos políticos e o assassinato frio de patriotas, democratas e revolucionários. Rapidamente foi construída uma superestrutura autoritária. Tomava forma o Estado Militarista. A Constituição, outorgada por uma Junta Militar, obedece ao figurino do fascismo. Organizou-se vasta rede de informações, cujo fulcro situa-se no SNI e nos serviços de inteligência das Forças Armadas, destinada a vigiar os cidadãos, controlar a vida privada de cada pessoa, estimular a delação e facilitar perseguições odiosas. O SNI, um Estado dentro do Estado, serviu

também à realização de negócios fraudulentos em benefício pessoal dos privilegiados. Compõe-se de numeroso contingente de militares e civis incrustados em posições de mando, com influência, poder e ingerência quer no setor público, quer no setor privado. Concederam-se prerrogativas ao Conselho de Segurança Nacional, com predomínio militar, de estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional. Confiou-se à Justiça Militar a faculdade de julgar delitos de opinião, os “crimes” contra a segurança nacional, na realidade a segurança do regime espúrio. O atual governo, representado por um general de 4 estrelas, tem no seu ministério oito generais: os das Três Armas, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o chefe da Casa Militar, o chefe do SNI, o das Comunicações e o das Questões Fundiárias. No da Previdência Social, no do Interior e no das Minas e Energia, os titulares são coronéis da reserva. Os militares anularam praticamente a Federação, promoveram a centralização do poder. As Polícias Militares, encarregadas da ordem pública nos Estados, têm seus comandos enfeixados pelo Exército. A Polícia Federal, criada pelo regime em vigor e dirigida por oficiais superiores, incumbese de atividades na área policial da competência dos governos estaduais. Na esfera econômica, os militares exercem a direção de boa parte das empresas estatais, da indústria aeronáutica e bélica.

Mas não é tudo. O militarismo é acompanhado do aumento inusitado dos efetivos das Forças Armadas. Os do Exército que eram de 113.550 homens passa-



Orlando Brito

ram para 296.334, sofrendo um acréscimo de 182.784 elementos, isto num país não ameaçado de agressão externa. Em correspondência com esse aumento, o número de oficiais-generais salta para 182 e o da oficialidade em geral para 25.986. Segundo a exposição de motivos do ministro Válder Pires, o crescimento "decorre da necessidade de segurança interna (!) e de fronteiras, da expansão de núcleos urbanos", ou seja, surge de exigências repressivas, está voltado contra o povo. O Exército cresceu na previsão de eventuais rebeliões das massas. Também os efetivos da Marinha foram elevados. Serão mais de 2.000 homens, com um corpo de oficiais-generais que compreende 6 almirantes-de-esquadra, 21 vice-almirantes e 43 contra-almirantes.

Nestes vinte anos de arbítrio formou-se verdadeira oligarquia militar. Além do elevado número de oficiais da ativa em postos importantes da Administração Federal, há 18.000 oficiais da reserva em rendosos empregos públicos ou a serviço de grandes empresas. Os militares atribuíram-se vantagens e regalias especiais. Desapareceu a equiparação de vencimentos com os funcionários civis de idêntico nível. Seus ganhos aumentaram desmedidamente. Familiares e amigos beneficiam-se de sinecuras do regime. Nos vários escândalos envolvendo desvios de dinheiros públicos aparecem nomes de oficiais superiores e de seus parentes. E não seria demais aduzir o propalado enriquecimento ilícito de muita gente, ligada ao aparelho estatal.

Duas décadas de poder tirânico entronizaram o militarismo na vida nacional. Os militares sobrepõem-se à nação, assemelham-se a uma casta. Não admitem críticas, mesmo fundadas, que consideram ataques à

instituição armada. São intocáveis. Jamais vão aos tribunais, ainda quando pilhados em atos delituosos. Julgam-se os únicos capacitados a dirigir o país, arvoram-se em chefes supremos da comunidade brasileira.

Tratam com total desprezo a sociedade civil rebaixada à condição de cumpridora de ordens emanadas de cúpulas intolerantes. Constituem uma autocracia militar, verdadeira praga introduzida no organismo nacional.

O resultado de tão nefasta dominação é simplesmente calamitoso.

TOTAL FRACASSO DOS PLANOS MILITARES

Nos cinco Continentes constata-se, em diversas regiões, o agravamento da situação social, causada pelas ditaduras militares, e o inconformismo generalizado. Com sua orientação antinacional, antipopular e antidemocrática levaram os países nos quais atuam à profunda crise. O relativo desenvolvimento econômico obtido graças à intromissão espoliadora do capital estrangeiro tornou ainda mais penosas as condições de existência do povo, lesou a soberania nacional, provocou transtornos de toda a ordem.

No Brasil, o malogro salta aos olhos. A estratégia concebida nos bastidores da caserna, que, em última instância, era também a estratégia do imperialismo norte-americano, acentuou o caráter dependente do nosso país, saqueado pelo capital financeiro internacional. A população é escorchada no pagamento de dívidas imensas e de pesados juros. Tudo que produz, convertido em divisas, vai para os cofres dos credores, ao passo que o povo debate-se em dificuldades sem conta. O quadro político apresenta-se sombrio, conturbado e carregado de ameaças do regime militar que reluta em passar o governo às forças de oposição, caso sejam vitoriosas. Os generais vêm a público defender candidato incompatibilizado com a maioria da nação, agridem verbalmente aqueles que divergem de seus pontos de vista e que se negam a aceitar o continuísmo.

A tão dramática situação o militarismo levou o país! Os danos são incalculáveis, demandam enorme esforço para serem superados. Exigem, como premissa essencial, a liquidação do sistema arbitrário imposto à nação.

ERRADICAR O MILITARISMO, TAREFA DE PRIMEIRO PLANO

O militarismo é uma excrescência, tem como suporte as Forças Armadas das quais se origina e que as utiliza, mas não deve ser com elas confundido. Rui Barbosa afirmava que na mesma razão da simpatia que lhe inspiravam as hostes militares, estava o horror que lhe infundia o militarismo. E enfatizava: "a nação governa e o Exército, como outros órgãos, obedece". O militarismo representa uma concepção elitista, antidemocrática, que pretende ser depositária das tradições nacionais. É intolerante, não admite contestações.

A tendência militarista tem causa na própria fraqueza das classes dominantes, reacionárias, incapazes por isso mesmo de construir instituições sólidas e duradouras. Para defender seus interesses particulares ou impedir o progresso social contrário a esses interesses recorreram sempre ao Exército que consideravam, junto com a Igreja, as únicas instituições permanentes. O militarismo é produto do desenvolvimento econômico deformado, com o capitalismo abrindo espaço num meio atravancado de elementos freadores do progresso e minado pelas contradições sociais que provoca.

Indícios ou manifestações isoladas de militarismo notam-se desde há muito. Todavia, sua configuração acabada só aparece nestes vinte anos de regime autoritário. Revela-se de corpo inteiro na conduta onipotente dos generais. Eles chegam a afirmar que a segurança e a tranqüilidade da nação são da inteira responsabilidade das Forças Armadas e que o Exército é a instituição mais representativa de nosso povo, conceitos indisfarçavelmente distorcidos do papel da organização militar. Triste a nação que tem como instituição mais expressiva o Exército e cuja segurança e tranqüilidade repousam nas Forças Armadas. Esta incumbência é da alçada do conjunto da sociedade, cabe aos governantes indicados pelo povo. A segurança e a tranqüilidade da população provêm de fatores complexos, entre os quais se destacam o progresso econômico e a justiça social. Digase de passagem que nenhum governo inclinado a fazer certas reformas de cunho democrático conseguiu administrar a nação tranqüilamente. E neste negro período de regime discricionário, a segurança e a tranqüilidade das grandes massas da população desapareceram totalmente.

Semelhante situação não pode perdurar. O Brasil precisa modernizar suas instituições e, antes de tudo, pôr termo a essa anomalia que ganhou força com os acontecimentos de março de 1964 — é indispensável erradicar o militarismo.

A erradicação não se resume em romper o ciclo dos generais-presidentes, ou diligenciar a sua substituição por um civil. É preciso desmontar a máquina opressiva, a camisa-de-força enfiada no corpo da sociedade que assegura aos militares o controle da direção do Estado. Tem-se que acabar com a oligarquia militar instalada no Planalto, repor as Forças Armadas no seu papel de guardiã das fronteiras nacionais. Há que reafirmar e fortalecer a soberania popular, combater toda manifestação de superioridade e insolência castrense.

LIBERDADE, DEMOCRACIA

A desenraização do militarismo vincula-se estreitamente com a emergência da democracia. O país não sairá das dificuldades que arrosta, nem percorrerá a estrada real de um futuro melhor, se não modificar as instituições arcaicas que possui.

Na atualidade, nada é mais importante do que sacudir para bem longe a tutela militar, embrutecedora, exterminadora dos anseios do povo, cemitério das conquistas sociais. A campanha da sucessão presiden-

cial é uma oportunidade para alcançar esse objetivo. Em última análise, o que se decide na contenda sucessória é saber se o Brasil será governado pela nação ou pela autocracia fardada. A vitória da oposição terá projeção histórica, desde que concorra para garantir a liberdade, extinguir as leis arbitrárias, promover a elaboração de nova Carta Magna numa Assembléia Constituinte livre e soberana. Quem aspira à democracia e quer viver em liberdade não pode omitir-se na grandiosa batalha em curso pelo aniquilamento do jugo do despotismo. Quem luta pelas transformações sociais há de compreender a importância desse embate. Lênin dizia que o operário consciente “sabe que o único caminho para chegar ao socialismo passa pela democracia, pela liberdade política. Tende, por isso, à realização completa e conseqüente da democracia a fim de alcançar o objetivo final, o socialismo”.

Contudo, a completa erradicação do militarismo implica na transformação do regime econômico da sociedade brasileira, facultando amplo desenvolvimento das forças produtivas e eliminando as barreiras do atraso. Porque a presença daquele fator negativo (o militarismo) na vida da nação se deve aos elementos de contenção oriundos particularmente do latifúndio e da espoliação imperialista.

A conquista da democracia, a vigência de um regime de liberdade, é a meta próxima de todos os brasileiros que combatem a opressão e desejam o progresso de sua pátria.



DEBATE: REFORMA URBANA — UMA NECESSIDADE ATUAL



O Brasil, particularmente nestes últimos vinte anos, vem passando por um radical processo de concentração urbana, constituindo grandes aglomerados populacionais, as cidades estendendo-se por todo o território. Ao mesmo tempo, verificou-se um inusitado agravamento das condições de vida urbana. Os conflitos de interesses diversos (de classes e camadas sociais) em torno da ocupação e uso das cidades tornam-se cada vez mais amplos e agudos.

O regime militar tentou, de diversas maneiras, estabelecer um sistema de cidades sem cidadania. Mas a reação às contradições criadas vai extravasando por todos os poros da vida brasileira, prenunciando a possibilidade real de transformações de maior envergadura.

As massas trabalhadoras, a maioria esmagadora da população das cidades, exigem seus direitos e que sua vida urbana se coloque em padrões mais elevados. É nesse contexto que uma redefinição do quadro urbano sai do campo da aspiração, quase sonho, para o campo da necessidade e da possibilidade de realizar-se.

Torna-se urgente discutir os objetivos, os meios e os agentes de uma verdadeira REFORMA URBANA.

A vida empurra esse debate para fora dos quadros acadêmicos em que muitas vezes se encerra.

Com o objetivo de contribuir nesse debate, a revista PRINCÍPIOS convidou alguns profissionais para registrar seus pontos de vista sobre o tema. Realizamos em nossa redação uma mesa-redonda, que contou com a participação dos arquitetos José Cláudio Gomes, Manoel Cação Pereira, Rosana Miranda, Vânia Moura Ribeiro, José Fábio Calazans e Yara Marques.

A discussão girou, principalmente, em torno dos seguintes temas: caracterização do urbano no Brasil, posse e uso do solo, relação campo-cidade, relação entre Reforma Urbana, Reforma Agrária e Reforma Tributária, o problema da moradia e o papel do Movimento Popular e do Estado na solução da questão urbana.

Por problemas de espaço publicamos resumidamente as opiniões expendidas no debate.

Manoel Cação Pereira*

* Manoel Cação Pereira é arquiteto e colaborador da revista PRINCÍPIOS

CLAUDIO: O fato de a população brasileira estar distribuída numa proporção de cerca de 70% nas cidades e 30% no campo é um dado inicial fundamental, na medida em que nos proporciona uma dimensão preliminar do que esse fato significa. É claro que a constatação de que 70% da população brasileira é urbana não quer dizer mais nada além do que isto: de cada 100 pessoas 70 moram nas cidades. Agora, a qualidade desse morar, dessa vida, encontra-se evidentemente mascarada atrás dos números.

Considero como fundamental no Brasil o problema da relação entre cidade e campo. Acho importante começar a discutir o problema urbano por aí, tomando inclusive como referência o problema do bóia-fria que, ao ser expulso do campo para a periferia das cidades, constitui enorme contingente dos 70% que mencionei.

Os planejadores urbanos estão numa tremenda crise de identidade, que é parte de uma crise mais ampla. Eles estão se debatendo em torno dos limites e possibilidades que podem ter no trato da cidade hoje, em torno do que podem fazer no Estado e na iniciativa privada.

Mas, é impossível se ter planejamento urbano numa economia de mercado. É uma contradição no nascedouro da coisa, na medida em que se entender como planejamento algo que significa dirigir para toda a sociedade a gestão da condição urbana e do espaço urbano. De saída, isso já é contraditório com o modo de produção econômico vigente. Isso me dá o limite do planejador urbano.

YARA: Uma característica fundamental nesse processo de urbanização é o espaço de tempo em que ele se deu. Na década de 50, a distribuição da população era o inverso: 70% no campo e apenas 30% nas cidades. Ou seja, a urbanização foi muito rápida.

Em termos políticos essa população que vem para as cidades passa a viver mais intensamente as contradições sociais e, conseqüentemente, a ter maior consciência de seu significado. Daí que, hoje, o governo só encontra apoio nos rincões interioranos mais longínquos, enquanto que nas cidades cresce o movimento oposicionista.

A cidade aparece, pois, como um local em que se tem a possibilidade de travar um grande debate e grandes embates. Sentindo isso, o poder político central tenta esvaziar essa instância. Depois das reformas tributárias que se iniciam em 1966, o município perde todo o poder de decisão.

Com a industrialização, ocorre uma desestruturação cultural. Só hoje é que começa a surgir uma cultura urbana nova, porque o efeito das migrações é a destruição da cultura de origem do migrante. Com a consolidação dessa população nas cidades, vão nascendo algumas formas culturais novas dessa organização espacial, embora ainda incipientes.

Quanto à apropriação do solo urbano, há a grande distorção da retenção da terra e do uso da terra. O que tem acontecido é que as legislações urbanas, principalmente a legislação sobre loteamentos — a lei 6766 — faz exigências muito grandes. São legislações elitistas para o espaço urbano, que tendem

a inviabilizar a aquisição de terras pelas camadas populares.

VÂNIA: É preciso garantir o uso do solo de maneira diferente, de maneira que os aspectos sociais prevaleçam sobre os privados. Tenho aqui o Projeto de Lei sobre o uso do solo que foi engavetado, que deveria ir à votação no Congresso Nacional no ano passado. Ele já tem alguns indícios de alteração na legislação sobre o uso do solo. É interessante notar que tais modificações foram introduzidas depois das invasões organizadas de grandes glebas ocorridas nos grandes centros urbanos. Vê-se que o governo está tentando segurar esse movimento social.

CALAZANS: Acho que o eixo central desse processo de urbanização é a internacionalização da economia brasileira, que para gerar uma elevada acumulação tem que gerar um fortíssimo arrocho salarial. A inversão da distribuição da população urbana e rural significou a criação da cidade brasileira como um grande depósito de força de trabalho. Provavelmente, na hora em que rompermos com o capital internacional vão se colocar tarefas como a recuperação das cidades, a regulação das taxas de crescimento, a redução das migrações etc.

Isso me leva à questão do urbanismo da “reconstrução”, uma postura estética de se aproveitar o que existe, considerando tudo como patrimônio para um trabalho social.

A urbanização deu uma qualidade nova aos movimentos populares. Hoje a sociedade civil é diferente. Entendo esse avanço da sociedade civil como uma espécie de antítese do processo de acumulação de capital que se verificou no Brasil. De certa forma há uma proletarização brutal da sociedade brasileira, com a vinculação maior da classe média às classes trabalhadoras, com o seu assalariamento. E tenho a impressão de que hoje a sociedade é diferente de antes de 1964. Há uma inserção da sociedade brasileira na estrutura capitalista e o dado novo é o peso maior do movimento popular na vida social do país. Aí voltamos à questão de que o papel da cidade é fundamental, não só como fenômeno social, mas também considerando-se a cidade como o espaço onde as contradições se manifestam, e onde a consciência se cria. Não existe consciência sem espaço.

Eu não quero analisar essa questão com a ótica de quem está com a ilusão de que vamos transformar a sociedade pela intervenção do urbano. Isso seria ingenuidade. A ótica que eu quero propor é a de quem imagina que sem dúvida serão importantes as experiências populares, as vitórias, as experiências enriquecedoras do processo de transformação capazes de animar e incentivar a luta de classes do povo brasileiro.

Entendo a reforma urbana como a conquista de alguns instrumentos, de alguns espaços a nível local, capazes de incentivar as grandes lutas nacionais que vamos travar nos próximos anos.

A reforma agrária traria uma dimensão interessante e poderia costurar essas duas coisas. Existe uma dimensão urbana da reforma agrária. A reforma urbana é tarefa que está vinculada com a reforma agrária. Inclusive, isso abre uma fronteira para nós,

arquitetos, que é a fronteira da paisagem, saindo do "jardinzinho", do paisagismo que estamos fazendo ao longo desses 20 anos, para se passar a fazer sistemas de irrigação de rios, auxiliando no sistema de produção no campo, na relação efetiva do campo com a cidade. A simples reforma urbana *em si*, acho que seria uma postura reformista, pois daria o sentido de se vincular o processo revolucionário a uma reestruturação do conjunto da cidade brasileira sem dar a dimensão política que essa tarefa na cidade pode ter.

ROSANA: No planejamento a nível do Estado dá-se muita importância ao espaço físico e não se coloca a dimensão social que esse espaço físico tem. Então, a resposta do poder público é sempre relacionada a um espaço físico, ou um equipamento, a uma questão quantitativa, sem se colocar a relação com a qualidade do que se oferece. Esta é outra questão a ser colocada para o questionamento do papel do Estado.

MANOEL: É interessante observar que esse processo de urbanização, ao invés de enfraquecer uma das grandes reformas a serem feitas no país, que é a reforma agrária, pelo contrário, fortaleceu-a. Hoje verificamos uma influência nítida dos processos urbanos sobre o campo, dos processos dos trabalhadores assalariados nas cidades, particularmente da classe operária. E há uma interação maior entre esse movimento característico da economia do setor primário, da agricultura, e o da indústria. A gente passa de uma economia de setor primário, predominantemente agrícola, para um Brasil industrial. Esse foi um marco que determinou o surgimento de um novo urbano. Não só a nível de uma nova conformação no espaço urbano das cidades de grandes concentrações populacionais, mas também essa ocupação do espaço do país. Brasília é um marco desse novo Brasil, dessa nova situação com características importantíssimas. Com suas deficiências e defeitos, mas surge um novo urbano. Surge também como um projeto de interiorização, de ocupação dos espaços. Um projeto que não era o da oligarquia rural, mas o da burguesia, que avançava.

CALAZANS: Que estava abrindo as portas do país para o capital estrangeiro.

MANOEL: É já, no plano político, a transferência do poder da oligarquia rural para a burguesia industrial, que se associou, em sua grande maioria à burguesia financeira internacional. Trata-se de fenômeno importante, não só do ponto de vista econômico e político, mas inclusive do ponto de vista cultural com dois traços muito claros: o da concentração do capital e o da desnacionalização. Isso se desenha no urbano. Porque é impossível se cumprir um processo desse sem uma violentíssima aculturação.

Devemos deixar claro também que há questões referentes ao urbano de caráter estrutural, como a posse e o uso do solo, que sofreu transformação em zoneamentos a serviço de interesses minoritários.

CALAZANS: Parece-me um pouco ingênuo continuar aquela discussão da década de 70 — se interessa ou não fazer planejamento urbano. Acho que o plane-

jamento não rompe a barreira, mas se trata de dar um outro papel político para essa experiência que se faz ao nível urbano. Aí eu vejo que isso ganha um plano mais importante do que o plano acadêmico de restaurar todo um território como se tivéssemos poder sobre a estrutura. Mas, muito mais viáveis são aquelas intervenções em setores da cidade, onde podemos entrar como um cidadão que interferiu naquele local onde se inseriu em determinado momento. Você faz um monumento, faz uma escola, você pode até fazer uma outra cidade.

MANOEL: Parece-me que aí você está pensando como um arquiteto isolado. Acho que temos de combinar as duas coisas: uma, o trabalho que está ao nosso alcance, a outra, as possibilidades que estão ao alcance da intervenção do movimento popular.

ROSANA: Eu não vejo a reforma urbana como um projeto acabado. Num determinado momento você define, de acordo com seu compromisso político, um projeto de como se vai dar a organização daqui para a frente, ou como se vai controlar o crescimento das cidades etc. Num primeiro momento, teríamos *uma etapa dentro das cidades*, na qual em casos como São Paulo e outras grandes cidades, vão ser atendidas democraticamente determinadas necessidades básicas da população. Esse atendimento das necessidades básicas da população em serviços públicos é um passo no rumo da democratização, num sentido construtivo.

Uma outra etapa seria uma reordenação do espaço urbano com um controle maior da forma de ocupação do município, da área urbana. Esse é um processo mais complicado, na medida em que passa pelo controle da terra urbana, o controle direto do Estado, ou a posse da terra.

Então, para mexer nessa questão terão que haver linhas mais radicais de transformação do modo de urbanização.

Outra coisa a ser ressaltada é que o urbano no Brasil apresenta realidades diferenciadas. Há o urbano da interiorização e o das grandes cidades, cada qual com características peculiares, resultado do mesmo momento de desenvolvimento do país, e de uma participação cada vez maior das multinacionais dominando a economia do país. A urbanização que está ocorrendo no interior não é no sentido de levar as características urbanas para o campo, mas de levar processos e avanços tecnológicos ou processos de dominação. Vejam o caso de Ji-Paraná, em Rondônia. É uma grande frente de ocupação, de importância significativa para a população local. Essa população que foi para Rondônia já vivia na zona rural em São Paulo, no Espírito Santo, no Paraná. O que acaba ocorrendo é uma ocupação de cidades, das pequenas cidades. Porque o INCRA faz um projeto de colonização na região que contempla apenas a cessão de um pequeno pedaço de terra e a montagem de uma infra-estrutura de estradas e serviços muito precária. O dinheiro que o pequeno agricultor possuía da venda de sua propriedade no sul não chega para suportar o período de carência, porque o acesso é difícil para escoar a produção e os alimentos são muito caros lá. Então, o pequeno agricultor vai se tornar o motorista de táxi

na cidade, o relojoeiro, enfim, vai viver da economia mais periférica da vida urbana, pois lá não há indústria.

Portanto, não vejo solução para a interiorização nos moldes em que está colocada. Se não se alteram as relações ao nível central e do país como um todo, aquela situação local vai se agravando, porque até o asfaltamento da BR-364 que liga Cuiabá a Porto Velho continua aumentando a migração para Rondônia.

CALAZANS: Achei interessante a distinção que você fez para caracterizar melhor a relação estrutural entre o processo de metropolização e da interiorização.

CLÁUDIO: Também considero muito interessante a experiência relatada pela Rosana. Eu também vivi uma experiência de como se caracteriza o urbano no contexto da frente pioneira. Mas como é que se caracteriza o urbano num contexto completamente diferente? E como se caracterizam as cidades do nordeste e do norte? Então, vemos que são contextos diferentes. Ao tentar caracterizar o urbano no Brasil, essa coisa tão ampla, tão genérica, nós temos que avançar, e avançar significa mais exatamente especificar até se chegar ao nível do concreto, por exemplo, da população local.

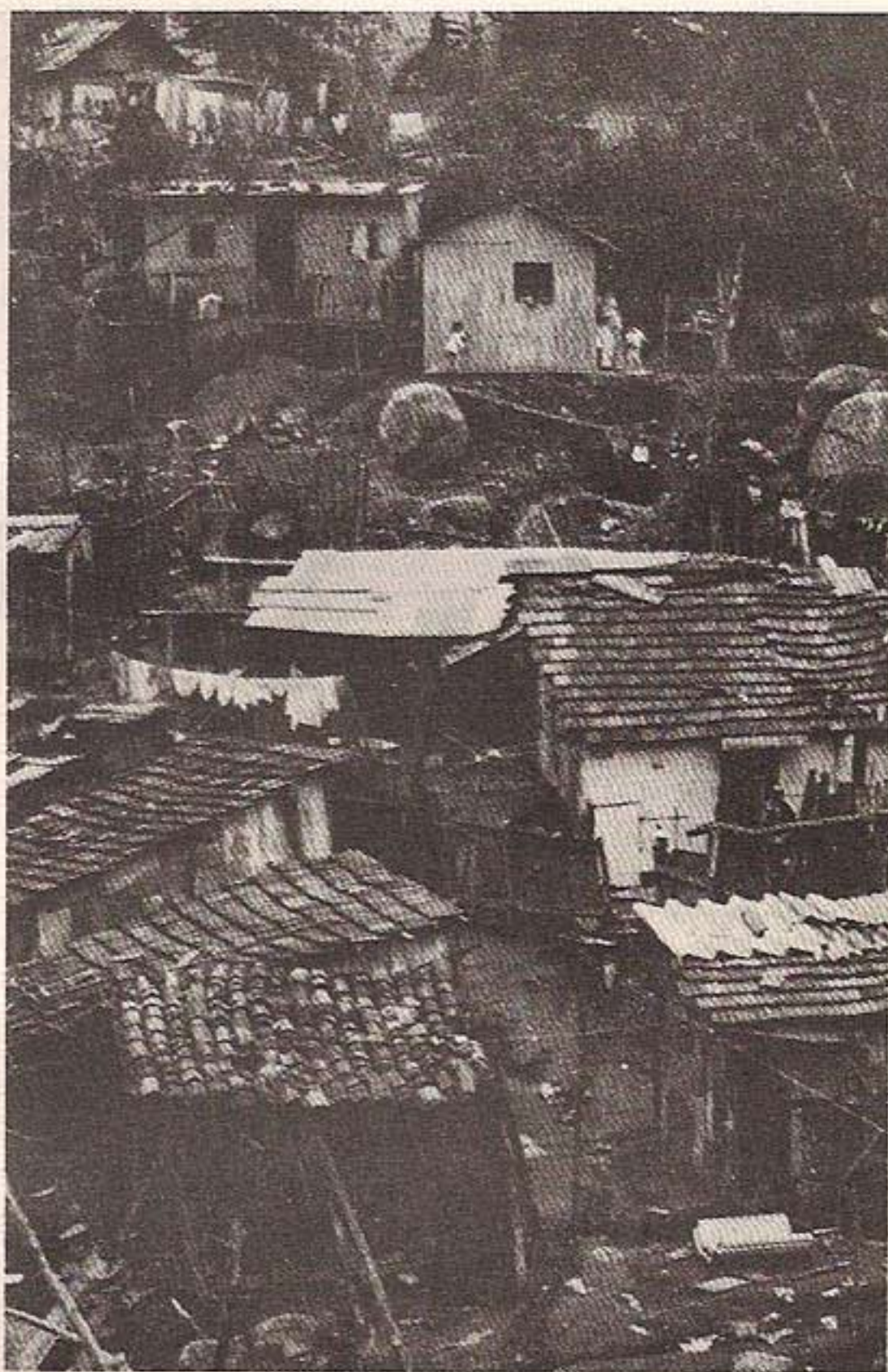
O modo de produção do urbano de Rondônia é diferente do modo de produção da periferia de São Paulo.

YARA: A cidade brasileira vive num momento de redefinição de forças. A reforma urbana passa inclusive pela capacidade de os movimentos populares urbanos interferirem. Nós temos, por exemplo, a Lei da Reforma Urbana do CNDU (Comissão Nacional do Desenvolvimento Urbano), já citada. Essa lei é a mesma que foi apresentada por João Goulart em 1961, contendo pequenas alterações, mas que no seu arcabouço é a mesma. Por quê e por quem foi colocada agora? Precisamente por empresários da construção civil. Trata-se de uma tentativa desses empresários de retomar a discussão sobre a reativação da construção civil, aparecendo aí um interesse de promover um determinado tipo de reforma urbana. Então, paralelamente à manifestação do anseio da população de mudar as regras do jogo, evidencia-se também o interesse dos empresários.

CALAZANS: Acho importante a identificação do espaço onde se dão as relações sociais com a realidade política. Por exemplo, quem coordenará ou decidirá sobre o uso do solo nas cidades?

CLÁUDIO: Uma coisa é falarmos isso para São Paulo, com 13 milhões de habitantes, uma cidade monstruosa! Eu diria até que esse processo seria mais a nível local. Os bairros são muito grandes e têm seus movimentos localizados. E é por aí que nós devemos ir. É aí que está a brecha. Agora, o contexto de Rondônia, por exemplo, é outro. A identificação das brechas tem que ser feita levando-se em conta os conceitos específicos da região.

CALAZANS: A nível da produção eu priorizaria a transferência de certos papéis, hoje nas mãos dos empreiteiros, dos empresários, dos intermediários, diretamente para a população, através de organismos



da sociedade civil. Seria preciso também estabelecer outros tipos de acordo, nos quais o Estado resolveria, por exemplo, o problema da terra, da produção de certos materiais pré-fabricados, em cooperativas, ou diretamente pelo Estado. Agora, isso não se dá sem um espaço político definido. E tudo isso terá como premissa a inserção da população no processo decisório, na definição até do próprio espaço urbano.

Esse me parece um caminho político novo: o de reintegrar o técnico com o político. Pode-se ou não usar uma área pública para se fazer habitação? Depende do projeto. E nesse processo a população tem de participar. Mas para participar, a unidade geopolítica tem que estar definida.

Então, me parece que o eixo fundamental é, de um lado, a politização do processo de produção da cidade, e, de outro, a alteração de certas relações, tirar os intermediários e quebrar qualquer vínculo com o capital financeiro a nível dos recursos para produzir a cidade, ao nível das taxas de juros do sistema financeiro. Gerar recursos ao nível da própria localidade, o que significa tirar esse dinheiro de outra forma, produzir uma outra moradia, um outro equipamento. A questão da técnica tem que ser articulada no processo social.

CLÁUDIO: Eu gostaria de propor uma questão,

ainda sobre a relação campo-cidade: vocês acham que a população que nos últimos anos veio acampar nas áreas periféricas das cidades, tendo oportunidade, voltaria para o campo?

YARA: No sistema capitalista de produção, a tendência das grandes cidades é de crescer. O que se pode fazer é diminuir esse ritmo de crescimento. Mas, reverter a tendência exigiria uma mudança nos esquemas de produção muito maior do que os que se tem em vista para o futuro próximo que o Brasil viverá.

VÂNIA: Acho que uma tarefa de certa etapa do desenvolvimento brasileiro é se fazer uma reforma agrária e uma reforma urbana. No meu entendimento elas devem ser concomitantes. Não adianta fazer-se um chamamento para a população voltar para o campo agora. Estão sendo distribuídos títulos de posse da terra, mas o que adianta distribuir terra e mandar as pessoas para a fronteira agrícola do país, se não se dá a mínima assistência técnica, de saúde, enfim, se não se cria uma infra-estrutura para o indivíduo construir sua vida e manter sua família?

CALAZANS: Do ponto de vista estratégico, me parece que a reforma urbana tem a perspectiva de permitir valorizar certas experiências populares nas diversas cidades e até nas diversas regiões do país. A proposta que eu faria de reforma urbana do ponto de vista estratégico, seria pensá-la como uma contribuição ao enriquecimento da vida cultural e política, pois não existe vida política e sua expressão sem espaço, sem o exercício da cidadania. No plano mais imediato, vejo a possibilidade de a Constituinte, por exemplo, atacar problemas como o da propriedade do solo urbano.

YARA: Eu gostaria de dar um pouco de ênfase à questão da posse da terra, porque considero que ela se coloca de maneira muito forte. É preciso que a reforma urbana enfrente essa questão, de como o valor social da propriedade urbana vai se sobrepor a esses outros valores que ela tem hoje. Necessariamente, passa pelas reformas tributárias, por reformas de investimentos em que se canaliza o capital que hoje está na especulação imobiliária financeira, de forma a alocá-lo produtivamente. Outra questão é a dos investimentos públicos, verificar como eles são apropriados na valorização que têm acrescido à cidade.

CALAZANS: Acho que devemos tentar organizar o pensamento sobre a produção da cidade, em torno de alguns pontos: a terra, o capital, a força de trabalho, os insumos e a gestão, a administração pública. Ademais, devemos abordar a dimensão cultural disso tudo, pois acho que a cidade tem uma profunda dimensão cultural.

Em relação à terra, não acredito que qualquer constituição ou legislação tenha o poder de interferir na estrutura produtiva. Então, já de saída não acredito numa regulamentação do uso do solo urbano que seja empecilho para o exercício do capital financeiro e do lucro na cidade. De modo que, toda uma visão muito comum, inclusive entre os arquitetos, de se querer transferir para a Constituinte alguns instrumentos le-

gais de controle da especulação, é uma profunda ingenuidade política, filosófica e ideológica. Acredito que a Constituição poderá avançar no sentido de caracterizar a propriedade como coisa pública, de modo que o movimento popular e a luta de classes possa se respaldar num novo princípio toda vez que for necessário.

Eu não acredito também em combater a especulação regulando o mercado. Ora, eu acho que um dos instrumentos para se enfrentar essa questão é a desapropriação. A questão da terra deverá contar com um conjunto de instrumentos eficazes que permitam ao Estado assumir junto com a população a solução do problema habitacional.

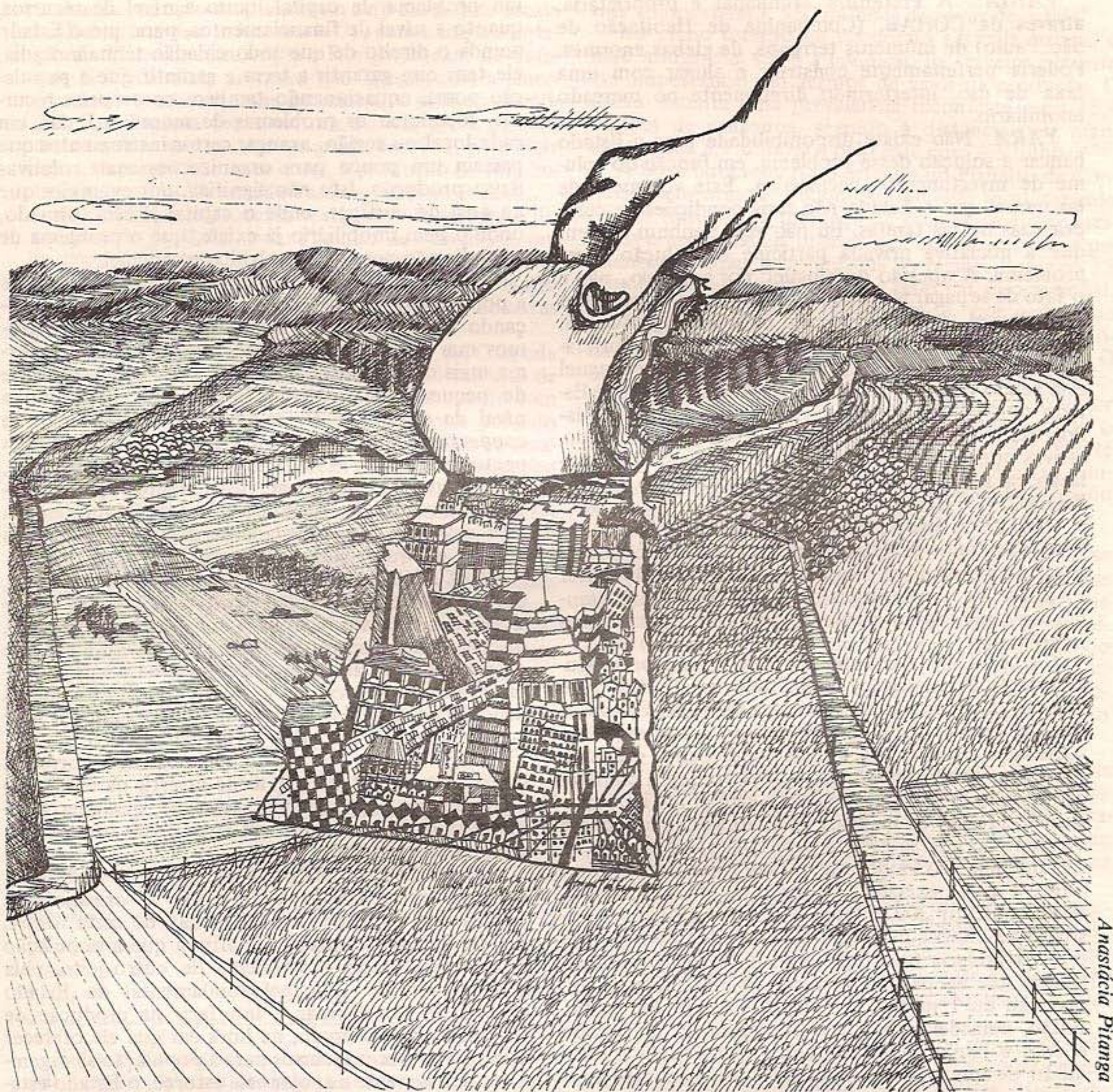
A constituição deverá dar condições para as cidades brasileiras, onde se soma grande parcela da oposição, exercerem sua cidadania. É aí que se ligam três coisas: a reforma urbana, a reforma tributária e a reforma agrária.

MANOEL: Gostaria de ampliar mais a discussão sobre o que significa dar condições ao Estado de ser um dos agentes importantes, de centralizar a intervenção na reforma urbana. Porque, inclusive, conforme se confira poder ao Estado, ele pode ser o centralizador anti-democrático e não conduzir uma reforma urbana que atenda as necessidades sociais. Poderíamos abordar a questão em três níveis. Existe um nível de reforma urbana sob um regime democrático-liberal, ou liberal-conservador; estamos às vésperas de uma coisa como essa. Existe um outro nível que se dá num regime em que a correlação de forças de classe é outra, um regime em que predominam as forças populares e democráticas. E existe um nível superior que seria a reforma urbana sob um regime revolucionário. São três níveis de correlação de forças do poder político que podem intervir e modificar as referências para se fazer a reforma urbana.

CLÁUDIO: O Manoel esboçou três cenários muito interessantes. Mas, tentando interpretar esses contextos nos quais se poderia dar um tipo ou outro de reforma urbana, tenho a dizer que no momento histórico pelo qual atravessamos, o que se está configurando é uma democracia liberal-conservadora e que vai necessariamente ter que dialogar, não sei exatamente em que condições de força, com todo o movimento popular.

CALAZANS: Provavelmente, se a composição é conservadora ou liberal, em 1986 vão triplicar ou quadruplicar as cidades onde os prefeitos serão mais progressistas, onde a presença do povo será maior. E é essa capacidade de se costurar as experiências, de garantir a unidade sindical, a unidade do movimento de massas, que nos capacitará ou não a chegar ao segundo estágio que o Manoel colocou, com a unidade popular.

ROSANA: Nessa composição liberal-conservadora que se está configurando, creio que a garantia da introdução de algumas modificações, passará por uma negociação em cima de alguns programas mínimos, a serem discutidos a nível local e do movimento popular. Não é tão tranquilo que essa composição que se está delineando vá assumir uma série de concessões. Quer dizer, eu acho que essas concessões po-



Anastácia Pitanga

dem se alargar mais na medida que houver participação do movimento popular nessa discussão.

CALAZANS; Nós precisamos, ao mesmo tempo em que reforçamos o debate mais geral, politizar as experiências particulares de cada localidade do país. Veja bem a beleza que foi a mobilização do Centreville e o absurdo, a frustração de se terem estancado as negociações ali. Isto porque, no momento em que uma experiência como aquela se consolida, consolida-se um novo princípio.

Agora, enfrentando a questão de qual é o modelo que poderemos utilizar para articular a reforma urbana: por exemplo, se achamos que o Estado é fundamental para que se possa resolver o problema da

terra, e que as prefeituras aumentem os seus recursos para os investimentos a nível da cidade, da habitação etc., ainda assim a demanda e o déficit de equipamentos e habitações é tão grande, que não resolveremos o problema da reforma urbana concretamente sem a incorporação dos recursos da própria população. É evidente que a reforma tributária vai dar maior fôlego. Mas eu não encararia, o Estado como construtor de milhões e milhões de casas, mas como um administrador do esforço coletivo, no sentido de poder incorporar os recursos que hoje o trabalhador gasta sozinho para coletivizar esses dispêndios, organizar cooperativas. E esses recursos são imensos, parcelas consideráveis do salário do trabalhador.

VÂNIA: A Prefeitura Municipal é proprietária, através da COHAB, (Companhia de Habitação de São Paulo) de inúmeros terrenos, de glebas enormes. Poderia perfeitamente construir e alugar com uma taxa de uso, interferindo diretamente no mercado imobiliário.

YARA: Não existe disponibilidade para o Estado bancar a solução desse problema, em função do volume de investimentos necessários. Este volume é de tal monta que o Estado não teria condições de cumprir suas outras tarefas. Eu não vejo nenhum mal em que a iniciativa privada participe da solução desse problema. A questão do aluguel, por exemplo, não é o fato de se pagar aluguel, mas quanto se vai pagar por este aluguel, em que mercado imobiliário isso se dá. O dono da unidade pode ser o BNH ou um proprietário privado. Vai depender de que maneira esse aluguel está sendo regulado, como ele está sendo pago. O Estado tem que se colocar coordenando, como regulador. Na verdade, seria necessário ter-se grandes cooperativas que poderiam contar com os recursos da população, ou recursos particulares, ou recursos do próprio Estado.

CLÁUDIO: Isso aí, se não me engano, foi falado na época em que o Sr. Miguel Colassuono era prefeito de São Paulo, quando se discutiu sobre o Banco de Terra. Falava-se da conveniência de o Estado adquirir grandes créditos, como elemento regulador dos valores imobiliários.

CALAZANS: A questão da EMURB (Empresa Municipal de Urbanização) de S. Paulo, mostra isso. Não adianta criar um instrumento nas mãos do Estado se não se cria também um instrumento nas mãos da sociedade. Eu não vejo muitas condições de o Estado assumir a produção de habitações porque a construção apresenta uma demanda de capital inicial muito grande. Mesmo os recursos do BNH são imensamente menores do que se precisa para cobrir o déficit habitacional em São Paulo, que é uma coisa astronômica. Tanto é que a execução do plano do Sr. Mário Covas, de se construir 200 mil unidades habitacionais, necessitaria de bilhões de cruzeiros que, evidentemente, só o BNH poderia ter e não tem. E nós temos que enfrentar não apenas a construção de 200 mil unidades, mas sim de 1 milhão, no mínimo, só em São Paulo. Então, considerando que o compromisso do Estado é com o conjunto da demanda, não podemos ter a ilusão de que o Estado possuirá nos próximos anos recursos que se convertam em capital de giro para a construção, que é infelizmente alto. É alto em geral, pela composição do capital, e é mais alto no Brasil, pelo custo do dinheiro em nosso país. Mas eu acredito que o Estado possa garantir o direito do trabalhador à terra. Agora, nós não queremos simplesmente pegar a terra, fazer lote urbanizado, dar terra a cada um e cada um que se vire. Eu acho que é preciso enfrentar o problema da habitação sem ter a ilusão de que o Estado possa aplicar muito dinheiro. Acho que, ao se responder ao problema da demanda global de habitações, evidentemente se está respondendo conjuntamente ao problema do saneamento. A demanda de recursos fundamental é a produção, é o emprego, é o equacionamento da produção. Portanto, devido a

um problema de capital, tanto a nível de recursos, quanto a nível de financiamentos, para que o Estado atenda o direito de que todo cidadão tenha moradia, ele tem que garantir a terra e garantir que a população possa, equacionando também os próprios recursos, solucionar os problemas de moradia. E daí, em cada local ou região, avançar certos instrumentos que passem um pouco para organizações mais coletivas dessa produção. Isto não significa, por exemplo, que na área de cortiços, onde o capital já está formado, onde o bem imobiliário já existe, que o problema de moradia não possa ser resolvido por aluguel.

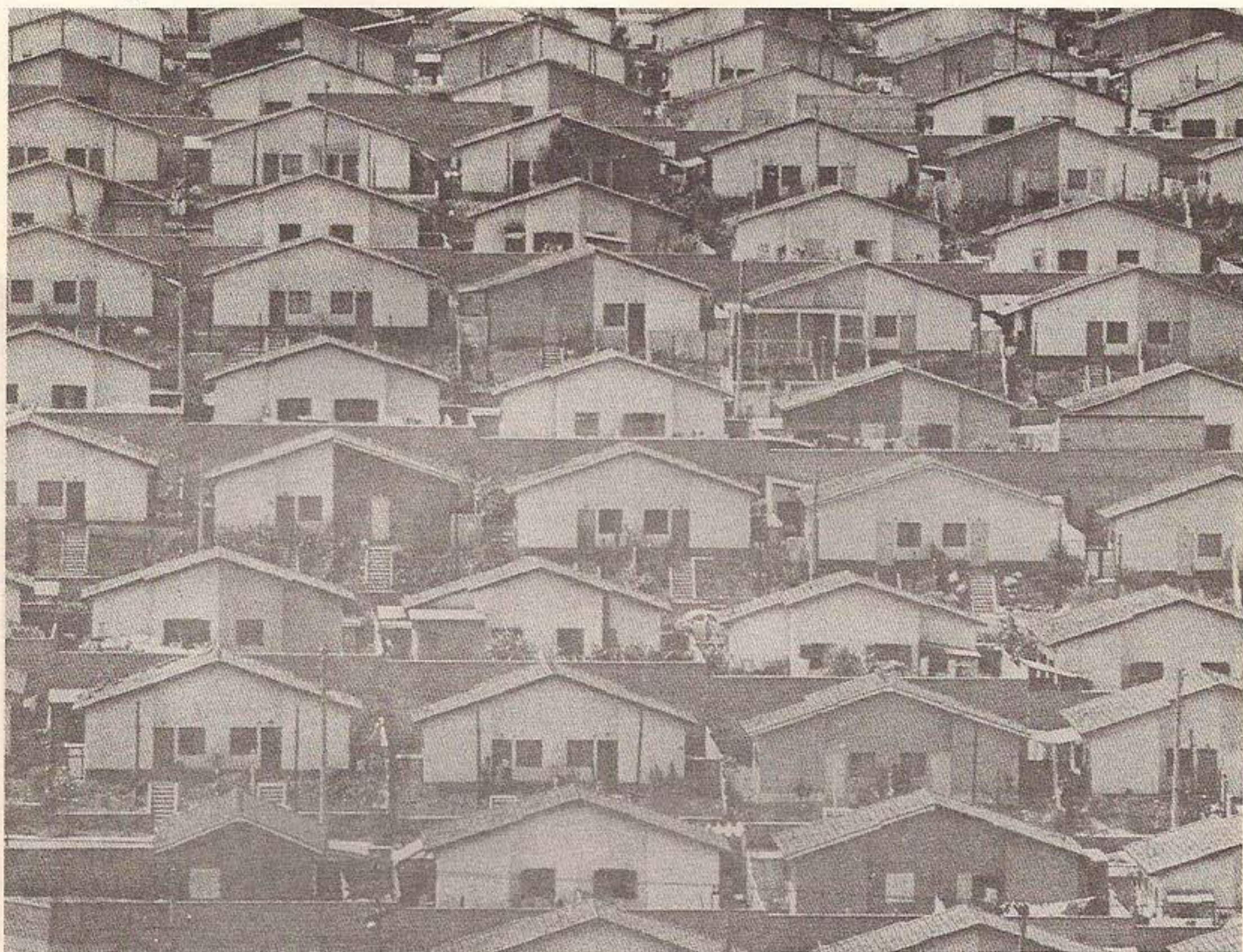
Mas o fundamental é incorporar a contribuição que a população brasileira já dá na auto-construção, avançando em soluções não individuais, criando mecanismos que permitam organizar essa construção de forma mais coletiva. Isto nada tem a ver com o enfoque de pequena comunidade. Deve-se ter uma visão a nível da cidade, da Caixa Econômica municipal, da cooperativa municipal. Deve-se romper com a visão pequena e passar a uma visão política da coisa. E, conjuntamente, investigar instrumentos que permitam essa mediação, de modo que o indivíduo tenha a casa dele, mas a propriedade disso é do grupo ou do Estado, em que o indivíduo possui uma parte.

CLÁUDIO: É exatamente por essas razões, ou seja, porque a demanda por habitação é de tal maneira astronômica face aos recursos que o Estado poderia ter, ou até estaria disposto a alocar, que eu considero que o problema da habitação é insolúvel na economia capitalista. É por isso que na minha opinião a maneira mais eficiente pela qual o Estado poderá intervir hoje no urbano é na construção do espaço público.

ROSANA: Por outro lado, não considero correto a curto prazo o Estado deixar de investir na habitação com recursos centralizados. Acho que qualquer atendimento das necessidades em larga escala pressupõe a intervenção do Estado.

CALAZANS: O problema da habitação terá de ser enfrentado em compromisso entre as organizações populares e o Estado. E a partir daí, de certa forma, tem-se toda razão quando se afirma que a população já está resolvendo o problema de outro jeito, pela auto-construção. O papel fundamental do Estado seria o de transformar e interferir na produção de moradias. Por exemplo, na hora em que ele oferecer a terra e oferecer recursos para a população se organizar coletivamente e apoiar esse esforço, o Estado estará rompendo com o empreiteiro, com o intermediário e com o capital financeiro. Essa me parece uma bandeira de luta, uma palavra de ordem. O que me parece possível nessa articulação entre o Estado e a sociedade civil, na questão da habitação, é o Estado contribuir com o investimento inicial, aquele que é capaz de organizar o processo produtivo.

MANOEL: Hoje, vemos muito claramente que a nível da população em geral existe uma consciência já formulada quanto à reivindicação por moradia, quanto à questão da habitação. Com relação à reforma urbana, porém, já não acontece o mesmo. Eu perguntaria até que ponto a população tem consciência do que é mesmo reforma urbana e qual a importância dessa reforma.



YARA: Eu acho que na medida em que os movimentos populares se organizam, na medida em que a esfera política na cidade é valorizada, a percepção da necessidade da reforma urbana vai ocorrer. Talvez a consciência vai surgir a partir do equacionamento de problemas específicos.

MANOEL: Esse equacionamento é importante, essa sistematização da consciência é importante, porque essa consciência vai brotando num processo vivo. Mas se a consciência espontânea não passa por uma transformação, torna-se difícil dar o salto. O nosso papel como intelectuais é basicamente esse, de articular coisas que para o povo estão dispersas, desconexas, e dar um sentido.

CALAZANS: Eu acho até que não é tão desconexo, porque a conexão se dá na história. Eu acho que podemos, dentro do conjunto de questões que discutimos até agora, tirar o sumo, o elenco de uma série de palavras de ordem, e debatê-las com representantes do movimento popular e sindical.

Com a superação do capitalismo, a cidade se voltará mais para a sua dimensão política. Isso se relaciona com o que já foi colocado aqui, de que o espaço público ganha proeminência na organização do território. Em São Paulo, teremos de equacionar isso muito bem. Eu diria o seguinte: que podemos até descentra-

lizar a indústria no eixo Rio-São Paulo. Mas ao nível do habitante, da moradia, a posição é muito mais de concentração, de urbanização compacta. Veja bem, no CONCLAT os trabalhadores se manifestaram favoráveis a morar dentro da área urbanizada, que tem água, esgoto, cinema etc. Há uma afirmação clara nesse sentido. Eu acho que a cidade dos trabalhadores é a cidade concentrada que se volta para a vida política, para a vida cultural.

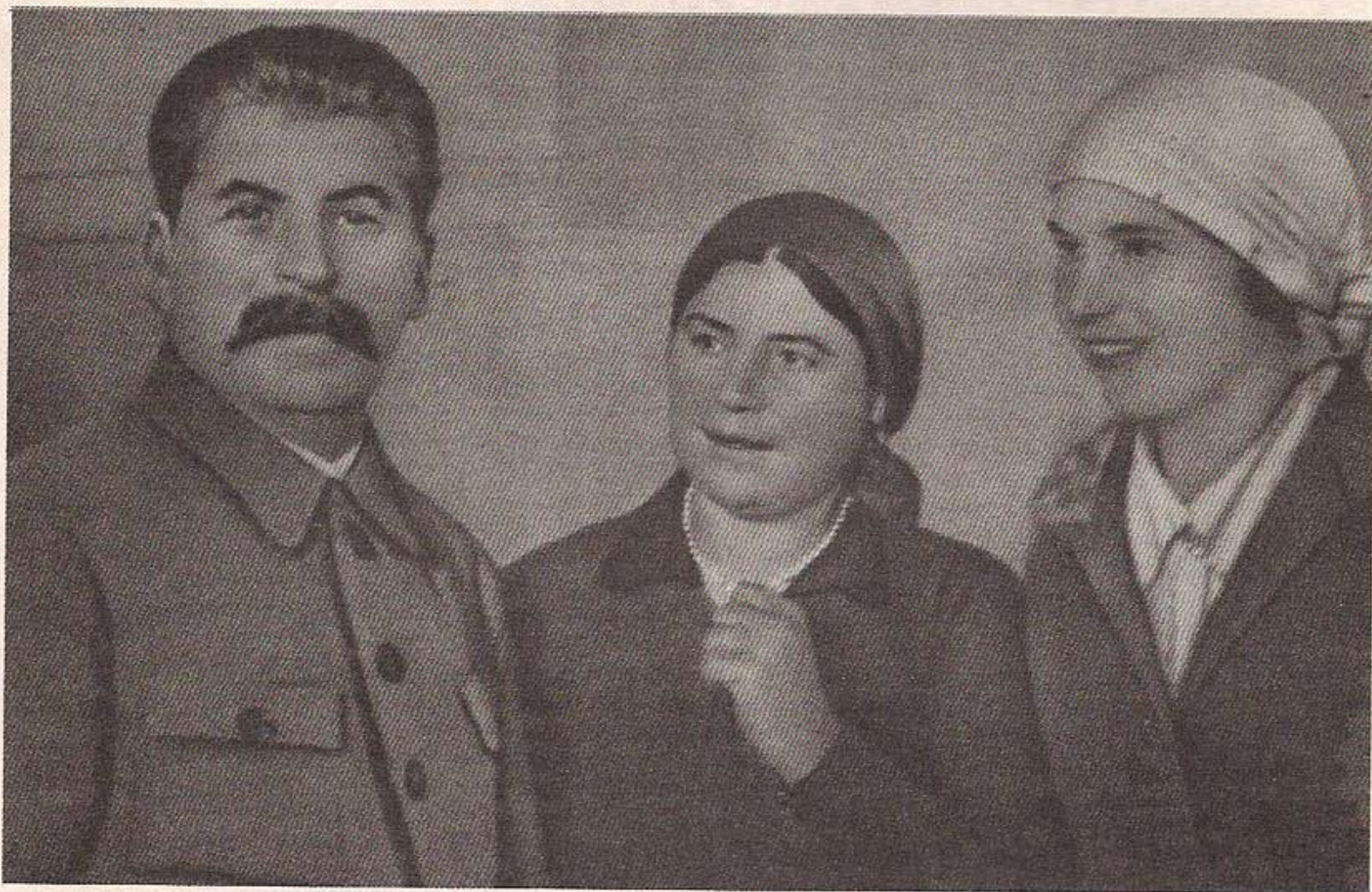
VÂNIA: Eu considero também que dentro da reforma urbana é necessário promover a renovação urbana, ou seja, recuperar o que já existe

ROSANA: Isso implica não só em novos investimentos, mas também na manutenção do existente, porque existe um investimento, esta cidade já foi construída.

CLÁUDIO: Um tema atualíssimo para discussão é saber em que medida, numa economia planejada, conviria privilegiar a urbanização do campo, através da implantação de cidades novas, e levar a vida urbana para o campo; ou em que medida conviria o inverso, ou seja, trazer alguns padrões, alguns elementos da vida rural para as cidades (a natureza, o verde etc.). É uma polêmica a ser travada, porque no Brasil a relação entre cidade e campo é um problema fundamental.

PROBLEMAS DA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO NO CAMPO*

J. Stálin



Neste texto, Stálin aborda questões fundamentais da Economia Política do socialismo que vieram à tona no curso das discussões realizadas na URSS para a elaboração do Manual de Economia Política, no início dos anos 50.

Aqui o autor indica a existência, por um longo período da construção do socialismo, de dois tipos de propriedade no campo: a propriedade kolkhosiana (cooperativista) e as fazendas estatais (propriedade de todo o povo), ambas de caráter socialista. Aponta caminhos para a transformação da propriedade kolkhosiana em propriedade de todo o povo no rumo do aperfeiçoamento constante das relações de produção socialistas no país. O conjunto de opiniões e teses que defende constitui uma contribuição teórica de Stálin ao enriquecimento do marxismo-leninismo também nesse terreno.

Salta aos olhos, no texto que ora publicamos, como também em todo o livro PROBLEMAS ECONÔMICOS DO SOCIALISMO NA URSS, que em breve virá à luz, a argúcia do raciocínio de Stálin e a clarividência científica de seu pensamento. Criticando

pontos de vista errados, Stálin adverte para questões essenciais da economia socialista, em seguida tergiversadas pelos revisionistas que assaltaram o poder em 1956. Particularmente no que se refere ao papel das Estações de Máquinas e Tratores, como concentradoras de meios de produção agrícola fundamentais, Stálin defende a sua manutenção pelo Estado Socialista em contraposição à tese de sua desmobilização ou venda às cooperativas.

Stálin relaciona esta questão com a da esfera de ação da circulação mercantil e da lei do valor no socialismo, alertando para o fato de que a transformação dos kolkhoses em proprietários de grandes e fundamentais meios de produção, (as máquinas e tratores), longe de contribuir para a transformação dos kolkhoses em propriedade de todo o povo e para o avanço do país no sentido do comunismo, conduziria, como conduziu, ao retrocesso histórico.

Reveste-se, portanto, de grande atualidade este texto de Stálin, notadamente no que se refere ao combate teórico contra os revisionistas soviéticos.

(*)Extraído do livro Problemas econômicos do socialismo na URSS.

Que medidas são necessárias para elevar a propriedade kolkhosiana, que não é, naturalmente, propriedade de todo o povo, ao nível da propriedade de todo o povo (“nacional”)?

Alguns camaradas pensam que basta simplesmente nacionalizar a propriedade kolkhosiana, declarando-a propriedade de todo o povo, como se fez, em seu tempo, com a propriedade capitalista. Esta proposta é totalmente errada e completamente inaceitável. A propriedade kolkhosiana é uma propriedade socialista e nós não podemos tratá-la de nenhum modo como propriedade capitalista. Do fato de a propriedade kolkhosiana não ser propriedade de todo o povo não se depreende, de maneira alguma, que a propriedade kolkhosiana não seja uma propriedade socialista.

Estes camaradas supõem que a passagem da propriedade de indivíduos ou de grupos de indivíduos, para a propriedade do Estado, seja a única, ou em todo caso a melhor forma de nacionalização. Isso é falso. Na realidade, a passagem para a propriedade do Estado não é a única, nem sequer a melhor forma de nacionalização, mas sim a forma inicial de nacionalização, como acertadamente diz Engels no *Anti-Dühring*. É indubitável que enquanto existir o Estado, a passagem para a propriedade do Estado é a forma inicial de nacionalização mais compreensível. Contudo, o Estado não existirá eternamente. Com a ampliação da esfera de ação do socialismo na maioria dos países do mundo, o Estado irá extinguindo-se e naturalmente desaparecerá, devido a isso, o problema da passagem dos bens de indivíduos ou de grupos de indivíduos para a propriedade do Estado. O Estado se extinguirá, mas a sociedade subsistirá. Em consequência, como herdeiro da propriedade de todo o povo, aparecerá já não o Estado, que se terá extinguido, mas sim a sociedade mesma, na pessoa do seu organismo econômico central, dirigente. Que é necessário fazer, nesse caso, para elevar a propriedade kolkhosiana ao nível da propriedade de todo o povo?

Os camaradas Sánina e Vénzher propõem, como medida fundamental para essa elevação do nível da propriedade kolkhosiana, vender aos kolkhoses, os principais instrumentos de produção concentrados nas estações de máquinas e tratores (E.M.T.), desobrigar desse modo o Estado das inversões básicas na agricultura e fazer com que os próprios kolkhoses assumam a responsabilidade da manutenção e do desenvolvimento das E.M.T. Dizem eles:

“Seria falso supor que as inversões kolkhosianas devam ser destinadas principalmente a satisfazer as necessidades culturais dos kolkhoses e que o Estado deva continuar proporcionando o volume fundamental das inversões para satisfazer as necessidades da produção agrícola. Não seria mais acertado eximir o Estado deste encargo, já que os kolkhoses estão plenamente capacitados para assumi-lo? O Estado terá muito em que investir seus recursos a fim de criar no país a abundância de objetos de consumo.”

Para fundamentar esta proposta, seus autores apresentam vários argumentos:

Primeiro. Reportando-se às palavras de Stálin de que os meios de produção não se vendem nem mesmo aos kolkhoses, os autores da proposta põem em

dúvida esta tese de Stálin ao dizer que apesar de tudo o Estado vende aos kolkhoses meios de produção como, por exemplo, pequenos instrumentos: foices, gadanhos, pequenos motores etc. Consideram que se o Estado vende estes meios de produção aos kolkhoses, poderia também vender-lhes todos os demais meios de produção, como, por exemplo, as máquinas da Estação de Máquinas e Tratores (E.M.T.).

Este argumento é inconsistente. Naturalmente o Estado vende pequenos instrumentos aos kolkhoses, como estipulam os Estatutos do Artel Agrícola e a Constituição. Mas, podem equiparar-se os pequenos instrumentos a meios de produção tão fundamentais à agricultura como as máquinas e os tratores, ou digamos, a terra que também é um dos meios de produção fundamentais na agricultura? É evidente que não. Não se pode porque os pequenos instrumentos não decidem, em absoluto, da sorte da produção kolkhosiana, ao passo que meios de produção como as máquinas da E.M.T. e a terra, decidem plenamente da sorte da agricultura em nossas condições atuais.

Não é difícil compreender que quando Stálin dizia que os meios de produção não se vendem aos kolkhoses não se referia aos pequenos instrumentos, mas sim aos meios fundamentais de produção agrícola: as máquinas das E.M.T. e a terra. Os autores da proposta jogam com as palavras “meios de produção” e confundem duas coisas distintas sem perceber que laboram em erro.

Segundo. Os camaradas Sánina e Vénzher referem-se também ao fato de que no período em que se iniciava o movimento kolkhosiano em massa — fins de 1929 e princípios de 1930 — o próprio Comitê Central do Partido Comunista (b) da URSS era partidário da entrega, como propriedade, aos kolkhoses, das estações de máquinas e tratores, estipulando que os kolkhoses amortizariam o seu custo no prazo de três anos. Os autores da proposta acham que muito embora essa iniciativa tivesse fracassado naquela ocasião “em vista da pobreza” dos kolkhoses, agora que estes estão ricos, poder-se-ia voltar a essa política, à venda das E.M.T. aos kolkhoses.

Este argumento também é inconsistente. Com efeito, em princípios de 1930, o Comitê Central do Partido Comunista (b) da URSS aprovou uma resolução a respeito da venda das E.M.T. aos kolkhoses. Essa resolução foi aprovada por proposta de um grupo de kolkhosianos de choque, a título de experiência, de prova, com a condição de num futuro próximo voltar-se à questão e reexaminá-la. Contudo, a primeira verificação demonstrou que a resolução não era conveniente e, ao fim de alguns meses, precisamente em fins de 1930, foi ela anulada.

O ascenso posterior do movimento kolkhosiano e o desenvolvimento da construção kolkhosiana persuadiram, definitivamente, tanto os kolkhosianos como os dirigentes de que a concentração dos meios de produção agrícola fundamentais, em mãos do Estado, as Estações de Máquinas e Tratores, é o único meio de assegurar um ritmo rápido de crescimento da produção kolkhosiana.

Todos nós nos rejubilamos com o gigantesco crescimento da produção agrícola em nosso país, com o

crescimento da produção de cereais, algodão, linho, beterraba etc. Qual é a fonte deste crescimento? É a técnica moderna, é o grande número de máquinas modernas que servem a todos estes ramos de produção. Não se trata apenas da técnica em geral. Trata-se de que a técnica não pode manter-se em ponto morto; de que deve aperfeiçoar-se sem cessar; de que a velha técnica deve ser posta fora de serviço e substituída pela técnica nova e esta pela novíssima. Sem isso é inconcebível o progresso de nossa agricultura socialista, são inconcebíveis as colheitas e a abundância de produtos agrícolas. Mas que significa pôr fora de serviço centenas de milhares de tratores de rodas e substituí-los por tratores de lagarta, substituir dezenas de milhares de colhedeadas-combinadas, antigas por novas, criar novas máquinas, digamos, para culturas industriais? Significa despender bilhões de rublos que não poderão ser recuperados senão dentro de 6 a 8 anos. Podem suportar tais gastos os nossos kolkhoses, mesmo que sejam milionários? Não. Não podem, porque não estão em condições de suportar gastos de bilhões de rublos que só podem ser amortizados dentro de 6 a 8 anos. Só o Estado está em condições de realizar estas despesas, uma vez que só ele, e unicamente ele, está em condições de suportar as perdas determinadas pela retirada de serviço das máquinas velhas e sua substituição por outras novas, uma vez que ele e unicamente ele está em condições de arcar com essas perdas durante 6 a 8 anos para, ao término desse prazo, ressarcir-se das despesas realizadas.

Que significa, depois disso tudo, pedir a venda das E.M.T. aos kolkhoses? Significa condenar a grandes perdas os kolkhoses e arruiná-los; solapar a mecanização da agricultura, diminuir o ritmo da produção kolkhosiana.

Daí a conclusão: ao propor a venda das E.M.T. aos kolkhoses, os camaradas Sánina e Vénzher retrocedem e procuram fazer a roda da história girar para trás.

Admitamos, por um instante, que aceitamos a proposta dos camaradas Sánina e Vénzher e comecemos a vender aos kolkhoses os instrumentos de produção fundamentais, as Estações de Máquinas e Tratores. Que resultaria disso?

Disso resultaria, em primeiro lugar, que os kolkhoses passariam a ser proprietários dos instrumentos de produção fundamentais, isto é, encontrar-se-iam numa situação excepcional, numa situação que nenhuma empresa ocupa em nosso país; como se sabe nem mesmo as empresas nacionalizadas são, entre nós, proprietárias dos instrumentos de produção. Como se poderia justificar esta situação excepcional dos kolkhoses, em que considerações de progresso, de avanço se basearia? Pode-se dizer que tal situação contribuiria para elevar a propriedade kolkhosiana ao nível da propriedade de todo o povo, que aceleraria a passagem de nossa sociedade do socialismo ao comunismo? Não seria mais acertado dizer que tal situação só poderia afastar a propriedade kolkhosiana da propriedade de todo o povo e que, ao invés de nos aproximar do comunismo, nos afastaria dele?

Disso resultaria, em segundo lugar, o alargamento da esfera de ação da circulação mercantil, visto que

em sua órbita entraria uma enorme quantidade de instrumentos de produção agrícola. Que pensam a respeito os camaradas Sánina e Vénzher? O alargamento da esfera da circulação mercantil poderia contribuir para o nosso avanço no sentido do comunismo? Não seria mais exato dizer de fato que frearia nosso avanço no sentido do comunismo?

O erro fundamental dos camaradas Sánina e Vénzher consiste em que não compreendem o papel e o significado da circulação mercantil no socialismo; não compreendem que a circulação mercantil é incompatível com a perspectiva da passagem do socialismo ao comunismo. Pensam, pelo que se vê, que a circulação mercantil não constitui um obstáculo para a passagem do socialismo ao comunismo, que a circulação mercantil não pode impedir essa transição. Isto é um grande erro, fruto da incompreensão do marxismo.

Ao criticar a "comuna econômica" de Dühring, que funciona sob as condições da circulação mercantil, Engels demonstrou persuasivamente em seu "Anti-Dühring" que a existência da circulação mercantil deve levar, de modo inelutável, a chamada "comuna econômica" de Dühring ao ressurgimento do capitalismo. Os camaradas Sánina e Vénzher pelo visto não estão de acordo com isto. Tanto pior para eles. Mas nós, marxistas, partimos da conhecida tese marxista de que a passagem do socialismo ao comunismo e o princípio comunista da distribuição dos produtos segundo as necessidades, excluem todo intercâmbio mercantil e, em consequência, excluem também a transformação dos produtos em mercadorias e, ao mesmo tempo, sua transformação em valor.

Isto é o que eu tinha a dizer a respeito da proposta e dos argumentos dos camaradas Sánina e Vénzher.

Que se deve fazer, então, para elevar a propriedade kolkhosiana ao nível da propriedade de todo o povo?

O kolkhós não é uma empresa do tipo comum. O kolkhós trabalha numa terra e cultiva uma terra que já há muito não é propriedade kolkhosiana, mas sim propriedade de todo o povo. Portanto, o kolkhós não é proprietário da terra que cultiva.

Prossigamos. O kolkhós trabalha com instrumentos de produção fundamentais que não são propriedade kolkhosiana, mas sim de todo o povo. Portanto, o kolkhós não é proprietário dos instrumentos de produção fundamentais.

Ainda mais. O kolkhós é uma empresa cooperativa; utiliza o trabalho de seus membros e distribui o rendimento entre eles de acordo com os "dias de trabalho" realizados; além disso o kolkhós tem suas sementes, que se renovam anualmente e se empregam na produção.

Cabe perguntar: que possui concretamente o kolkhós, onde está a propriedade kolkhosiana da qual se pode dispor com plena liberdade conforme o seu desejo? Tal propriedade é a produção do kolkhós, o fruto da produção kolkhosiana: os cereais, a carne, a manteiga, os legumes, o algodão, a beterraba, o linho etc., sem contar os edifícios e a exploração pessoal pelos kolkhosianos, de um terreno que cerca a casa. Ora, uma parte considerável desta produção, o excedente da produção kolkhosiana, destina-se ao

mercado e junta-se assim ao sistema de circulação de mercadorias. É exatamente esta circunstância que impede agora a elevação da propriedade kolkhosiana ao nível da propriedade de todo o povo. Precisamente por isso é necessário tomar este fato como ponto de partida do trabalho para elevar a propriedade kolkhosiana ao nível da propriedade de todo o povo.

A fim de elevar a propriedade kolkhosiana ao nível da propriedade de todo o povo é necessário excluir o excedente da produção kolkhosiana do sistema de circulação mercantil e incluí-lo no sistema de troca de produtos entre a indústria do Estado e os kolkhoses. Aí está o essencial da questão.

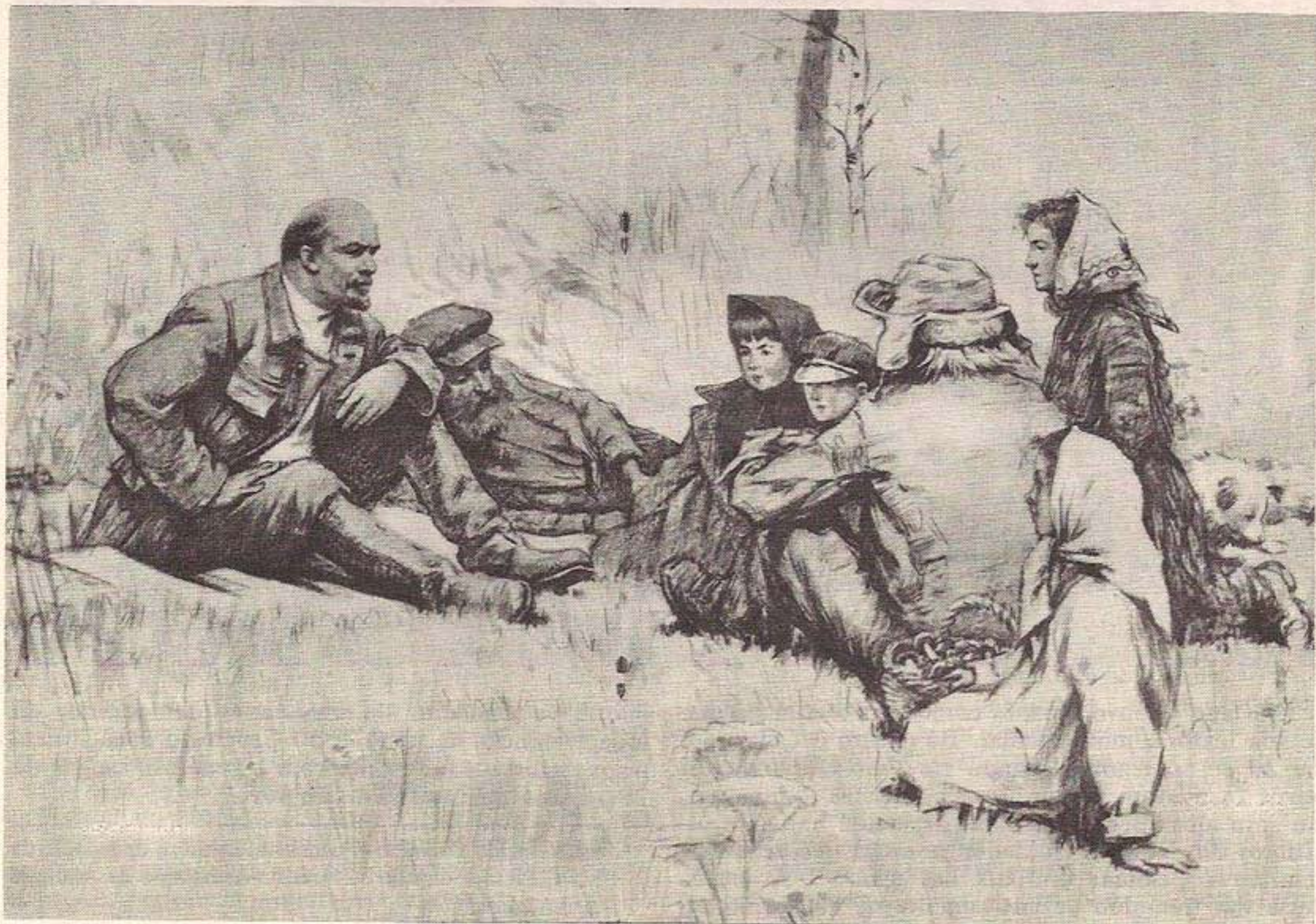
Não dispomos ainda de um sistema desenvolvido de troca de produtos, mas existem os germes da troca de produtos em forma de "pagamento em mercadorias" para os produtos agrícolas. Como se sabe, a produção dos kolkhoses que cultivam o algodão, linho, beterraba etc., de há muito que é "paga em mercadoria"; é verdade que isso não se realiza totalmente, e sim parcialmente, mas apesar de tudo é "paga em mercadorias". Observemos, de passagem, que a expressão "pagamento em mercadorias" é infeliz e que deveria ser substituída pela expressão "troca de produtos". A tarefa consiste em organizar em todos os ramos da agricultura estes germes da troca de produtos e desenvolvê-los em um amplo sistema de troca de produtos para que os kolkhoses obtenham, pela sua produção, não só dinheiro, mas sobretudo os artigos necessários. Tal sistema exige um enorme aumento da produção

que a cidade envia ao campo; e por isso terá que ser introduzido sem muita pressa, na medida em que se acumulem os artigos produzidos pela cidade. Mas, é preciso ser introduzido metodicamente, sem vacilações, reduzindo-os passo a passo a esfera de ação da circulação mercantil e ampliando-se a esfera da troca de produtos.

Tal sistema, ao reduzir a esfera de ação da circulação mercantil, facilitará a passagem do socialismo ao comunismo. Além disso, permitirá incluir a propriedade fundamental dos kolkhoses — o fruto da produção kolkhosiana — no sistema geral da planificação nacional.

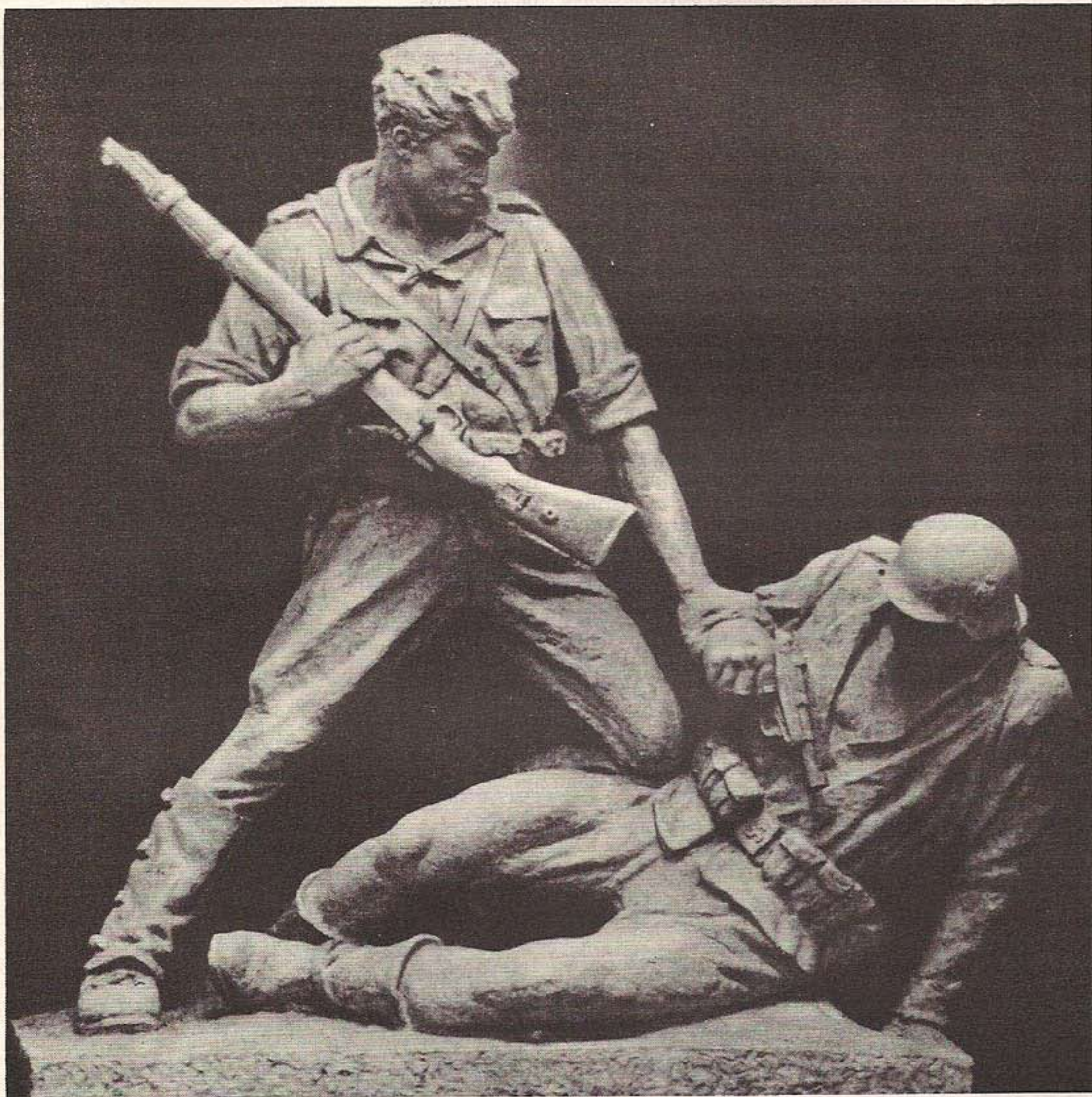
Será este precisamente o meio real e decisivo de elevar, em nossas condições atuais, a propriedade kolkhosiana ao nível da propriedade de todo o povo.

É vantajoso tal sistema para os camponeses kolkhosianos? Sem dúvida, é vantajoso. É vantajoso, uma vez que os camponeses kolkhosianos receberão do Estado produtos em quantidade muito maior e a preços mais baratos do que com o sistema de circulação mercantil. Todo mundo sabe que os kolkhoses que fizeram contratos de troca de produtos com o Governo ("pagamento em mercadorias") obtêm vantagens incomparavelmente maiores do que os kolkhoses que não fizeram. Se se estende o sistema de troca de produtos a todos os kolkhoses do país, estas vantagens serão patrimônio de todos os nossos camponeses kolkhosianos.



ALBÂNIA — 40 ANOS DE SOCIALISMO

José Reinaldo Carvalho*



Este ano o povo albanês comemora a data magna de sua história multissecular. Há quatro décadas, no dia 29 de novembro, quando em todo o mundo os povos fustigavam as hordas nazi-fascistas, tombavam em solo albanês e eram definitivamente expulsos os últimos dos 700 mil soldados fascistas que se aventuraram a pisotear o “país das águias”. A partir desse dia tremulou definitivamente na Pátria, afinal

liberta, a bandeira da verdadeira democracia, da independência nacional e do progresso social. Esta página gloriosa foi escrita com o generoso sangue de 28 mil dos melhores filhos do povo.

* José Reinaldo Carvalho é jornalista, membro da redação de PRINCÍPIOS e diretor cultural da Associação de Amizade Brasil-Albânia.

O desfecho vitorioso da Luta de Libertação Nacional, com a expulsão do exército ocupante, ocorreu concomitantemente ao triunfo da revolução popular e democrática que assestou golpes mortais aos traidores da pátria e às classes exploradoras mancomunadas com o inimigo externo. No lugar do velho poder dessas classes, ultrapassadas historicamente, emergia um novo poder, revolucionário, representativo das forças vivas da nação, os patriotas e democratas, o campesinato pobre e a classe operária, sob a direção dessa última, com o Partido Comunista à frente. Pela primeira vez em sua história, o povo albanês abria caminho e reunia condições para vencer o atraso em que vegetou por séculos, romper os vínculos escravizantes com as potências imperialistas e os círculos chauvinistas vizinhos e liquidar de uma vez para sempre a iníqua opressão política e social a que fora submetido.

A vitória da Luta de Libertação Nacional e da Revolução Popular, conquistada pelo povo unido e armado nas fileiras da Frente Antifascista de Libertação Nacional e do Exército Popular, sob a lúcida direção do Partido do proletariado, abriram, assim, uma nova época na história do povo albanês.

A crônica de todos os eventos políticos e das transformações radicais econômicas, sociais, políticas e ideológicas ao longo destes 40 anos preenchem a história dessa nova época, alcunhada pelo povo como “anos do Partido” e “anos do Poder Popular”.

Quatro décadas representam muito pouco na existência de um povo milenar, sobretudo se a tarefa que ele tem diante de si é vencer o atraso deixado por quinhentos anos de domínio de um império retrógrado como foi o Império Otomano, liquidar as relações de produção semi-feudais e construir uma ordem econômico-social superior — o socialismo. Isto, em meio a conjunturas internacionais sempre turbulentas, fazendo frente a poderosos inimigos internos e externos.

Visto sob este prisma, este curto período da história da Albânia pode muito bem ser comparado a uma epopéia legendária, como a de Ulisses vencendo os Ciclopes.

O ENTRELAÇAMENTO DE DUAS ETAPAS

Dada a complexidade das tarefas políticas, econômicas e sociais, foi titânico o esforço encetado pelo novo poder para ingressar na senda do socialismo. Tratava-se, antes de tudo, de reconstruir o país, reerguê-lo dos escombros deixados pela guerra, como ponto de partida para empreender as transformações de fundo.

Inserida no conjunto das relações capitalistas dominantes a nível mundial, a Albânia, entretanto, tinha o seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural entravado pela dependência externa e pelo monopólio da propriedade da terra nas mãos de poucas famílias, mantendo-se em larga escala a vigência de relações de produção pré-capitalistas. Para abrir caminho à construção do socialismo, colocava-se em primeiro plano o desenvolvimento econômico autônomo, por meio da

exploração dos recursos nacionais no interesse do país, e a liberação das forças produtivas através do rompimento do monopólio da terra, da reforma agrária radical. Em suma, impunha-se a resolução, por parte do poder popular, dos problemas atinentes à revolução democrática e nacional, sem o que não se poderia sequer pensar em construir o socialismo.

Resolvendo esses problemas de fundo, assegurando ao país a independência e ao campesinato a conquista de seu anseio secular, o poder popular acelerou a marcha da revolução e preparou as premissas para a passagem a sua segunda etapa. Ao lado da reforma agrária e da nacionalização das empresas estrangeiras que operavam no país, foram estatizados os principais meios de produção, golpeando assim, decisivamente, os interesses das classes exploradoras internas.

Não foi pacificamente que o poder popular cumpriu tais tarefas. Enfrentou a obstinada resistência das classes derrocadas, como também as abusivas ingerências dos imperialistas anglo-americanos.

Por isso, no plano político se colocou desde logo a necessidade de erguer instituições que correspondessem às mudanças que se estavam efetivando no terreno econômico-social. De início tratou-se de democratizar inteiramente o país, extirpando toda a herança do domínio fascista e das forças reacionárias internas, que impediam o exercício dos mais comezinhos direitos democráticos pelas massas populares. No lugar da monarquia ditatorial do rei Ahmet Zogu, representante das classes reacionárias, avultou o poder dos Conselhos Populares, sucedâneos dos Conselhos Antifascistas de Libertação Nacional criados durante a guerra. Pouco mais de um ano depois da libertação realizaram-se as eleições para a Assembléia Constituinte, que elaborou a primeira constituição verdadeiramente democrática da história da Albânia. A 11 de janeiro de 1946 era proclamada a República Popular da Albânia.

Ganhava expressão política, num novo patamar, a aliança operário-camponesa, e o povo, pela primeira vez em sua história, pontificava como o principal protagonista da vida política e social. Estava vencida a primeira etapa da revolução. Começava a construção do regime socialista.

Desenvolvendo ininterruptamente o processo revolucionário, sem interpor uma “muralha da China” entre as duas etapas da revolução, o Partido do Trabalho da Albânia, aplicando criadoramente o marxismo-leninismo às condições concretas do país, orientou no sentido de estender as relações de produção socialistas surgidas com as primeiras estatizações, ao conjunto da economia nacional. Os comunistas albaneses rejeitaram a tese revisionista de retardar a construção da base econômica do socialismo devido à incipiência do anterior desenvolvimento capitalista no país. Nesse sentido, seguiram caminho diferente dos chineses, para quem entre a revolução democrática-antiimperialista e a construção do socialismo mediava um longo período. O caminho que conduziria ao avanço nesse rumo passava necessariamente pela completa eliminação de todas as formas remanescentes de propriedade privada. É significativo notar o contraste da experiência albanesa também com relação à via indicada por Tito na Iugoslávia,

onde, ao invés de um combate sistemático aos elementos capitalistas, adotou-se a estratégia de “integração pacífica”.

Foi no campo que este problema se colocou com maior agudeza, posto que a reforma agrária transformara em pequenos proprietários milhares de camponeses que antes da revolução não possuíam nenhuma terra. O esforço para transformar o país, de agrário atrasado, em país agrário-industrial com perspectiva de se converter a médio prazo em industrial-agrário, tendo como base as novas relações de produção socialistas, esbarrava na existência da pequena propriedade privada.

O meio para conduzir a transformação da propriedade privada dos pequenos produtores em propriedade social foi a coletivização, entendida como a união livre e voluntária dos pequenos proprietários rurais em grandes unidades de produção agrícola — as cooperativas — nas quais os camponeses possuem coletivamente a terra.

A coletivização da agricultura na Albânia, seja pela criação das cooperativas, seja pela existência, paralelamente a estas, de fazendas estatais (propriedade de todo o povo) ensejou a criação das relações de produção socialistas no campo, liquidou por completo a burguesia enquanto classe e forjou um novo tipo de aliança operário-camponesa, o que representou um passo gigantesco na construção da base econômica do socialismo.

LUTA DE CLASSES E DITADURA DO PROLETARIADO

No plano social, estas importantes modificações na base econômica da sociedade repercutiram na formação de uma nova estrutura de classes. Com a desaparecimento da burguesia como classe possuidora dos meios de produção, passaram a conviver duas classes amigas — o proletariado e o campesinato cooperativista — unidas em torno de interesses fundamentais comuns — a completa construção da sociedade socialista.

Decerto, isto não significa que cessou a luta de classes, uma vez construída a base econômica do socialismo, e uma vez criadas as relações de produção socialistas com o predomínio da propriedade estatal socialista em escala nacional e da propriedade cooperativista (também de natureza socialista) no campo. Não. Estes quarenta anos de vida livre para o povo albanês foram também anos em que se travou, em todos os terrenos da vida social, uma árdua e renhida luta de classes.

Primeiro, contra os latifundiários e a burguesia aliada ao imperialismo. Em seguida, contra os remanescentes da burguesia nas cidades e no campo. E hoje contra os inimigos que por longo tempo se acobertam, mas sempre são descobertos e condenados pelo povo, elementos que se corrompem, degeneram e capitulam diante da multilateral pressão do imperialismo. Luta de classes também no terreno ideológico e cultural, para extirpar das consciências das pessoas as idéias, os hábitos, os vícios acumulados por gerações e gerações. Luta

que não se decide num só dia, por um só golpe, posto que significa em última instância a pugna entre uma velha ideologia, que decai — a ideologia burguesa — e a ideologia do proletariado, a principal força social do mundo contemporâneo, que, embora nova, corresponde às exigências do presente e do futuro da humanidade e por isso viceja e avança.

Na Albânia, esta luta tem trazido como resultado a formação do novo homem, portador de uma nova concepção de vida, baseada na colocação do interesse coletivo acima do interesse estritamente pessoal. Além disso, na fase em que se encontra a construção do socialismo na Albânia, é pelas veredas da luta de classes que se vão reduzindo as diferenças salariais, as diferenças entre cidade e campo e entre o trabalho físico e o intelectual. Enfim, o desenvolvimento da luta de classes no socialismo tem o mérito de, golpeando o liberalismo e o burocratismo, ir fechando cada vez mais os caminhos à degeneração burguesa-revisionista como ocorreu na URSS e demais países outrora socialistas, onde o capitalismo foi restaurado.

O encaminhamento conseqüente da luta de classes nas condições de construção da sociedade socialista só tem sido possível devido ao fortalecimento, aperfeiçoamento e consolidação do Estado da ditadura do proletariado, que significa poder político indivisível nas mãos da classe operária, com seu Partido marxista-leninista à frente, e ampla democracia para o conjunto dos trabalhadores. Não fosse a existência de um poder político solidamente implantado nas massas populares, firmemente embasado na unidade Partido-povo, capaz de permitir a participação direta dos trabalhadores no ato de governar, por conseguinte profundamente democrático, e ao mesmo tempo suficientemente enérgico com os inimigos externos e internos, e o socialismo na Albânia não apenas não teria avançado como avançou nesses 40 anos, mas sequer teria durado 40 dias, se tivésemos em conta as dificuldades de toda ordem que enfrentou.

Desse modo, em contraste com as prédicas dos revisionistas soviéticos sobre o “estado de todo o povo” ou dos eurocomunistas e maoístas sobre o “pluralismo político e ideológico no socialismo”, o Partido do Trabalho da Albânia, sob a direção de Enver Hoxha, enriqueceu na prática e em importantes generalizações teóricas, o princípio marxista-leninista sobre o papel do estado da ditadura do proletariado como poderosa arma nas mãos da classe revolucionária para assegurar a transição rumo à sociedade sem classes.

A SUPERIORIDADE DO SOCIALISMO

Os “anos do Partido e do Poder Popular” constituem um período de redenção de todo um povo e de renascimento de uma nação. Mudou inteiramente a face do país, que floresce e progride. Foram obtidas conquistas sociais asseguradas na lei e na prática, que deram ao povo o bem estar e a verdadeira justiça social.

A economia, que antes da libertação era meramente agrária, tomou impulso com a criação de um vasto, multilateral e potente parque industrial, englobando:

Indústria Elétrica,
Petrolífera,
Extração Mineral (carvão, cromo, cobre e ferro-níquel)
Metalúrgica
Siderúrgica
Química
Mecânica
Materiais de Construção
Madeira e Papelaria
Têxtil
Alimentícia
Farmacêutica

Pode parecer quimera para os que encaram as categorias econômicas e sociais como eternas, os burgueses e pequenos burgueses aferrados aos seus privilégios de classe, mas o socialismo na Albânia, se bem que enfrente as dificuldades criadas pelo cerco imperialista-revisionista, aboliu as chagas sociais que hoje se alastram por todo o organismo dos regimes capitalistas e revisionistas. E garante, a ritmos graduais mas constantes, a elevação do padrão de vida de sua população.

Seu sistema econômico, baseado na planificação e no desenvolvimento harmônico e proporcional dos diversos setores, adquiriu invejável estabilidade, sendo para ele estranhos os fenômenos negativos tão característicos do mundo capitalista-revisionista, como a anarquia na produção, as crises de superprodução, a recessão, a alta de preços, a inflação e a dependência ao exterior. Por isso, inexistente o desemprego e o poder aquisitivo da população segue uma curva ascendente. A reprodução socialista ampliada sem interrupções, o crescimento da indústria, com primazia para a indústria pesada, e da agricultura, possibilitam o incremento a ritmos elevados da renda nacional e do produto social, o que permite aumentar progressivamente os fundos de consumo individual e social.

É o que atestam os principais indicadores econômicos do 7º Plano Quinquenal (1981-1986), que neste ano de festas os trabalhadores albaneses lutam para cumprir e até ultrapassar com incomparável ímpeto revolucionário:

Produção Global — crescimento de 36% no quinquênio

Renda Nacional — crescimento de 35% no quinquênio

Produção Industrial — crescimento de 38% no quinquênio

Produção Agrícola — crescimento de 32% no quinquênio

Prevê-se ainda que a taxa de aumento do Fundo de Consumo será ao final do quinquênio de duas a três vezes maior que a taxa de incremento demográfico.

A estabilidade econômica e o constante crescimento estão na base dos direitos sociais assegura-

dos aos trabalhadores, como a instrução pública e gratuita, a habitação a preços meramente simbólicos, a assistência médico-hospitalar gratuita, um avançado sistema de pensões e aposentadorias, o direito à diversão e ao lazer, a prática do esporte e o amplo acesso das massas à atividade e à produção artístico-cultural. Dentre as conquistas dos trabalhadores albaneses merece menção especial a emancipação da mulher.

Tudo isso mostra que na realidade da Albânia socialista encontra livre curso a lei econômica fundamental do socialismo, que segundo a formulação clássica de Stálin é: "Assegurar a satisfação máxima das necessidades materiais e culturais, sempre crescentes, de toda a sociedade, mediante o desenvolvimento e o aperfeiçoamento ininterruptos da produção socialista à base da técnica mais elevada"¹.

Esta realidade viva e dinâmica da construção do socialismo na Albânia, em constante mutação e desenvolvimento ascendente, atesta a indiscutível superioridade do socialismo sobre o capitalismo. Em lugar da crise, crescimento; em vez de miséria, bem estar; ao contrário de atraso, progresso; onde havia obscurantismo e ignorância, há agora o florescimento da cultura e da ciência; em vez de repressão, liberdade para o povo; de acordos escravizantes com potências imperialistas, o desenvolvimento independente, baseado nas próprias forças.

Nesse sentido, a experiência da Albânia tem para os povos de todo o mundo um valor simbólico. Não para ser mecanicamente copiada, pois a revolução e o socialismo são obra de cada povo. Mas, como uma experiência a indicar, primeiro, que é possível viver livre e independente, mesmo num mundo onde as superpotências imperialistas tornaram letra morta a soberania dos países que caíram nas suas garras. Segundo, que o triunfo da revolução e da construção do socialismo é possível, mesmo num só país e malgrado ser este pequeno territorial e populacionalmente. E terceiro, que o marxismo-leninismo, apesar da traição revisionista e do pessimismo que esta espalhou, mantém toda a sua atualidade e vigor científico.

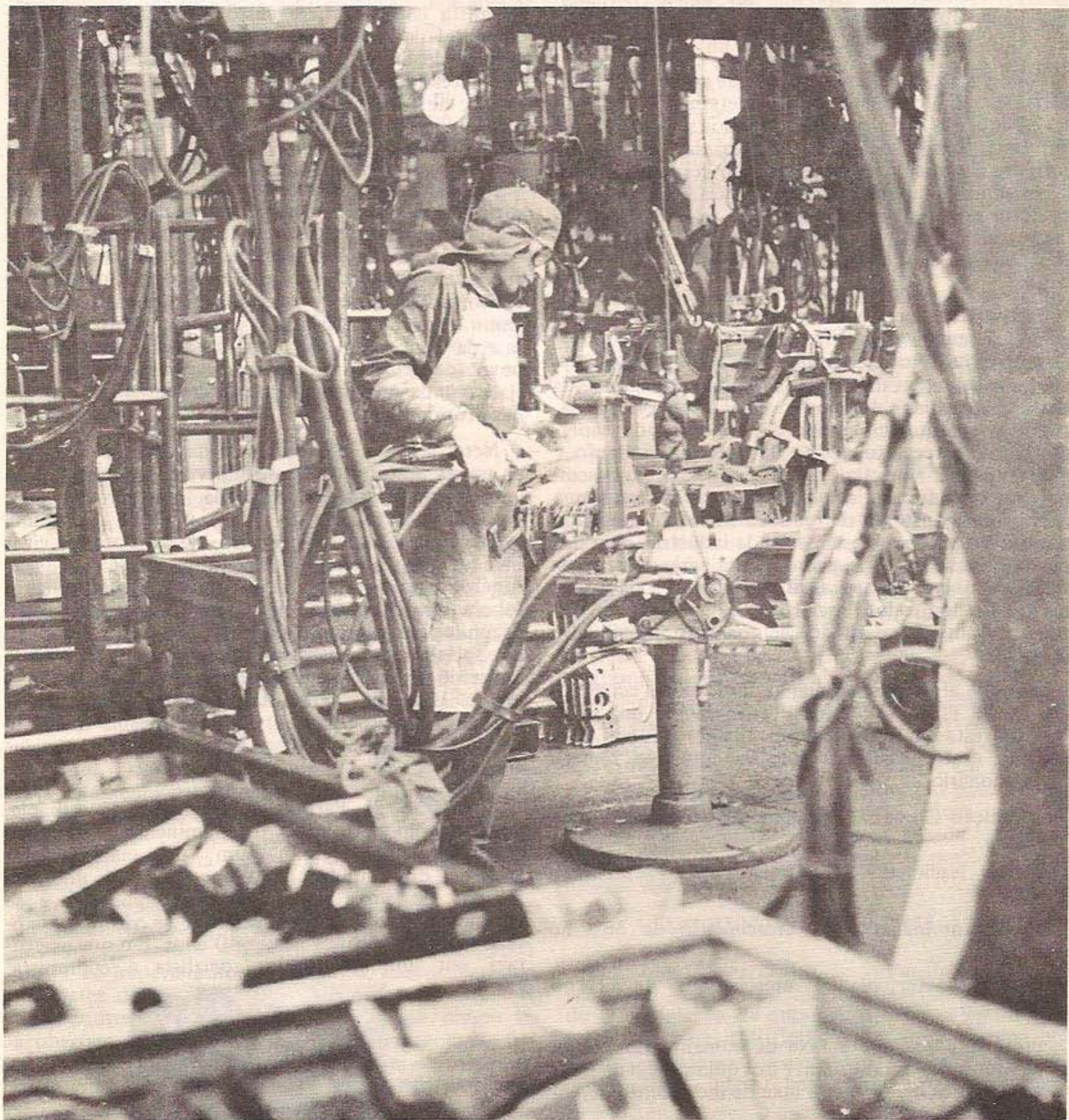
Pela ação do Partido do Trabalho da Albânia, dirigido com perspicácia pelo eminente e talentoso comunista, Enver Hoxha, um dos mais insígnis homens do mundo contemporâneo, a doutrina imortal do proletariado encontra aplicação e se enriquece. Isto é o que garantiu as vitórias históricas do povo albanês nestes 40 anos. É o que assegurará seu luminoso porvir socialista e comunista.



¹ Stálin, J. — Problemas Econômicos do Socialismo na URSS (no prelo).

O Intelectualismo Pequeno-Burguês — uma Tendência Reformista

Nilton Tornero*



* Nilton Tornero é Professor na Universidade Estadual de Londrina - PR e colaborador da PRINCÍPIOS.

O capitalismo, principalmente em sua forma superior, a do imperialismo, tem o mérito de simplificar a luta de classes, definindo-as em dois grandes grupos: o proletariado e a burguesia.

É dentro da fábrica, especialmente na grande indústria, que se encontram as maiores contradições entre o capital e o trabalho. Nesta, toda a produção é socializada, enquanto que o produto do trabalho é apropriado pelos capitalistas. A divisão de trabalho é levada às últimas conseqüências e não resta dúvida de que isto é responsável em grande parte pelo aumento da produção. Há muito se foi a época em que um mesmo operário realizava mais de uma função. Do ponto de vista da produtividade, a empresa capitalista moderna atingia o máximo de sua eficiência.

O que ocorre fora da fábrica não incomoda tanto a burguesia quanto o que ocorre dentro. Isto porque a burguesia sabe que dentro da fábrica está a sua riqueza, o seu poderio. Mas sabe também que ali dentro está a sua ruína.

As contradições entre a burguesia e o proletariado são irreconciliáveis e a burguesia sabe disto. Os métodos que a burguesia tem utilizado ao longo dos tempos para submeter o proletariado têm variado. Mas, conforme a indústria se desenvolve e com esta a sociedade capitalista, a burguesia tem conseguido adaptar seus métodos de dominação.

Em fins do século passado e início deste, o capitalismo atingiu sua fase superior, a do imperialismo. Formavam-se os grandes monopólios. Partia-se para a conquista dos últimos mercados. Os diversos países cresciam — e ainda crescem — de maneira desigual, levando aqueles que mais se desenvolviam a uma necessidade urgente de novos mercados, sob o risco de suas economias entrarem em recessão. Conquistados estes, surge a necessidade da redivisão daqueles já conquistados. A I Guerra Mundial se avizinhava.

Com a formação dos monopólios, a velha ordem existente dentro das fábricas passou a ser um entrave para a sua própria expansão. Os trabalhadores eram ainda, em grande parte, tratados como animais de carga e acreditava-se que o bom administrador era uma qualidade inata, privilégio de poucos, geralmente dos grandes capitalistas, que por uma razão ou outra eram bem sucedidos em seus negócios. Eram necessários novos métodos de trabalho, assim como novos métodos de gestão.

RACIONALIZAÇÃO CAPITALISTA DO TRABALHO

Durante muito tempo estudiosos preocupados com uma maior eficiência do trabalho tentaram sistematizar os conhecimentos da época naquilo que posteriormente chamar-se-ia “bases científicas”. O objetivo era aplicar esses conhecimentos tanto na organização do trabalho nas fábricas como na administração pública. No entanto, os conhecimentos práticos eram ainda insuficientes para que pudessem ser agrupados em um sistema coerente de teoria e prática.

Em fins do século passado há uma rápida expansão industrial nos Estados Unidos e grandes monopólios começam a ser formados. Começam a emergir e se solidificar as condições que tornarão os Estados Unidos a principal potência imperialista do século XX.

É justamente o aparecimento destas novas condições que fornecerão o substrato para o desenvolvimento da administração como ciência. A eficiência dentro da fábrica tinha que aumentar, do contrário esta sucumbiria à concorrência; com a expansão dos monopólios, a figura do dono da fábrica — seu dirigente — passa a ser um obstáculo. Poucos homens na direção das empresas não que ser substituídos por vários, por todo um corpo administrativo, assim como surge a necessidade de se estruturar a nova empresa por setores, cada um contendo seu pessoal especializado em administração. Aos poucos vai surgindo a figura do administrador.

Em fins do século passado e início deste começa a ser difundido um dos primeiros sistemas administrativos, o **taylorismo**, inicialmente nos Estados Unidos — onde surgiu — e, pela época da I Guerra, também na Europa. Este nome deve-se a Frederick Winslow Taylor, que desenvolveu certos conceitos sobre administração, aos quais deu o nome de “Administração Científica”.

Taylor pretendeu racionalizar o trabalho dentro da fábrica. Era um engenheiro que tinha muito contato com a produção. Chamou a atenção para a divisão de trabalho, para o treinamento dos operários em determinada função com a eliminação dos menos capazes, para a necessidade da alocação do homem certo na função certa. Através do controle de tempo procurou, em uma época em que o automatismo mal se iniciava, automatizar o homem, fazendo com que rendesse o máximo. Foi um especialista em estudos de movimento. Eliminando os movimentos desnecessários para a execução de um trabalho, junto a uma supervisão rigorosa, Taylor conseguia aumentar em muito a produção das fábricas pelas quais passava.

Taylor associava intimamente aumento de eficiência com aumento de salário e argumentava que, com a adoção de seu sistema, a contradição patrão-operário, ou seja, capital-trabalho, desapareceria das fábricas.

Esta preocupação é ressaltada a partir da própria definição dos objetivos da administração. Assim escreveu Taylor: “O principal objetivo da administração deve ser o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado”.⁽¹⁾

Segundo Taylor, o trabalho era totalmente desorganizado dentro das fábricas; quem planejava o que fazer e como fazer eram os próprios operários. Além disto, ainda segundo Taylor, havia a crença errônea, por parte dos operários, de que um aumento na produtividade levaria muitos operários ao desemprego; logo, os operários trabalhavam o menos possível e a “cera” nas fábricas trazia prejuízo de milhões.

A adoção da maneira científica de trabalhar significava a definição prévia das tarefas a serem executadas pelos operários. Quem deveria definir estas tarefas eram os administradores. Conforme dizia Taylor, cada tarefa tem sua ciência. Assim, por exemplo, existe a ciência de como carregar barras de ferro. O que a administração científica tem a fazer é descobrir as leis dessa ciência. Parte importante nessas pesquisas são os estudos de movimento, nos quais se procura sepa-

rar os movimentos essenciais, imprescindíveis, daqueles desnecessários e que podem, portanto, ser eliminados. Estudando variáveis deste tipo e outras, Taylor conseguiu que o transporte de barras de ferro que era em média de 12 toneladas/dia/homem em determinada companhia subisse para 47 toneladas/dia/homem, sem que o operário se exaurisse.

Era evidente, conforme Taylor, que esses princípios só poderiam ser descobertos por quem os estudasse cientificamente e não por qualquer operário. O operário tinha o empirismo, mas a distância entre o empirismo e a ciência é muito grande. Uma das funções do administrador era descobrir esses princípios e ensinar os operários ignorantes a aplicá-los corretamente e assim aumentar a eficiência. Depreende-se que aumentava também a alienação do operário em relação ao trabalho. Não são todos os operários, dizia Taylor, que servem para determinada função, por mais simples que a mesma possa parecer.

Portanto, operários deveriam ser selecionados e treinados para trabalhar no novo sistema; na época, isso soava quase como uma heresia. Como a produtividade desses operários era muito maior do que a daqueles que trabalhavam pelo "velho sistema", é imprescindível, dizia Taylor, que o salário seja aumentado, de tal modo que trouxesse ao mesmo tempo o "máximo de prosperidade ao patrão" e o "máximo de prosperidade ao empregado". Ao final de tudo, a sociedade ganharia, pois havendo aumento na produtividade, haveria mais artigos no mercado a preços menores, além de a qualidade ser superior, pois a produção estaria organizada estritamente de maneira científica.

Desta maneira Taylor acreditava resolver a contradição capital-trabalho. No entanto, embora argumentasse que deveria ser procurada a máxima produtividade por trabalhador, o salário não deveria ultrapassar certa quantia pois, acima desta, argumentava Taylor, o operário se corrompe. Por exemplo: uma "longa série de experiências, acompanhadas de cuidadosa observação" demonstraram a Taylor que os operários que carregavam barras de ferro na companhia citada não poderiam ter um acréscimo superior a 60% em seus salários, embora a produtividade tivesse aumentado 4 vezes. E assim se justificava:

"Quando, porém, eles recebem mais que 60% além do salário, muitos deles trabalham irregularmente e tendem a ficar negligentes, extravagantes e dissipados. Por outras palavras, nossas experiências demonstraram que para a maioria dos homens, não convém enriquecer depressa".⁽²⁾

É verdade que o operário recebia mais, porém a mais-valia relativa aumentava mais que o aumento do salário e o capitalista saía ganhando e muito. Mesmo assim o sistema trouxe, durante a sua implantação em muitas empresas, uma relativa paz entre as classes. Taylor se gabava de que jamais havia ocorrido uma greve nas empresas em que pessoalmente implantou o seu sistema.

Nas empresas onde o taylorismo foi implantado seus proprietários experimentaram grandes lucros e, na corrida da concorrência, começaram a levar vantagem. Combatido no início, o taylorismo foi aos pou-

cos se expandindo. Hoje, mais de oitenta anos após o seu aparecimento, continua sendo a base da organização da produção dentro das fábricas.

F. W. Taylor não foi o primeiro nem o último a fracassar em seus planos de conciliar o trabalho e o capital, isto por que seu sistema servia para aprofundar a exploração do homem pelo homem e não para eliminá-la.

O sistema Taylor permitia um controle muito grande da força de trabalho dentro da fábrica, explorando-a ao máximo.

Ao contrário do que imaginava, a paz e a harmonia entre patrões e operários não ocorreu de maneira duradoura.

Não demorou para que outros cientistas a serviço dos capitalistas percebessem que outras variáveis — além de um maior salário e melhores condições de trabalho — tinham influência e precisavam ser controladas.

Ou melhor, o trabalhador tinha que ser controlado tanto fora como dentro da fábrica. Taylor dera o primeiro passo, controlando a força de trabalho, fazendo com que produzisse mais, tudo isto em "bases científicas". Porém, um operário não é somente força de trabalho. Tem suas necessidades, suas reações às circunstâncias. Tem sua família, participa de um grupo social. Como controlar tudo isto?

O SOCIALISMO UTÓPICO

A questão não era nova; tampouco a solução. Robert Owen, um industrial inglês, notabilizou-se por que, ainda no início do século XIX, fez algo que soava como utopia na fábrica de fios de algodão de New Lanark, na Escócia, da qual era sócio e gerente. Enquanto a maioria dos operários era obrigada a trabalhar à exaustão e crianças de 5-6 anos eram figuras comuns nas fábricas, Owen reduziu a jornada de trabalho de seus operários. Enquanto que a maioria dos trabalhadores ingleses morava em tugúrios, Owen deu-lhes casas decentes. Proibiu as crianças, filhas de seus operários, de trabalharem; construiu-lhes escolas e jardins de infância e mandou-as para lá. Observou que neste regime liberal, embora trabalhassem menos, a produção de seus operários era muito maior que no restante das fábricas que visitava. Sua fábrica prosperava muito mais que as outras. A respeito disse Engels:

"Uma população operária que foi crescendo paulatinamente até 2.500 almas, recrutada a princípio entre os elementos mais heterogêneos, a maioria dos quais muito desmoralizados, converteu-se nas suas mãos numa colônia-modelo, na qual não se conheciam a embriaguez, a polícia, os juízes de paz, os processos, os asilos para pobres nem a beneficência pública. Para isto bastou, somente, colocar seus operários em condições mais humanas de vida, consagrando um cuidado especial à educação da prole".⁽³⁾

Owen não parou aí em relação à questão social. Cada vez mais tomou partido ao lado do proletariado em suas reivindicações. Diante da burguesia, isto constituiu a ruína de Owen. É o mesmo Engels quem historia:

"O avanço para o comunismo constitui um momento crucial na vida de Owen. Enquanto se limi-

tara a atuar só como filantropo, não colhera senão riquezas, aplausos, honra e fama. Era o homem mais popular da Europa. Não só os homens de sua classe e posição social, mas também os governantes e os príncipes o escutavam e o aprovavam. No momento, porém, em que formulou teorias comunistas, virou-se a página.”(4)

Assim a burguesia trata seus inimigos; assim tratou Owen. Entretanto, sua experiência em New Lanark mostrou que o bem-estar do operário era importante também fora da fábrica; ele produzia mais quando sabia que sua família estava em segurança ou que seus filhos iam à escola e teriam, no futuro, a possibilidade de ser melhores que ele na escala social.

NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO

Ao se notarem as limitações do taylorismo, buscaram-se outras formas, agora com nova roupagem (e de maneira “científica”). Não é à toa que a psicologia moderna se desenvolveu a partir de estudos iniciados em fábricas. Desde cedo a psicologia mostrou ser um instrumento poderosíssimo nas mãos dos capitalistas, pois permitia, através de métodos sutis, o controle das emoções e das reações dos operários, assim como o controle grupal. O comportamento do operário passou a ser esmiuçado dentro e fora da fábrica; o círculo social no qual participava — e participa — passou a ter grande importância na nova forma de controle social.

Logo outras ciências vieram se juntar para apertar a camisa-de-força em torno do proletariado. Tudo passou a ter importância, a ser estudado. Sua intimidade passou a ser vasculhada. Grande número de sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, passaram a fazer parte deste bem articulado exército, pago regularmente pelos capitalistas, com a finalidade de controlar o proletariado em todas as direções.

Posteriormente, também a medicina, chamada “medicina do trabalho”, forneceria seus profissionais a este exército.

Hoje fala-se em várias “escolas” de administração. Um enfatizam as relações humanas, outras a sociologia, outras a psicologia dos grupos etc. Diferem, apesar disto, em questões secundárias pois, na verdade, se complementam. Todas essas “escolas”, no mundo capitalista, têm como objetivo reforçar o controle da burguesia sobre o proletariado e não a sua libertação.

A PEQUENA-BURGUESIA EM FUNÇÃO DA REFORMA SOCIAL

O exército de controladores que os capitalistas utilizam é formado quase que exclusivamente de membros da pequena-burguesia.

A pequena-burguesia geralmente, não é dona dos meios de produção. Por isso não guarda relação de antagonismo irreconciliável com o proletariado, como o guarda a burguesia.

A pequena-burguesia, embora assalariada, não pode ser igualada ao proletariado. O pequeno-burguês, mesmo o mais miserável, não é um proletário pois, como disse Marx:

“...‘proletário’, na acepção econômica da palavra, deve entender-se unicamente o operário assalariado,



que produz e aumenta ‘o capital’ e que é atirado à rua logo que se torna supérfluo para as exigências do crescimento do valor do ‘senhor capital’...”(5)

Ora, quem ao mesmo tempo produz e aumenta o “capital” é o proletário e não o pequeno-burguês.

No entanto, a pequena-burguesia, espremida entre a burguesia e o proletariado, vive em eterno dilema. De um lado as benesses da burguesia a chamam; do outro, as agruras do proletariado. E é justamente essa contradição da pequena-burguesia que é admiravelmente explorada pela burguesia em causa própria.

Recrutando amplos setores da pequena-burguesia para engrossar o exército “pacífico” que usa para controlar os operários — e suas famílias — a burguesia, em nome da “ciência”, procura impingir-lhes que na verdade não trabalham para ela, burguesia, mas sim para a libertação da classe operária.

À pequena-burguesia dita instruída, a burguesia procura dar a responsabilidade de reformadora social, usando a ciência ou os conhecimentos de um modo geral. E a pequena-burguesia tem se prestado diligentemente a este papel. No entanto, a pequena-burguesia, em seu conjunto, professa, mesmo quando diz o contrário, os dogmas do capitalismo. Vários ramos da ciência são dominados pela metafísica e não pela dialética; suas interpretações dos fenômenos sociais são idealistas e raramente materialistas. Pobre pequena-burguesia! Fechada em si, mergulhada em sua ignorância, cria um mundo à parte na sociedade, julga-se a dona da verdade. Mas, mesmo entre setores da pequena-burguesia pouca concordância existe. O axioma “em

cada cabeça uma sentença" jamais será tão bem aplicado como a esses pequeno-burgueses, dos quais cada um se julga o conhecedor das "fórmulas" que salvarão a humanidade.

Nos seus atos diários, os pequeno-burgueses, membros do exército "pacífico", acreditam que estão mudando a sociedade, quando na realidade mantêm a estrutura dominante capitalista, para o bem-estar da burguesia.

Desta maneira, a burguesia sabe valer-se do espírito crítico da pequena-burguesia, orientando-o aos seus propósitos. Sabe igualmente domar os pequeno-burgueses furiosos, radicais, dando-lhes alguns cargos de relativa importância, principalmente nos escalões governamentais.

Sendo assim, torna-se inevitável que surjam, no seio da pequena-burguesia, agrupamentos que dizem defender a doutrina do proletariado, ou melhor, se dizem marxistas.

A DEFORMAÇÃO DO MARXISMO

É certo que a física clássica, do tempo de Newton, é incapaz de resolver grande parte dos problemas que a sociedade atual coloca. No entanto, da física moderna, ninguém diz ser uma nova ciência, que nada tem a ver com a velha física. Isto ocorre com qualquer ciência, ou seja, a ciência se desenvolve com o decorrer do tempo. Porém, não se trata de um desenvolvimento caótico, ao acaso, sem nexos. Cada ciência se desenvolve tendo por base uma série de princípios, de leis, de objetos de estudo, que a distinguem de qualquer outra.

Conforme se desenvolve, surgem novos ramos dentro de uma mesma ciência, que no entanto têm a unificar todos esses princípios e leis comuns. É por isto que não se diz que existem duas físicas, duas astronomias, duas matemáticas.

Com o socialismo científico ocorre processo semelhante. As bases do socialismo científico foram lançadas por Marx e Engels no decorrer do século passado, época em que o capitalismo estava na fase de livre concorrência. Entretanto, a época atual — época do imperialismo — se rege não só pelo marxismo, mas sim pelo marxismo-leninismo. Na fase imperialista, disse Stálin:

"...as contradições do capitalismo chegaram ao seu limite extremo, quando a revolução proletária se converteu numa questão prática e imediata, quando o antigo período de preparação da classe operária para a revolução chegou ao ponto alto e se transformou num novo período de luta direta contra o capitalismo".⁽⁶⁾

A teoria marxista-leninista não muda conforme este ou aquele fato, assim como as leis da física não mudam conforme a conveniência deste ou aquele cientista.

O grande mérito da ciência marxista é poder aplicar a teoria ao estudo do desenvolvimento da sociedade. Estuda as relações entre os homens, entre as diversas classes sociais. Ao contrário de outros sistemas filosóficos, não se limita a observar os fatos, mas a transformá-los. O marxismo é antes de tudo ação.

Assim pensa e age a pequena-burguesia?

Hoje o marxismo "oficial" prolifera nas camadas

que se julgam mais esclarecidas da pequena-burguesia. Há os marxistas de orelhas de livros, os marxistas de um livro só, os marxistas de livro algum. Há os marxistas que negam Marx ("Marx foi genial em seu tempo, mas hoje as condições do mundo são completamente diferentes"). Qualquer professor pequeno-burguês que se preze cita Marx e/ou Engels em suas enfações teses e trabalhos ao lado de outros pensadores idealistas e metafísicos, como se todos fossem iguais, como se todos se completassem, como se Marx e/ou Engels fossem apenas mais um. Desta maneira procura adquirir respeitabilidade entre seus pares, ao mesmo tempo que contribui para a disseminação de tudo quanto é teoria anticientífica na sociedade.

Sabe-se que da análise que fez da sociedade capitalista, muito daquilo que Marx disse é aceito pela burguesia menos reacionária. Exemplo clássico é a questão da luta de classes; não foi Marx quem a descobriu; pensadores burgueses, antes dele, já a haviam descrito. No entanto, toda a análise marxista tem por fundo a luta de classes. A luta de classes em si é aceita pela burguesia mais esclarecida. Esta não corre nenhum perigo iminente pelo fato de alguém dizer que a sociedade capitalista se divide em classes. São conceitos como este que a pequena-burguesia cita em seus escritos para tirar as mais exdrúxulas conclusões, que nada contêm de marxismo.

Entretanto, tudo o que Marx e Engels disseram a respeito da superação da luta de classes, do papel revolucionário do proletariado, da ditadura do proletariado, tudo isto a pequena-burguesia faz questão de ignorar ou então classificar como dogmas ultrapassados.

A revolução proletária assusta não só os capitalistas como também a pequena-burguesia. Lênin, que desenvolveu o marxismo na fase imperialista do capitalismo, conforme disse Stálin, passou a sua vida organizando um partido de aço que fosse capaz de levar avante a luta de classes, ou seja, preparando a ditadura do proletariado. Não é, pois, de estranhar que seu nome raramente seja citado pelos escribas burgueses e pequeno-burgueses. Stálin que, à frente do Estado Soviético, teve como papel histórico a consolidação da ditadura do proletariado, é apresentado por esses mesmos escribas como sendo a personificação de tudo quanto de ruim existiu no mundo, sendo comparado a Hitler, Nero e outros déspotas de igual quilate. No entanto, esses mesmos escrevinhadores se regozijam com os feitos de Kruschov, Tito e outros da mesma laia.

Hoje estão em voga vários tipos de "socialismo". Há o "socialismo humano", o "socialismo democrático", o "socialismo cristão", o "socialismo moreno", etc, etc. O socialismo é uma ciência; logo, existe somente um. A pequena-burguesia "esclarecida", a serviço da burguesia, não admite várias ciências físicas, várias ciências matemáticas, mas julga um escândalo a idéia de só existir uma ciência marxista. "É um dogma que deve ser superado", dizem.

Note-se o quanto de filisteísmo e de farisaísmo existe no pensamento pequeno-burguês.

Muitos dos elementos mais inconformados da pequena-burguesia, os "pequeno-burgueses furiosos", na

feliz expressão de Lênin, ver-se-ão tentados a mudar a sociedade, segundo as suas confusas idéias de mudança social. É, pois, inevitável, que esses grupos se organizem e participem de movimentos de "esquerda", esforçando-se para levar suas teorias ao proletariado, aos camponeses e às massas trabalhadoras em geral. Como essas teorias sempre favorecem, desta ou daquela maneira a burguesia, na verdade esses setores cumprem o papel histórico de atrasar as transformações sociais conseqüentes.

As idéias reformistas pequeno-burguesas ganham nova amplitude quando conseguem atrair a aristocracia operária, aliada à burguesia e traidora da classe operária. Vários desses aristocratas são pessoas de certo prestígio no meio operário e exercem importante papel na disseminação das idéias pequeno-burguesas.

Todas essas correntes e partidos inspirados pelo reformismo pequeno-burguês são antimarxistas e antisocialistas. Tentam conseguir a hegemonia no meio operário e em outras frentes.

Não é por acaso que, uma vez com um mínimo de organização, esses agrupamentos e partidos reformistas definem seus verdadeiros inimigos: os partidos revolucionários marxistas-leninistas. Ao mesmo tempo que declaram guerra aberta aos autênticos partidos do proletariado, conciliam abertamente ou às escondidas com a burguesia.

No Brasil, atualmente, dentre esses agrupamentos reformistas pequeno-burgueses, destacam-se o Partido dos Trabalhadores (PT) e o chamado Partido Comunista Brasileiro (PCB, Partidão). Ambos são partidos pequeno-burgueses, que têm como missão histórica a perpetuação do domínio da burguesia, a continuidade da exploração capitalista. Ambos são destacamentos da vanguarda burguesa infiltrados no meio operário. Defendem um socialismo de fachada. São profundamente anticomunistas. Tudo o que almejam é a própria sociedade capitalista, com esta ou aquela reforma. Seus principais inimigos são o autêntico partido da classe operária, fundado em 1922, o Partido Comunista do Brasil, e todas as forças progressistas da sociedade, que realmente lutam por mudanças radicais na mesma.

O surgimento desses agrupamentos e partidos pequeno-burgueses reformistas é inevitável na sociedade capitalista. Assim como a burocracia se organiza em partidos políticos, associações etc. para defender e perpetuar os seus interesses, assim também faz a pequena-burguesia.

Os partidos autenticamente marxistas-leninistas terão que travar luta acirrada contra essas correntes no decorrer dos tempos.

Tais correntes surgem conforme as fases históricas pelas quais passa um determinado país. No Brasil, a expansão e o fortalecimento da indústria de ponta criaram uma aristocracia operária de alguma importância. Igualmente o desenvolvimento capitalista verificado de alguns anos para cá aumentou e fortaleceu certos setores da pequena-burguesia. Ampliou-se a burocracia; o papel do "técnico" sem "cor política" ganhou relevo. Importantes setores da pequena-burguesia foram cooptados pela burguesia.



A pequena-burguesia não é utilizada pela burguesia somente para o controle operário ou de grande parte dos trabalhadores. É usada também para as funções de controle da sociedade como um todo, perpetuando a superestrutura capitalista. À medida que o capitalismo se desenvolve, aumentam as escolas e conseqüentemente o número de professores; aumenta a burocracia estatal. Todos esses postos são preenchidos por membros da pequena-burguesia os quais, em sua grande maioria, estão empenhados em perpetuar a ordem capitalista, mesmo que aparentemente dela divirjam.

Um país não se tornará socialista conforme o número maior ou menor da classe operária ou conforme a organização pequeno-burguesa. Países como os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Itália, têm grande número de operários, porém nada indica que chegarão ao socialismo em um futuro próximo. Esses países, mesmo onde os denominados Partidos Comunistas desempenham algum papel na sociedade, estão longe de realizar a revolução socialista, pois esses PCs seguem uma linha reformista, revisionista, de suporte à política burguesa.

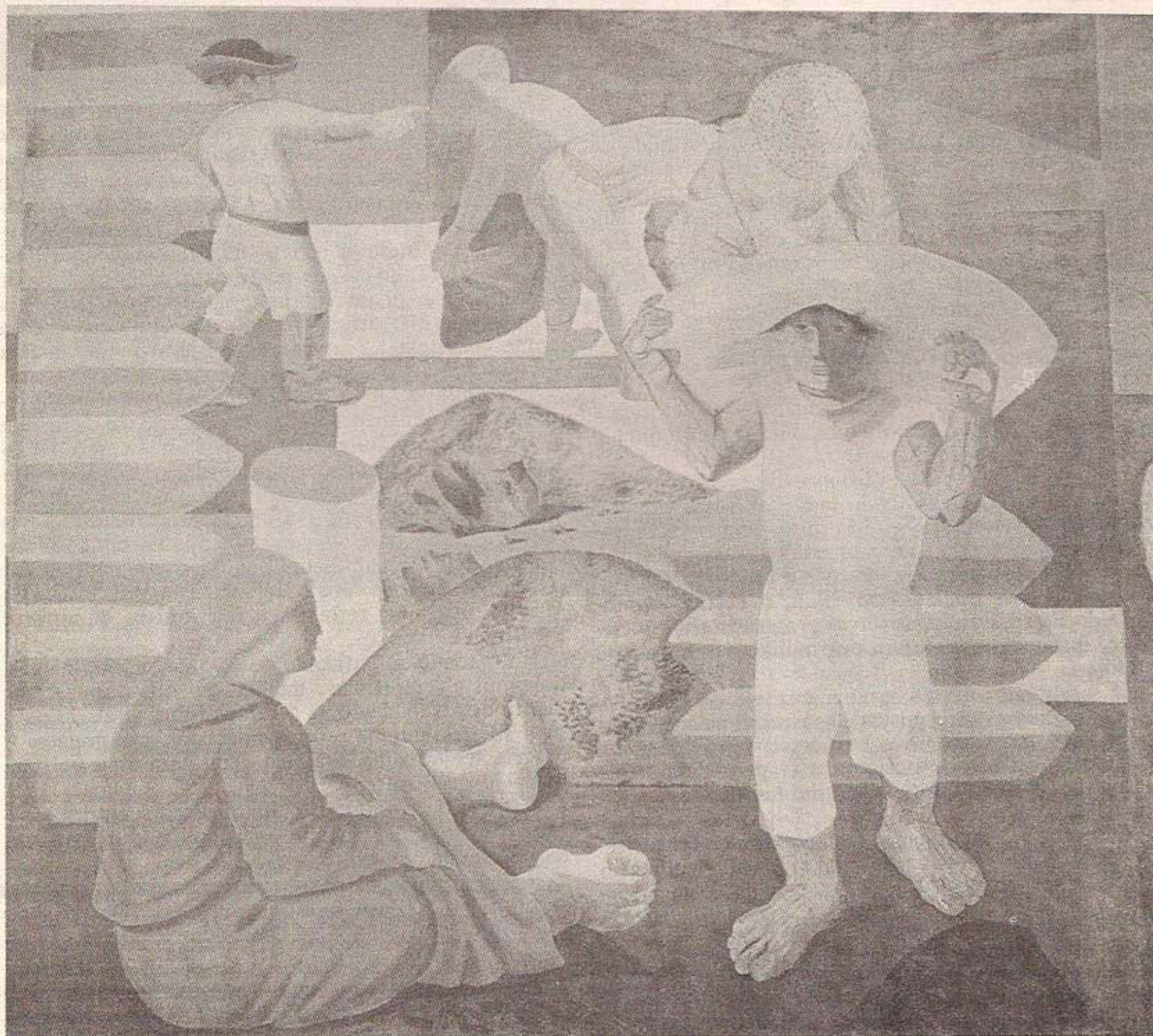
Um partido autenticamente revolucionário, marxista-leninista, crescerá na medida em que desmascarar diante dos trabalhadores o reformismo, atraindo para suas fileiras amplos setores operários, camponeses e das classes trabalhadoras em geral para uma política justa e conseqüente.

Na medida em que isto for realizado, atrairá também para suas fileiras aqueles setores não reformistas da própria pequena-burguesia.

- (1) Taylor, F. W. *Princípios da administração científica*. 7ª edição. Trad. Arlindo V. Ramos. São Paulo, Atlas, 1976. p. 29.
- (2) Ob. cit., p. 76.
- (3) Engels, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Trad. Roberto Goldkorn. São Paulo, Global, s/d. p. 40-1.
- (4) Ob. cit., p. 42.
- (5) Marx, K., citado por Hoxha, E. *O eurocomunismo é anticomunismo*. Trad. Aníbal Jardim. São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 1983. p. 70.
- (6) Stálin, J. V. *Fundamentos do Leninismo*. Trad. Olinto Beckerman. São Paulo, Global, s/d. p. 8.

Aspectos Econômicos e Sociais da Cultura do Café na Bahia*

José Valdo de Oliveira



* Segunda parte de um trabalho sobre as culturas do cacau e do café da Bahia.
A primeira parte foi publicada na PRINCÍPIOS n.º 7.

A reintrodução do plantio do café em grande escala na Bahia tem seu início em 1971, com a implementação do Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC). Este processo tem ligação com a emergência de tendências que deterioram a posição econômica privilegiada desta cultura no sul, sob a pressão de sucessivas geadas. Após a geada de 1975, para citar um ano particularmente cruel, a produção de café beneficiado cai 43% em São Paulo e 100% no Paraná.

O café inicia o processo vertiginoso de extensão do seu plantio na Bahia, pelo Planalto de Conquista, onde concentrará ininterruptamente entre os anos agrícolas de 1972/73 e 1976/77 acima de 60% do plantio anual baiano, aferido em termos de número de covas de café arábica⁽²⁾.

No ano agrícola de 1977/78 a região da Chapada Diamantina ultrapassa a cifra anual de 15 milhões de covas de café arábica atingindo o primeiro plano com 45,65% do total estadual nos limites deste período agrícola⁽³⁾. Mesmo assim, no entanto, devido ao atraso da expansão cafeeira aí verificada, o desempenho da Chapada em anos mais próximos ainda não lhe permitirá suplantar em termos absolutos a prevalência do Planalto de Conquista. Este, possuindo acima de 62 milhões de cafeeiros, abarca 46,12% do plantio de café na Bahia até 1981. Mas a diferença atual entre um pólo e outro é reduzida, visto que já estão concentrados na Chapada Diamantina 37,77% dos cafeeiros do estado, que, ao todo, atingem no momento número superior a 156 milhões (Tabela).

BAHIA – SITUAÇÃO DO PLANTIO DE CAFÉ ATÉ 1981		
REGIÕES	CAFEIROS (mil)	%
Planalto de Conquista	62.753,1	40,12
Chapada Diamantina	59.075,7	37,77
Santa Inês	18.129,3	11,59
Jequié	16.458,9	10,52
Total	156.417,0	100,00

Reflexo da relativa imaturidade ainda vivida pelo seu parque cafeeiro, a Bahia encontra-se em quinto lugar entre os estados produtores nacionais, com uma produção (café em coco) de 81.540 toneladas em 1981. Na sua frente, em plano visivelmente superior estão os estados de Minas Gerais, 1.319.076 t., São Paulo, 1.164.400 t., Paraná, 819.804 t. e, por fim, em quarto lugar, Espírito Santo, com 305.700 t.. Nesse ano, a produção regional correspondeu a 2,1% da nacional, que foi de 3.755.320 toneladas. A produção atual reflete muito parcialmente a produção plena dos 156 milhões de cafeeiros plantados até 1981. A área colhida em 1981, com seus 57.705 ha, expressa da mesma forma esta natural defasagem⁽⁴⁾. Deve-se levar em conta, além do mais, que o zoneamento preliminar de 1976 do IBC aponta para a Bahia um potencial global de 340.000 ha de áreas aptas à cultura,

que comportariam 560 milhões de covas de café⁽⁵⁾.

No plano interno da economia agrícola baiana, o café atinge em 1979 a condição de terceiro produto em importância em termos de valor da produção. O cacau ostenta uma prevalência incontestável com 18,4 bilhões de cruzeiros, seguido à distância pela mandioca com 3,7 bilhões e pelo café com 2,5 bilhões⁽⁶⁾.

A nova burguesia rural cafeeira do Planalto de Conquista tem origem predominantemente local, estando na sua formação a presença de empresários, comerciantes e profissionais liberais que deram origem às pequenas e médias propriedades da região. Entre os 13 municípios que conformam o pólo cafeeiro regional, os principais plantios encontram-se, por ordem de importância, nos municípios de Barra do Choça, Vitória da Conquista, Encruzilhada, Planalto e Poções. O café é encontrado na chamada área de Mata desta região, sendo que a área de caatinga, situada no interior e nas adjacências do Planalto de Conquista, onde o café não é plantado, desempenha papel importante para a cultura cafeeira, pois fornece expressivo contingente de trabalhos volantes à época da colheita do produto.

A penetração do café no Planalto de Conquista se fez encontrando pela frente outras culturas e formas de produção, que foram eliminadas ora através de meios violentos (expulsão), ora através de meios pacíficos (compra de propriedades). Esta redefinição do perfil econômico da região, onde ela se deu, levou ao virtual desaparecimento de algumas categorias econômicas (o agregado, o meeiro) e ao surgimento inédito de grande contingente de assalariados agrícolas⁽⁷⁾.

O café começou a penetrar na Chapada Diamantina com algum atraso em relação ao Planalto de Conquista. Normalmente aponta-se a própria valorização crescente das terras do Planalto de Conquista como um fator suplementar que estimulou o crescimento dessa cultura na Chapada.

A penetração do café não se fez sem conflitos, particularmente nos municípios de Utinga e Morro do Chapéu, onde se mostrou contundente a ação da grilagem. Calcula-se que só no município de Utinga aproximadamente 200 posseiros foram expulsos de suas terras entre 1975 e 1978⁽⁸⁾.

Entre os 31 municípios onde se vem desenvolvendo a cultura do café, destacam-se, em número de cafeeiros financiados pelo PRRC, os de Utinga, Morro do Chapéu, Ibicoara, Barra da Estiva, Tapiramutá, Lençóis, Ituaçu, Mundo Novo e Seabra. Afóra o número significativo de pequenas e médias propriedades cafeeiras que prosperam em diversos municípios, salta aos olhos a presença, em locais como Utinga e Morro do Chapéu, de grandes propriedades situadas numa faixa que vai de 500 mil a 3 milhões de covas, de acordo com alguns estudos, constituindo-se esse aspecto um traço próprio desta região.

Resta observar que a introdução acelerada do café na Chapada está ainda longe de representar a destruição da pequena produção tradicional voltada para os mercados locais. Esta se reproduz numa faixa extensa de área, em meio à nova cultura. Alguns fatores poderiam ser apontados na raiz desse fenômeno: o café

não se expandiu até seu limite "extremo"; os cafeeiros só começaram a produzir a partir de 1980; a característica de descontinuidade das áreas apropriadas ao plantio, mais encontradas em municípios da parte Meridional da Chapada, tem criado importantes "brechas" à pequena produção⁽⁹⁾. Por sua vez, esta grande massa de força de trabalho de pequenos produtores independentes, situada próxima às áreas produtoras, é sistematicamente arregimentada nos períodos de colheita.

Seja no Planalto de Conquista ou na Chapada Diamantina, o caráter complementar do calendário agrícola baiano⁽¹⁰⁾ faz com que o trabalho no café não conflite com a produção de subsistência das propriedades familiares situadas nos limites dessas áreas ou na própria caatinga. É possível encontrar inclusive, trabalhadores que se assalariam na colheita de mais de uma cultura.

O café baiano, da fase do plantio ao seu processo de manutenção, serve-se de máquinas, equipamentos e insumos modernos. As exigências que acompanham os créditos rurais fornecidos com base no PRRC, somadas aos tratamentos culturais especiais que o café naturalmente requer e às imposições da concorrência econômica do mercado, determinam que o processo produtivo desta cultura obedeça a um certo patamar tecnológico inexistente entre os produtos de subsistência tradicionais.

Esses fatores, no entanto, não eliminam a necessidade de uma abundante mão-de-obra que a cultura experimenta no seu processo de manutenção (capinas, adubação, controle de pragas e enfermidades, conservação do solo) com ênfase especial ao período da colheita. As condições climáticas da Bahia, ao determinarem uma maturação desuniforme do fruto, inviabilizam a adoção do método de derriça e colocam a exigência da cata do café (a colheita a dedo), pressionando no sentido da incorporação de maior contingente de força de trabalho na lavoura cafeeira baiana⁽¹¹⁾.

As condições de trabalho dos assalariados do café assemelham-se em muito às dos demais "bóias-frias" e trabalhadores volantes de outras regiões e culturas. Muitos deslocam-se de longe, arregimentados por elementos diretamente vinculados às fazendas (gerentes, empregados de confiança) ou empreiteiros autônomos (os "gatos"), instalando-se em galpões precariamente construídos dentro de propriedades ou em outras formas de "moradias" improvisadas, onde se alojarão até findar a necessidade de emprego da sua força de trabalho⁽¹²⁾. Outros já residem nas cidades ou ali se instalam nos meses em que há trabalho, às custas de seus próprios recursos, deslocando-se diariamente até as áreas da lavoura.

As formas de remuneração usuais, seja o pagamento por produção, na colheita, ou por empreitada, no plantio, capina etc, dão ao trabalhador o estritamente necessário a uma sobrevivência miserável. A condição de assalariamento temporário serve de escudo e justificativa (em alguns aspectos, com fundamento "legal") para o descompromisso patronal com os mínimos direitos sociais do trabalhador. São diversos os mecanismos através dos quais o fazendeiro procura re-

duzir seus custos de produção com base na super-exploração da força de trabalho. Questões como a equiparação do salário da mulher e do menor ao do homem, fornecimento dos instrumentos de trabalho pelo patrão, alojamentos adequados, socorro de urgência nas fazendas, fizeram parte do elenco de 31 reivindicações que os trabalhadores de Vitória da Conquista e Barra do Choça levantaram ao deflagrar o movimento grevista de 1980⁽¹³⁾.

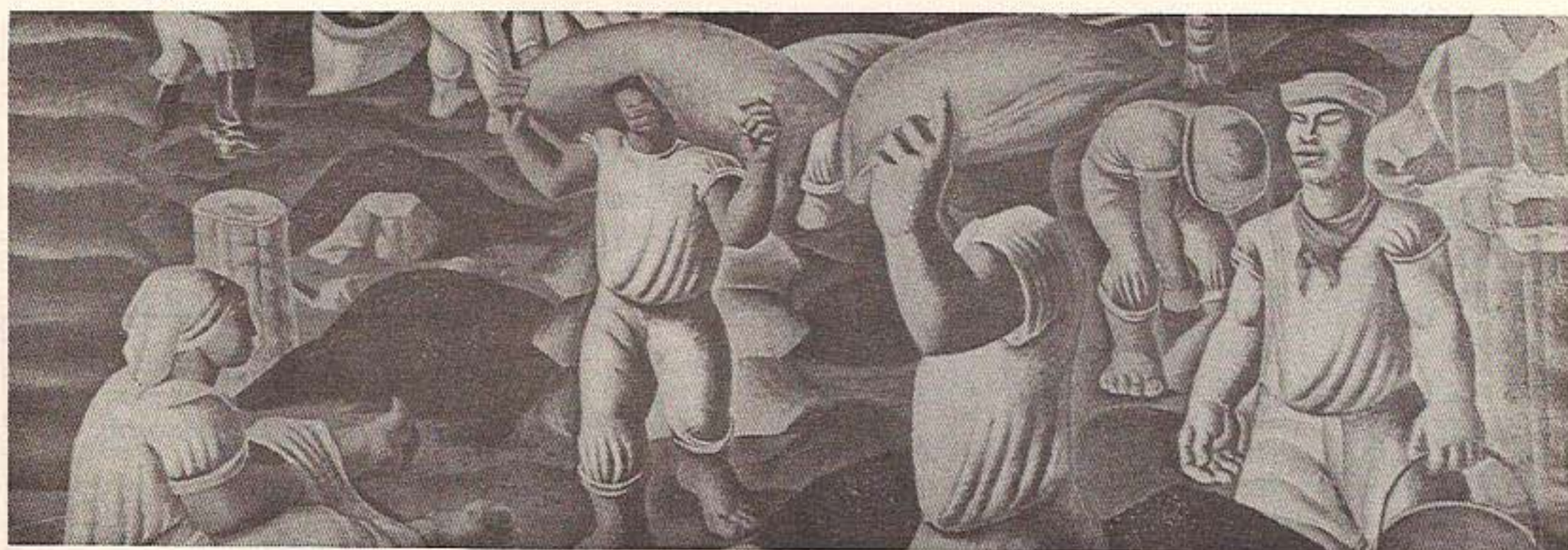
Desde o seu início, o processo de reimplantação do café na Bahia teve inevitáveis desdobramentos no terreno da luta de classes. A primeira manifestação organizada e consistente foi a luta das 118 famílias de posseiros da localidade de Matas do Pau Brasil, no município de Barra do Choça, contra as tentativas de grilagem de suas terras pela Agropecuária Pau Brasil Ltda., luta que atingiu repercussão no começo de 1979, sendo ao seu final vitoriosa.

Tendo afinal o café ocupado uma grande área plantada e com a consolidação da produção de alguns milhões de cafezais, entra em cena a luta do assalariado agrícola, particularmente dos catadores de café. Fruto de um paciente esforço de mobilização dos trabalhadores e após infrutíferas tentativas de negociar com os patrões um contrato coletivo de trabalho, entram em greve a 12 de maio de 1980 mais de 5 mil catadores de café dos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça. O movimento se estende rapidamente, abrangendo nos 3 primeiros dias cerca de 60 a 70% dos trabalhadores dos dois municípios. Mas, frente à pressão da fome e às intimidações por parte de fazendeiros e autoridades, o comando de greve suspende o movimento transcorridos 10 dias de paralisação. A greve representa um grande avanço ao nível da consciência e organização dos trabalhadores locais, sendo que no tocante às reivindicações imediatas, é relativamente vitoriosa, pois ao final do julgamento do Dissídio Coletivo instalado pela Justiça do Trabalho, esta dá ganho de causa a boa parte das exigências formuladas pelos catadores de café⁽¹⁴⁾.

A força de trabalho engajada nas culturas do cacau e do café compreende uma parcela substancial do proletariado agrícola do Estado da Bahia. Coube ao café, em particular, estender por outros espaços rurais situações inéditas, disseminando o assalariamento por áreas que ainda não tinham experimentado verdadeiramente relações de produção tipicamente capitalistas na agricultura, onde chegava o mercado capitalista mas não a mercantilização da própria força de trabalho. Na região cafeeira da Chapada Diamantina, assim como na zona do cacau, o proletariado agrícola coloca-se hoje face a face diretamente com setores da grande burguesia.

Mais cedo do que se esperava, esta nova força social constituída no seio da produção cafeeira coloca-se em movimento e ensaia os passos do seu despertar para a luta de classes, ao ocorrer a greve dos catadores de café em 1980, segundo dissídio coletivo de assalariados rurais da história desde a implantação da ditadura militar no país.

As particularidades do desenvolvimento capitalista da agricultura cafeeira, ao determinarem uma real he-



terogeneidade na formação do seu proletariado rural, impõem naturais dificuldades à consolidação do movimento de classe dos setores explorados pelo capital.

Em linhas gerais, constata-se que uma parte da força de trabalho do café é formada de semi-proletários, camponeses que se assalariam nos períodos de colheita (vindos da caatinga ou localizados dentro da região cafeeira). Outro segmento compõe-se de trabalhadores definitivamente expropriados, "bóias-frias" que moram na periferia de centros urbanos (traço mais comum ao Planalto de Conquista). O componente pequeno-burguês presente na vida e na consciência dos camponeses-proletários, as diferenças de interesses que motivam os dois segmentos a buscar o assalariamento e o regime sazonal de emprego da força de trabalho são elementos que devem ser levados em conta.

A greve do café, no entanto, provou o quanto é capaz a ação de núcleos de trabalhadores mais conscientes e a interferência da organização (aparentemente ausentes entre o proletariado do cacau) na superação dessas dificuldades ou de problemas similares, dada a existência de condições objetivas e subjetivas favoráveis à deflagração do movimento grevista.

O entendimento dos problemas enfrentados pelo movimento dos assalariados do cacau constitui um desafio que poderá ser equacionado pela reflexão científica, realizando-se uma análise concreta da situação concreta, mas desde que esta esteja intimamente relacionada com a prática da luta dos setores explorados. Nesse sentido, o atraso do movimento espontâneo colabora para dificultar a sistematização de experiências e a indicação de caminhos apropriados.

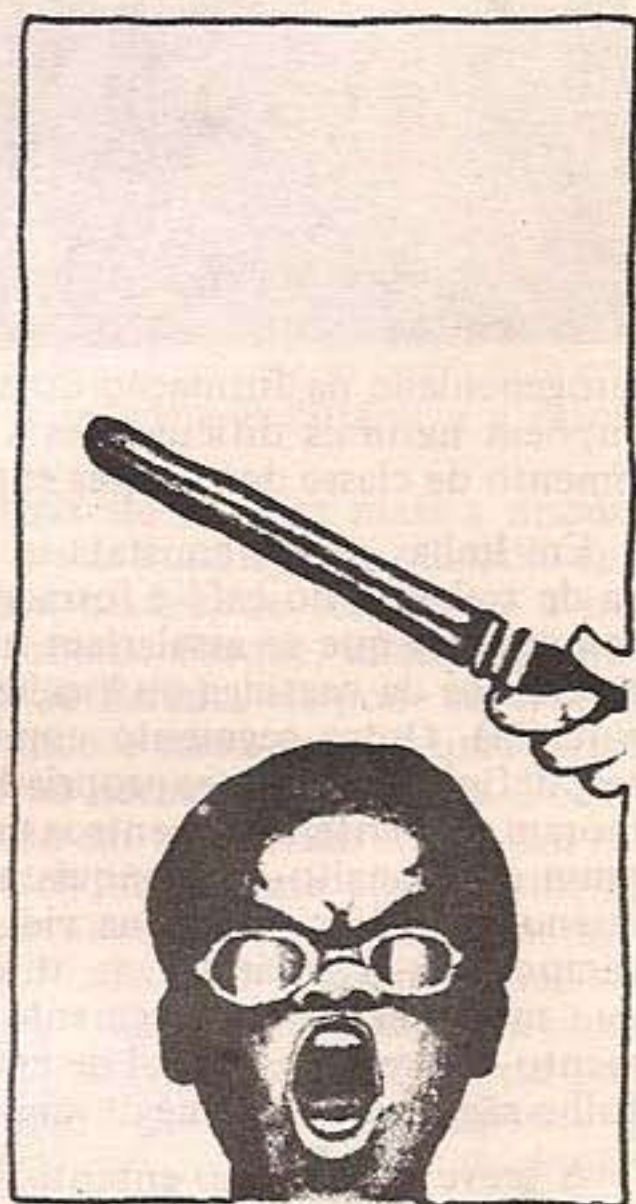
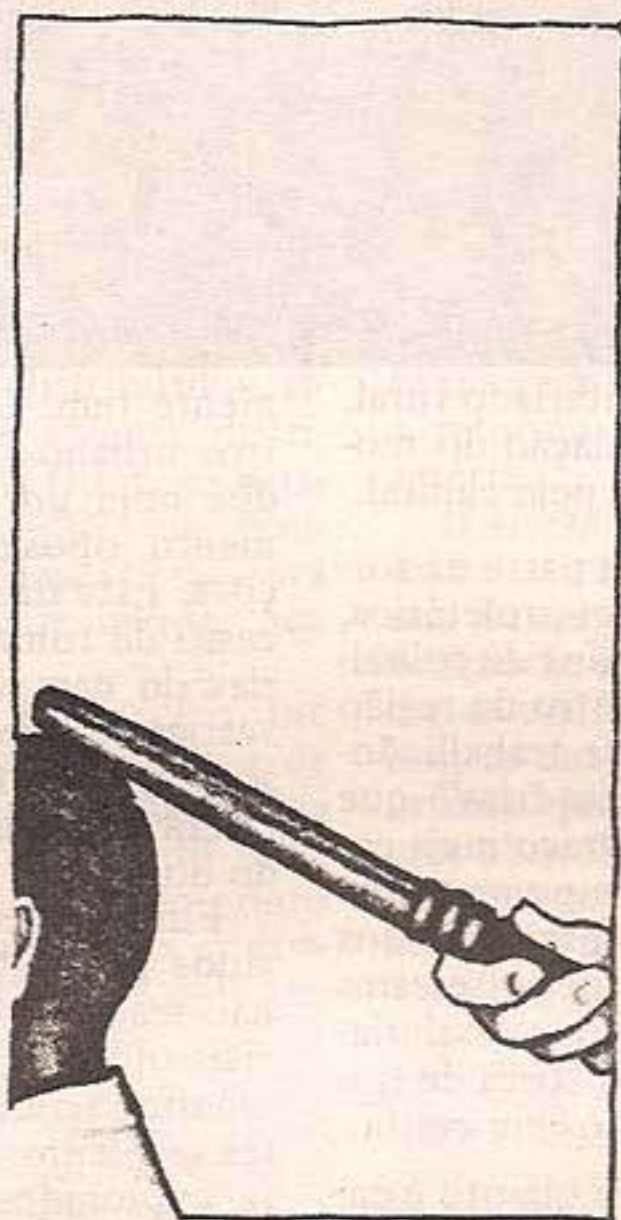
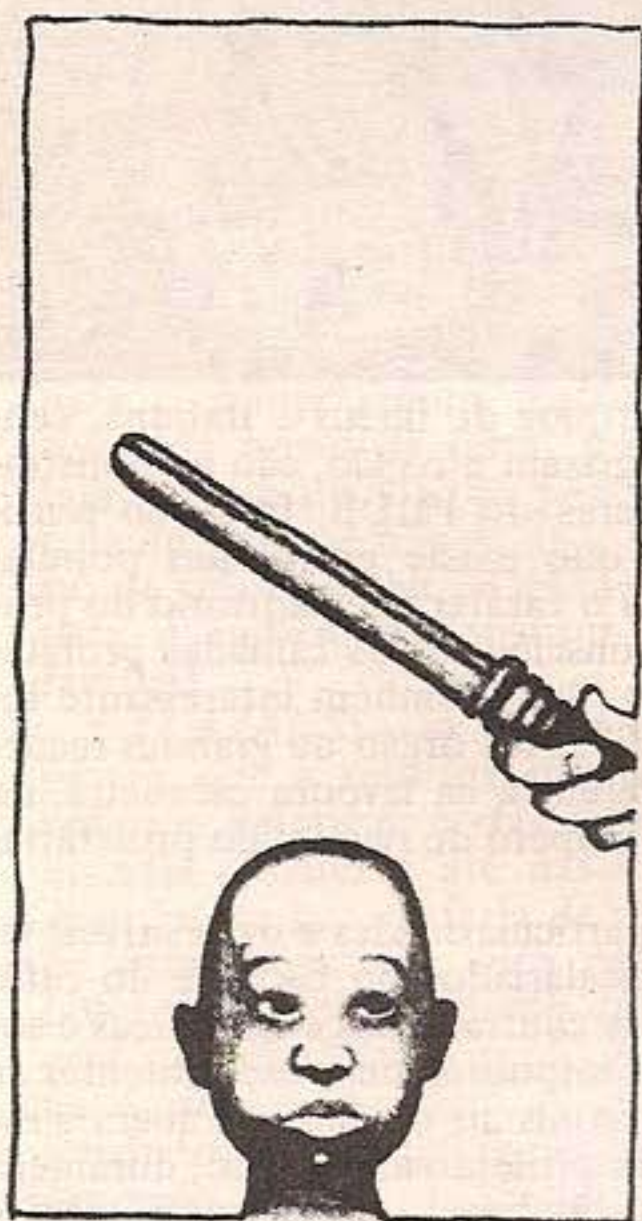
Percebe-se naturalmente que a larga incidência de assalariados permanentes nas fazendas, ao propiciar certa estabilidade dos vínculos de trabalho, facilitaria o trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores. Mas o sindicalismo rural, foco de convergência e unificação da força social que provém dos contingentes proletários, salvo exceções, encontra-se ainda preso à ação do peleguismo. Não pode ser desprezado igualmente o alcance dos atos repressivos do governo militar contra tentativas de desenvolvimento de um trabalho político mais avançado na área do cacau, que ocorreram de forma mais eficaz em função da conhecida importância estratégica que a região histórica-

mente tem. Os municípios de Ilhéus e Itabuna, centros urbanos que polarizam a região, são administrados hoje por prefeituras do PMDB, fruto do sentimento oposicionista que existe entre suas populações. Este dado revela o caráter contraditório do processo de tomada de consciência das camadas proletárias do campo baiano. Seria também interessante investigar o papel da CEPLAB, órgão de grandes recursos e poder de interferência na lavoura cacauzeira, na tarefa de amortecer o ímpeto de revolta do proletariado do cacau.

Em que pesem as particularidades e os desníveis vividos pela luta dos assalariados do cacau e do café, não resta dúvida que as contradições econômicas e sociais objetivamente os impulsionam a experimentar as manifestações do antagonismo de classe. Cabem a estes segmentos rurais do proletariado baiano, duramente explorados pelo capitalismo, importantes tarefas históricas na modificação da atual correlação de forças vigente no Estado da Bahia, na construção da unidade operário-camponesa e na própria evolução geral da luta de classes em direção a seu futuro libertador.

1. CEPLAB. *Penetração do Café na Bahia*. Salvador, CEPLAB, 1979, p. 19
2. Berenguer, Antonio C.L.. *Aspectos Agrônômicos da Cultura do Café, Custos de Produção e Evolução do PRRC no Estado da Bahia, 1.º Seminário Brasileiro de Produtores de Café, 30 e 31 de agosto/1979*. Salvador — Bahia, p. 8
3. Berenguer, Antonio C.L., *op. cit.* nota 22, p. 8
4. FIBGE, *op. cit.* nota 2
5. CEPLAB, *op. cit.* nota 21, p. 45
6. FIBGE. *Produção Agrícola Municipal — 1979. Culturas Permanentes e Temporárias. Vol. 6. T. 3 (PE, AL, SE, BA)*. Rio de Janeiro, FIBGE, 1980, 292 pp.
7. Barreto, Vanda Sampaio Sá (Coord.). *O Impacto Social da Lavoura Cafeeira na Bahia; Relatório de Pesquisa Preliminar*. Salvador, SUDENE, SUTRAB, 1981, pp. 73-81.
8. Carvalho, Maria Lucia Cunha. *Impacto sobre o Meio Urbano e Regional da Cafeicultura na Chapada Diamantina in op. cit.* nota 3, p. XXIV (encarte).
9. Barreto, Vanda Sampaio Sá, *op. cit.* nota 27, p. 94
10. CEPLAB, *op. cit.* nota 21, pp. 69-70
11. CEPLAB, *op. cit.* nota 21, pp. 68-9
12. Barreto, Vanda Sampaio Sá, *op. cit.* nota 27, pp. 114-5
13. CONTAG. *As Lutas Camponesas no Brasil — 1980*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1981, p. 25
14. CONTAG, *op. cit.* nota 33, pp. 23-31

TESES SOBRE A QUESTÃO DOS NEGROS*



1 — Durante e após a guerra, desenvolveu-se entre os povos coloniais e semi-coloniais um movimento de revolta contra o poder do capital mundial, movimento que faz grandes progressos. A penetração e a colonização intensa de regiões habitadas pelas raças negras coloca o último grande problema do qual depende o desenvolvimento futuro do capitalismo. O capitalismo francês admite claramente que seu imperialismo, após a guerra, não poderá manter-se senão pela criação de um império franco-africano, ligado por uma via terrestre através do Saara. Os maníacos financeiros da América, que em seu país exploram 12 milhões de negros, se dedicam agora a penetrar pacificamente na África. As medidas extremas tomadas para sufocar a greve do Rand mostram bem o quanto a Inglaterra teme a ameaça criada para sua posição na África. Do mesmo modo que sobre o Pacífico o perigo de uma outra guerra mundial se tornou ameaçador devido à concorrência entre as potências imperialistas, a África também aparece como objeto de sua rivalidade. Ainda mais, a guerra, a revolução russa, os grandes movimentos que sublevaram os nacionalistas da Ásia e os muçulmanos contra o imperialismo, despertaram a consciência de milhões de negros oprimidos pelos capitalistas, reduzidos a uma situação inferior por muitos séculos, não apenas na África, mas talvez mesmo ainda mais na América.

2 — A história atribuiu aos negros da América um papel importante na libertação de toda a raça africana. Há 300 anos os negros americanos foram arrastados de seu país natal, a África, transportados para a América onde foram objeto dos piores tratamentos e vendidos como escravos. Durante 250 anos, eles trabalharam sob o chicote dos proprietários americanos: foram eles que derrubaram florestas, construíram estradas, plantaram o algodão, instalaram os dormentes dos caminhos de ferro e sustentaram a aristocracia do Sul. Sua recompensa foi a miséria, a ignorância, a degradação. O negro não foi um escravo dócil, mas recorreu à rebelião, à insurreição, às fugas astuciosas para recuperar sua liberdade; mas seus levantes foram afogados em sangue; pela tortura, forçaram-no a se submeter; a imprensa burguesa e a religião se associaram para justificar a escravatura. Quando a escravatura concorreu com o salariado e se tornou um obstáculo ao desenvolvimento da América capitalista, teve de desaparecer. A Guerra de Secessão, desencadeada não para libertar os negros, mas para manter a supremacia industrial dos capitalistas do Norte, colocou o negro na obrigação de escolher entre a escravatura no Sul e

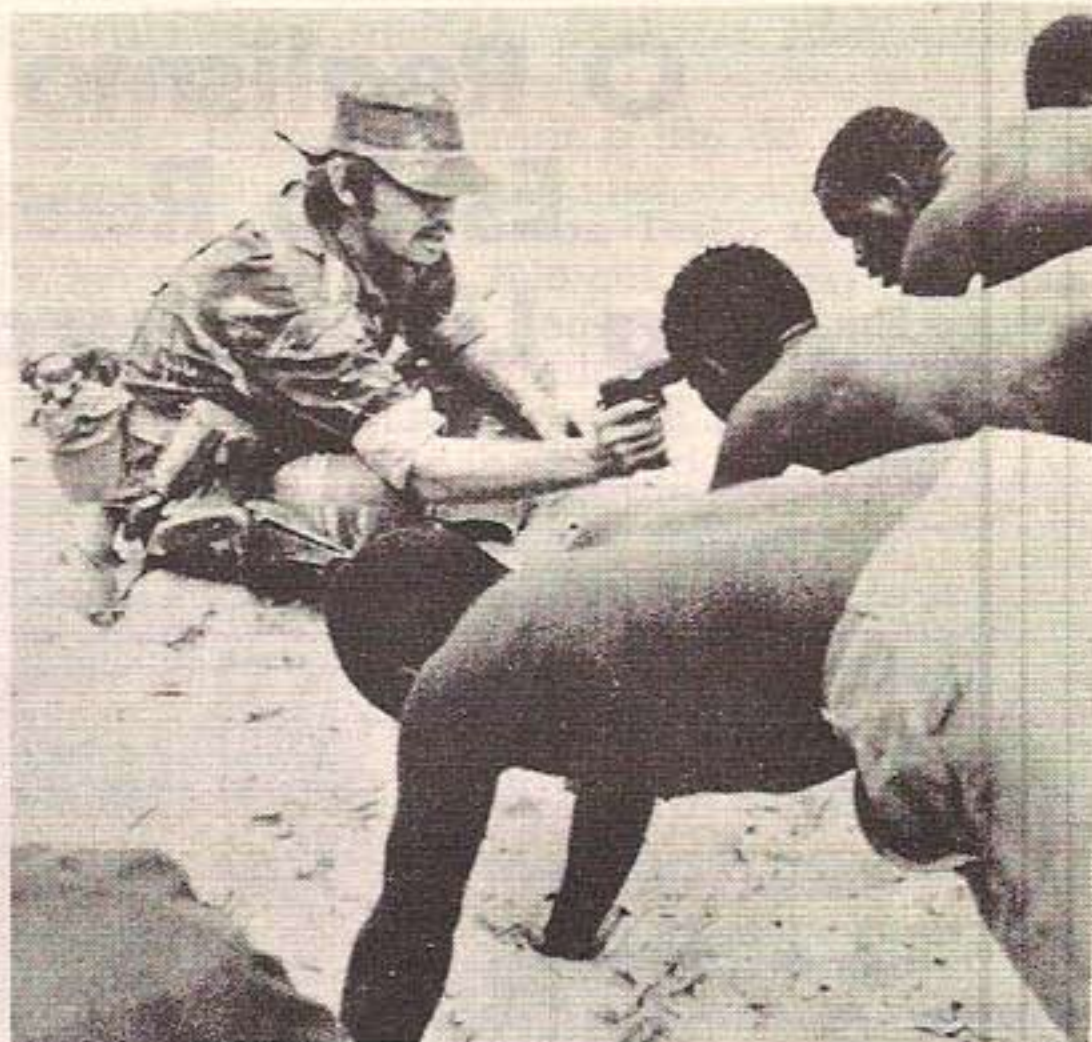
* Documento aprovado pelo IV Congresso da Internacional Comunista, realizado em novembro de 1922.

o salariado no Norte. Os músculos, o sangue, as lágrimas do negro "liberto" ajudaram o estabelecimento do capitalismo americano, e quando, transformada em potência mundial, a América entrou na guerra mundial, o negro americano foi declarado igual ao branco, para matar e se deixar matar pela democracia. Quatrocentos mil operários de cor foram mobilizados nas tropas americanas onde formaram os regimentos de "Jim Crow". Logo que saíram do calor da guerra, os soldados negros, retornados ao lar, foram perseguidos, linchados, assassinados, privados de toda a liberdade e amarrados ao pelourinho. Eles combateram; mas para afirmar sua personalidade deviam pagar muito caro. Perseguiram-nos ainda mais que no período anterior à guerra para lhes ensinar a "ficar em seu lugar". A ampla participação dos negros na indústria após a guerra, o espírito de rebelião neles despertado pelas brutalidades de que são vítimas, colocam os negros da América e sobretudo os da América do Norte na vanguarda da luta da África contra a opressão.

3 – É com grande alegria que a Internacional Comunista vê os operários negros explorados resistirem aos ataques dos exploradores, pois o inimigo da raça negra é também o inimigo dos trabalhadores brancos. Este inimigo é o capitalismo, o imperialismo. A luta internacional da raça negra é uma luta contra o capitalismo e o imperialismo. É sobre a base desta luta que o movimento negro deve estar organizado: na América, como centro da cultura negra e centro de cristalização do protesto dos negros; na África, como reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento do capitalismo; na América Central (Costa Rica, Guatemala, Colômbia, Nicarágua e outras repúblicas "independentes" onde o imperialismo americano é predominante), em Porto Rico, no Haiti, em São Domingos e nas outras ilhas do Mar das Caraíbas, onde os maus-tratos infligidos aos negros pelos invasores americanos levantaram o protesto dos negros conscientes e dos operários brancos revolucionários. Na África do Sul e no Congo, a industrialização crescente da população negra provocou sublevações de formas variadas; na África Oriental, a penetração recente do capital mundial impulsiona a população nativa a resistir ativamente ao imperialismo.

4 – A Internacional Comunista deve indicar ao povo negro que ele não é o único a sofrer a opressão do capitalismo e do imperialismo, deve mostrar-lhe que os operários e os camponeses da Europa, da Ásia e da América são também vítimas do imperialismo; que a luta contra o imperialismo não é a luta de um só povo, mas de todos os povos do mundo; que na China, na Pérsia, na Turquia, no Egito e no Marrocos, os povos coloniais combatem com heroísmo contra seus exploradores imperialistas, que estes povos se levantam contra os mesmos males que se abatem sobre os negros (opressão de raça, exploração industrial intensificada, punição); que estes povos reclamam os mesmos direitos que os negros – liberdade e igualdade industrial e social.

A Internacional Comunista, que representa os operários e os camponeses revolucionários do mundo in-



teiro em sua luta para derrotar o imperialismo, a Internacional Comunista que não é somente uma organização dos operários brancos da Europa e da América, mas também dos povos de cor oprimidos de todo o mundo, considera que é seu dever encorajar e ajudar a organização internacional do povo negro na luta contra o inimigo comum.

5 – O problema dos negros tornou-se uma questão vital da revolução mundial. A III Internacional que reconheceu a preciosa contribuição que as populações asiáticas podiam aportar à revolução proletária nos países semi-capitalistas, encara como essencial a cooperação de nossos camaradas negros oprimidos à revolução proletária que destruirá a potência capitalista. É por isso que o IV Congresso declara que todos os comunistas devem aplicar especialmente ao problema dos negros as "teses sobre a questão colonial".

6 – a) O IV Congresso reconhece a necessidade de apoiar toda forma do movimento negro tendo por objetivo minar e debilitar o capitalismo ou o imperialismo, ou deter sua penetração.

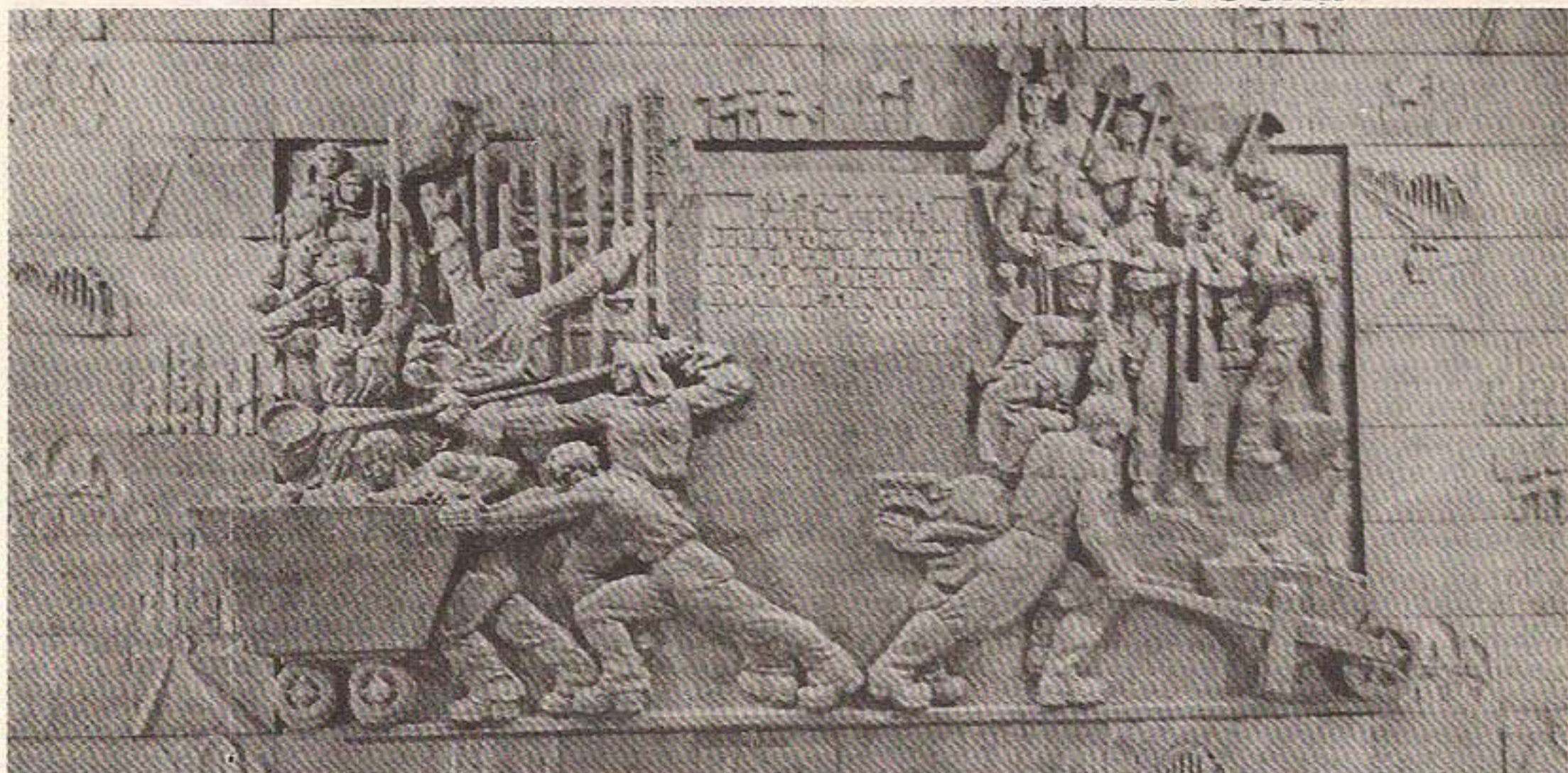
b) A Internacional Comunista lutará por assegurar aos negros a igualdade de raça, a igualdade política e social.

c) A Internacional Comunista utilizará todos os meios à sua disposição para levar as trade-unions a admitirem os trabalhadores negros em suas fileiras; onde os trabalhadores negros tiverem o direito nominal de aderir às trade-unions, a Internacional Comunista fará uma propaganda especial para estimulá-los; se não for possível, ela organizará os negros em sindicatos especiais e aplicará particularmente a tática de frente única para forçar os sindicatos a admiti-los em seu seio.

d) A Internacional Comunista preparará imediatamente um Congresso ou uma conferência geral de negros em Moscou.

O Realismo Socialista — Estilo Revolucionário da Literatura e das Artes*

Máximo Gorki



O texto que ora publicamos do grande escritor e militante comunista soviético Máximo Gorki, escrito há cinquenta anos, teve o mérito de sistematizar em suas linhas mais gerais os princípios do realismo socialista como estilo literário e artístico e método crítico. Gorki contrapõe “o realismo socialista como atividade e como criação” à crítica burguesa e pequeno-burguesa, contemplativa, passiva e impotente. Chama a atenção dos escritores e artistas soviéticos para o fato de que “o trabalho das massas organiza a cultura”, sendo em última instância fonte de conhecimento e saber.

A contundência da crítica de Gorki inspira as atuais gerações de revolucionários na luta ideológica que têm de travar pela emergência de um movimento artístico e literário conseqüentemente transformador, alimentado pelas massas e colocado a serviço de sua educação, oposto ao decadentismo da estética “modernista” em voga, egocêntrica e apologista do espontaneísmo.

* Extratos do discurso pronunciado no 1º Congresso dos Escritores Soviéticos (1934). O título é da *Princípios*.

1907-1917 foi uma época de absoluta abertura no campo do pensamento, da "liberdade de ação" entre os literatos russos. Liberdade expressa na propagação de idéias conservadoras da burguesia ocidental, postas em circulação depois da Revolução Francesa, nos fins do século XVIII e que voltaram a surgir nos anos de 1848 e 1871. A partir desta data, dizem os burgueses, a filosofia de Bergson⁽¹⁾ significou um enorme progresso na história do pensamento humano: "Bergson ampliou e aprofundou a teoria de Berkeley⁽²⁾; as filosofias de Kant⁽³⁾, Leibnitz⁽⁴⁾, Descartes⁽⁵⁾ e Hegel⁽⁶⁾ são sistemas mortos e por cima de todos eles brilha, como um sol de eterna beleza, a obra de Platão"⁽⁷⁾, que foi precisamente o fundador do mais pernicioso dos erros do pensamento empírico.

Seguindo o exemplo de Schopenhauer⁽⁸⁾, mas sob a influência evidente de Baudelaire⁽⁹⁾ e os Malditos⁽¹⁰⁾, Sologub⁽¹¹⁾ pintou "a cósmica insensatez do indivíduo". Embora em versos lamurientos, suspira por essa insensatez cósmica, mas não deixa de defender sua posição, o seu bem-estar de pequeno-burguês, ameaçando os alemães em 1914 de "destruir Berlim enquanto a neve tomba sobre as planuras". Lutava-se, então, pelo "herói político" e pelo "anarquismo místico". O sutil Basílio Rozanov⁽¹²⁾ propagava o erotismo; Leônidas Andreiev⁽¹³⁾ escrevia alguns contos que eram autênticos pesadelos; Artzibashev⁽¹⁴⁾ tinha escolhido para personagem central de sua obra "o chibo vestido de calças, vertical e voluptuoso". No seu conjunto, a época de 1907-1917 merece bem a designação de década vergonhosa. A nossa intelectualidade por tradição democrática, era menos honesta do que a do Ocidente: a decomposição moral e o empobrecimento cerebral desta eram mais acelerados. Trata-se de uma característica que, comum à pequena-burguesia de todos os países, é inevitável no intelectual que não possua energia suficiente para se incorporar na massa proletária, a única chamada a transformar o mundo em proveito dos trabalhadores.

Deve-se acrescentar que a literatura russa passa quase em silêncio os latifundiários, industriais e financistas da pré-revolução, personagens que no seu ambiente provocariam maior colorido e seriam mesmo mais originais do que os da literatura do Ocidente. Tipos históricos como os da célebre Saltichika, do general Izmailov e muitos outros do gênero ficaram assim fora da órbita da literatura na Rússia czarista. Nem as caricaturas nem as tarefas de Gogol⁽¹⁵⁾ em *Almas Mortas* são já tão características do que se refere à Rússia feudal latifundiária. Decerto que os Karabotchka, os Sovakevitch e os Nozdreiev⁽¹⁶⁾ influenciaram de algum modo a política da autocracia através da passividade das suas existências; mas não se pode afirmar que isso seja o aspecto mais característico, dado que houve, fora da literatura e dos autores que "adoraram o mujique"⁽¹⁷⁾, alguns tipos monstruosos que bem mereciam o qualificativo de estetas.

Os traços que fazem distinguir a nossa burguesia da do Ocidente são muito marcados e explicam-se pelo fato de que a nossa, historicamente mais jovem, era na sua maior parte de origem camponesa; enriquecia-se com maior prontidão do que a avançadíssima do Ocidente. O nosso industrial, que não conhecia a in-

tensa rivalidade comercial dos ocidentais, conservou quase até o século XX os seus modos de "gracioso" quando não de "insolente", essa característica que lhe vinha, sem dúvida, repito, da facilidade com que ganhava alguns milhões.

Pode parecer que tudo o que aqui se diz acerca da esterilidade literária por parte da burguesia se revele demasiado sombrio; pode mesmo pensar-se que faço bastantes censuras e exagero tendenciosamente, mas os fatos são exatos e é assim que os vejo. Compreendo que seria estúpido, mesmo criminoso, não ter em conta a força do inimigo. Neste caso, todos sabemos a pujança da sua técnica guerreira que mais tarde ou mais cedo deverá ser dirigida contra nós, mas que de forma inelutável provocará a Revolução mundial e destruirá o capitalismo. Os próprios governos do Ocidente se estão a encarregar de proclamar que a guerra arrastará desta vez toda a reserva dos países em conflito. É de supor que a pequena-burguesia da Europa, que parece não ter esquecido os horrores de 1914-1918 e ao ver que uma nova carnificina se aproxima, acabe por verificar que seriam eles os únicos a se beneficiar com a próxima catástrofe, que seriam eles os criminosos que, periodicamente e a favor dos seus interesses pessoais, ceifariam milhões de vidas de trabalhadores. É só nesta altura é que a pequena-burguesia ajudará o proletariado a derrubar o capitalismo. É fácil supor isso, mas também é certo que não se deve realizar tão depressa, dado que o demagogo que conduz agora essa pequena-burguesia, o social-democrata, ainda está vivo. O que interessa, sim, é fazer com que evolua a consciência proletária: mas vale mais confiar simplesmente nas nossas próprias forças. O ascendente dessa consciência revolucionária, o amor pela pátria que ela mesmo criou, a defesa da pátria — eis aí os problemas mais essenciais da nossa literatura.

O HERÓI CENTRAL NA NOSSA LITERATURA DEVE SER O HOMEM QUE TRABALHA

Na Antiguidade, a criação oral foi o único meio artístico de que os trabalhadores se serviram para organizar as suas próprias experiências; foi a personificação da idéia nas imagens e a inspiradora da energia na coletividade. Deve admitir-se que na U.R.S.S. esse meio artístico teve como objetivo fundamental acelerar de uma forma conjunta o impulso cultural de todas as unidades que a constituem, de maneira a que todos e cada um dos seus membros se aperceba do triunfo e das conquistas feitas, aspirando a transformá-la em parte, em dirigir as forças da natureza.

Todos conhecemos mais ou menos o processo econômico e por conseguinte a divisão do domínio político, porque isso equivale à usurpação do direito que os trabalhadores têm de ser livres. Quando o conhecimento do mundo era exclusivo dos sacerdotes, estes, para organizar esse direito, recorriam a uma explicação metafísica dos fenômenos ou às forças da natureza para lutar com os braços do homem. Tal forma de excluir da natureza alguns milhões de trabalhadores constituiu um autêntico crime. Contribuiu para conservar as massas na mais profunda ignorância e numa terrível cegueira intelectual povoada de superstições, preconceitos e receios.

O partido leninista e o poder operário-camponês da U.R.S.S., ao destruir o capitalismo em tudo o que antes formava o território czarista, ao encomendar as direções políticas às massas, traçou como meta a alcançar a sua salvação de um jugo que de um modo notório mostrou os seus vícios e a sua impotência. Nos limites deste propósito devemos nós, escritores da U.R.S.S., contemplar, apreciar e organizar a realidade. Ter em conta este preceito: **o trabalho das massas organiza a cultura**, é o criador de todas as idéias, mesmo aquelas que durante séculos contribuíram para menosprezar a significação decisiva do trabalhador; é a fonte de conhecimento, mesmo das idéias de Marx, Lênin, Stálin, que no nosso tempo edificam a consciência revolucionária, baseando-se no direito do proletariado de todos os países. Na U.R.S.S., essa ação de massas é a base da criação científica e artística. Devemos ainda ter em conta para o triunfo da nossa causa, que o trabalho socialmente organizado entre trabalhadores e camponeses no prazo de dez anos, ofereceu vantagens muito consideráveis: preparou-se para a defesa e poderá agora repelir qualquer agressão do indivíduo. A apreciação verídica deste fato demonstrar-nos-á a força dos ensinamentos que unem o proletariado do mundo inteiro.

Devemos confessar que escritores, operários e kolkhosianos ainda trabalham mal e não podemos assimilar por completo o que através do nosso próprio esforço foi criado. As nossas massas trabalhadoras não se aperceberam inteiramente de que já não trabalham para nenhum patrão, mas para si próprias. Essa consciência não atingiu ainda a sua plenitude nem toda a sua pujança. Nada chega ao estado de ebulição, claro, antes de ter atingido determinada temperatura. Mas ninguém como o nosso Partido soube até hoje fazer subir a temperatura da energia trabalhadora como o fizeram Vladimir Lênin e o seu atual dirigente.

O herói dos nossos livros deve ser o trabalho personificado no trabalhador, que conta já entre nós com a força da técnica contemporânea; o homem que por sua vez organiza o trabalho tornando-o mais fácil, mais frutuoso e elevando-o à altura da arte. Devemos entender o trabalho como criação, conceito esse que como escritores poucas vezes temos o direito de usar. Constitui uma certa tensão extrair da reserva de nosso saber e das nossas impressões os fatos mais característicos; formam um quadro e são pormenores que a nossa inteligência envolve com vocábulos precisos e correntes. É uma qualidade de que a literatura jovem não pode ainda vangloriar-se: nem a reserva de impressões, nem a soma de conhecimentos são nela muito abundantes, tal como são ainda incipientes os desejos de incensar e aprofundar essa literatura.

O tema, tanto na literatura russa como na literatura estrangeira do século XIX, é o indivíduo em oposição com a sociedade, o Estado e a Natureza. A causa primordial que obrigava o indivíduo a tomar essa atitude radicava-se na formação (contrária à idéia de classe) dos costumes e na abundância de impressões negativas. O indivíduo sentia que essas impressões o oprimiam, o inibiam; mas de maneira bastante vaga compreendeu mesmo assim a responsabilidade que significava ser vulgar, que era um defeito básico da socieda-

de burguesa. Johnatan Swift⁽¹⁸⁾ é único em toda a Europa, mas a burguesia que se retrata através desse autor apareceu apenas na Inglaterra. Em geral, pode dizer-se que o rebelde desta índole, ao criticar a vida da sociedade em que viveu, poucas vezes se mostrou consciente da sua própria culpa. A sua crítica contra a ordem reinante não era motivada pela justa compreensão de causas sociais ou políticas, mas sugerida pelo desespero sofrido na jaula do capitalismo, ou melhor, pelo desejo de vingar o seu escasso êxito e as humilhações suportadas. Pode dizer-se que, quando esse rebelde se colocava ao lado das massas trabalhadoras, fazia isso com a esperança de que a classe operária, ao destruir a sociedade burguesa, lhe garantisse a liberdade de pensamento e a liberdade de ação. Repito: o tema essencial da literatura pré-revolucionária serviu de drama ao homem que considera a vida apertada, que se sente a mais na sociedade, que procura um lugar cômodo e, não o encontrando, sofre, morre ou reconcilia-se com a sociedade que lhe é hostil, se acaso não desce mesmo ao alcoolismo ou ao suicídio.

Na U.R.S.S. não podem existir pessoas a mais, desde o momento em que cada cidadão goza de amplas possibilidades para desenvolver as suas capacidades e o seu talento. Não se lhe exige mais do que uma coisa: que seja sincero e contribua heroicamente para realizar uma sociedade sem classes.

NASCE UM NOVO HOMEM NO PAÍS DOS SOVIETS.

Na U.R.S.S., toda a população participa no trabalho, na nova cultura, através do poder operário-camponês. Resulta daí que a responsabilidade por erros e negligências, expressões características da pequena-burguesia, recai sobre todos e cada um de nós. De fato, deve criar-se uma espécie de autocrítica que ajude a criar a moral socialista, barômetro de iniciativa nas nossas mútuas relações.

Porém, todos encaramos mal a própria realidade. Mas a paisagem do país alterou-se. A cor local e a sua miséria desapareceram. Dantes eram a franja de luzerna ao lado da escura parcela mal semeada; o dourado plaino de centeio ou o verde do candial; os sulcos invadidos pela cinza. Em resumo, a tristeza multicolor da desagregação e da ruína, enquanto agora enormes extensões de terra se cobrem com o mesmo e invariável aspecto. Por cima de cidades e aldeias não é mais a igreja que sobressai, mas os edifícios das instituições sociais. Pela sua profusão de janelas, brilham as fábricas gigantescas e, cada vez mais distantes, brilham ainda as pequenas igrejas como sinais daquilo em que o povo exprimiu o seu gênio. Este contraste, esta nova paisagem que veio mudar a face da nossa terra, faz muita falta no panorama da literatura.

Vivemos, pois, em plena fase de destruição dos velhos costumes. Desperta no homem a dignidade, ele ganha consciência de si mesmo e sente-se como a força que transforma o universo.

Pelo que diz respeito ao nosso ambiente, devemos reparar que o novo tipo de homem surge particularmente e com grande força da infância, elemento esse de que quase não se ocupa a nossa literatura. Dir-se-ia

que os escritores consideram indigno ocupar-se das crianças ou escrever mesmo para elas.

Estou certo de que não me engano ao fazer notar que os pais da U.R.S.S. começam a mostrar-se muito carinhosos para os seus filhos. É uma coisa natural dado que pela primeira vez na vida da Humanidade as crianças se convertem em herdeiros, não do dinheiro ou dos bens de seus pais, mas antes de valores reais: de um Estado Socialista que pais e mães lhes legaram. Nunca existiu uma infância que possuísse a consciência da nossa, que quase sempre costuma arvorar-se em juiz do passado.

Vemos, pois, que a realidade não adultera; todos os dias nos abastece de material para generalizações artísticas. E, contudo, nem o drama nem a novela, nos oferecem a imagem da mulher soviética em toda a sua plenitude, da mulher que atua livremente em todos os domínios do construtivismo e da vida social. E, além disso, esta transformação parece ter desorientado os dramaturgos, dado que criam sempre poucos papéis femininos. É uma desorientação que contrasta com a realidade, onde a mulher soviética tem demonstrado os seus múltiplos dotes para o trabalho.

Semelhante atitude acaba por ser uma espécie de resíduo formal. Como se o homem tivesse esquecido que durante séculos a mulher foi educada apenas para o prazer carnal, como um animal domesticado quando muito para desempenhar o papel de dona-de-casa. Ora, essa pequena dívida, de tal modo infame, que a história deve a mais de metade dos habitantes da Terra, o homem soviético teria de saldá-la em primeiro lugar para que servisse de exemplo aos homens de outros países.

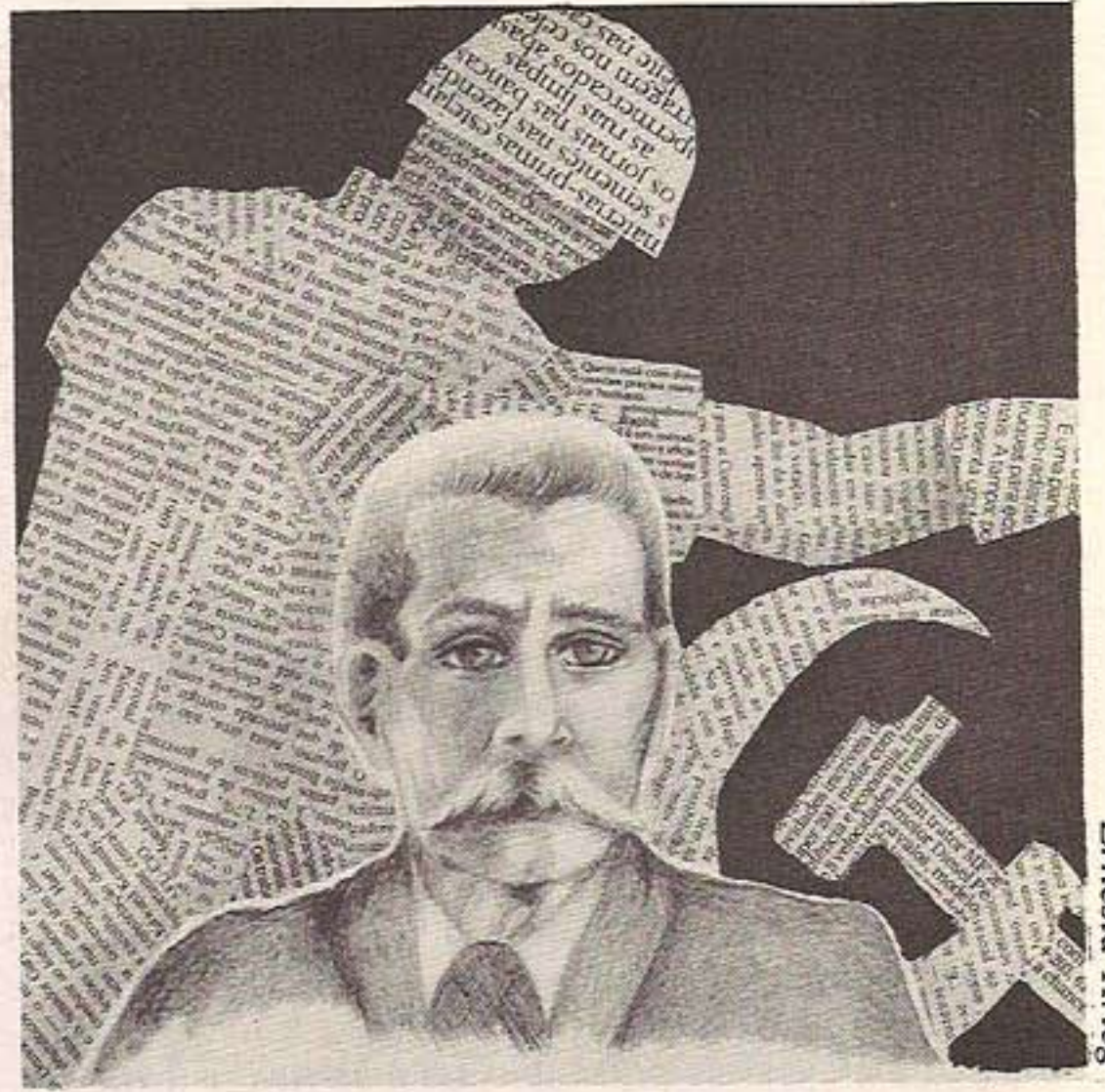
Outro tema que a nossa literatura pode realizar: descrever o trabalho e a psique feminina de tal maneira que acabe por mudar pouco a pouco, como de facto acontece, os próprios vínculos. Destruir esse carácter pequeno-burguês, aparentemente tomado por orgulho.

EXPULSEMOS O PEQUENO-BURGUÊS DA NOSSA LITERATURA

Deve confessar-se que a nossa crítica concede demasiada preferência ao redator analfabeto, um sujeito que em vez de ensinar alguma coisa serve apenas para ofender os autores. Não se apercebe de que ao atuar assim estão tentando introduzir na vida atual conceitos que pertencem à literatura populista. Por último, coisa muito importante, não se interessam pelo desenvolvimento das literaturas regionais; costumam descuidar as declarações de escritores a propósito dos seus próprios estilos.

A autocrítica é necessária, camaradas; não devemos esquecer que trabalhamos na presença de um proletariado que, cada vez mais culto, aumenta sem cessar nas suas exigências quanto à nossa conduta social.

A comunidade de idéias não coincide com a índole dos nossos atos e os vínculos do nosso meio, onde o hábito pequeno-burguês representa um papel muito sério, traduzindo-se em invejas, cobiças, vulgares calúnias ou mútuas difamações. Temo-nos ocupado demoradamente sobre estas tendências. Claro que a personificação desse desvio numa só imagem não foi



Ernesta Krieg

ainda expressa. Torna-se, pois, necessário descobri-la com vigor, do mesmo modo que foram descritos alguns tipos universais da raça de Fausto, Hamlet e outros.

Devo recordar que a pequena-burguesia, por vezes, empurrada pela necessidade, serpenteia pelas costas do proletariado, espalhando o anarquismo, a egolatria e outras confusões históricas próprias da sua condição. Em suma, é um pensamento que se nutre apenas do linguajar cotidiano em vez de se inspirar no trabalho.

A pequena-burguesia propagou sempre a filosofia individual seguindo a linha de menor resistência, procurou um equilíbrio mais ou menos estável entre duas forças. A relação entre o pequeno-burguês e o proletariado distingue-se nisto: um é ainda dono da mais miserável parcela, enquanto o outro despreza o operário da fábrica que conta simplesmente com a propriedade dos seus braços. O pequeno-burguês não se apercebeu de que o proletariado era mais forte até o momento em que o braço deste último começou a atuar revolucionariamente fora da fábrica.

Nem toda a cizânia é nociva, dado que existem variedades que produzem venenos que são curativos. O da pequena-burguesia é exclusivamente destruidor. Se não se sentisse tão enfraquecida dentro do anel do capitalismo, nunca teria aspirado nem defendido com tão estéril tenacidade a sua liberdade de pensamento. Pelo contrário, teria provado o seu direito de existir. Não teria criado ao longo do século XIX, tão grande quantidade de "velhas guardas", de "nobres arrependidos", de "heróis de tempos confusos", de pessoas que não são "corvos nem pavões reais".

Na União Soviética, a pequena-burguesia viu-se afugentada das suas guaritas. Espalhou-se e penetrou ocasionalmente no Partido de Lênin; mas apesar de ser expulsa, acaba sempre por reaparecer depois de cada depuração, exatamente como o gonococo.

A direção do Partido deve ser depurada de qualquer influência pequeno-burguesa. Os membros do Partido que atuam no setor da literatura deverão ser não apenas mestres da ideologia revolucionária que organizam as energias do proletariado em todos os países do mundo, mas que revelam uma força moral e uma verdadeira disciplina. Esta força deverá bater-se, acima de tudo, por despertar a responsabilidade coletiva. A literatura soviética, múltipla pelo seus homens de talento e que cresce devido à influência de novos elementos, deve ser organizada em massa compacta, como instrumento de cultura socialista.

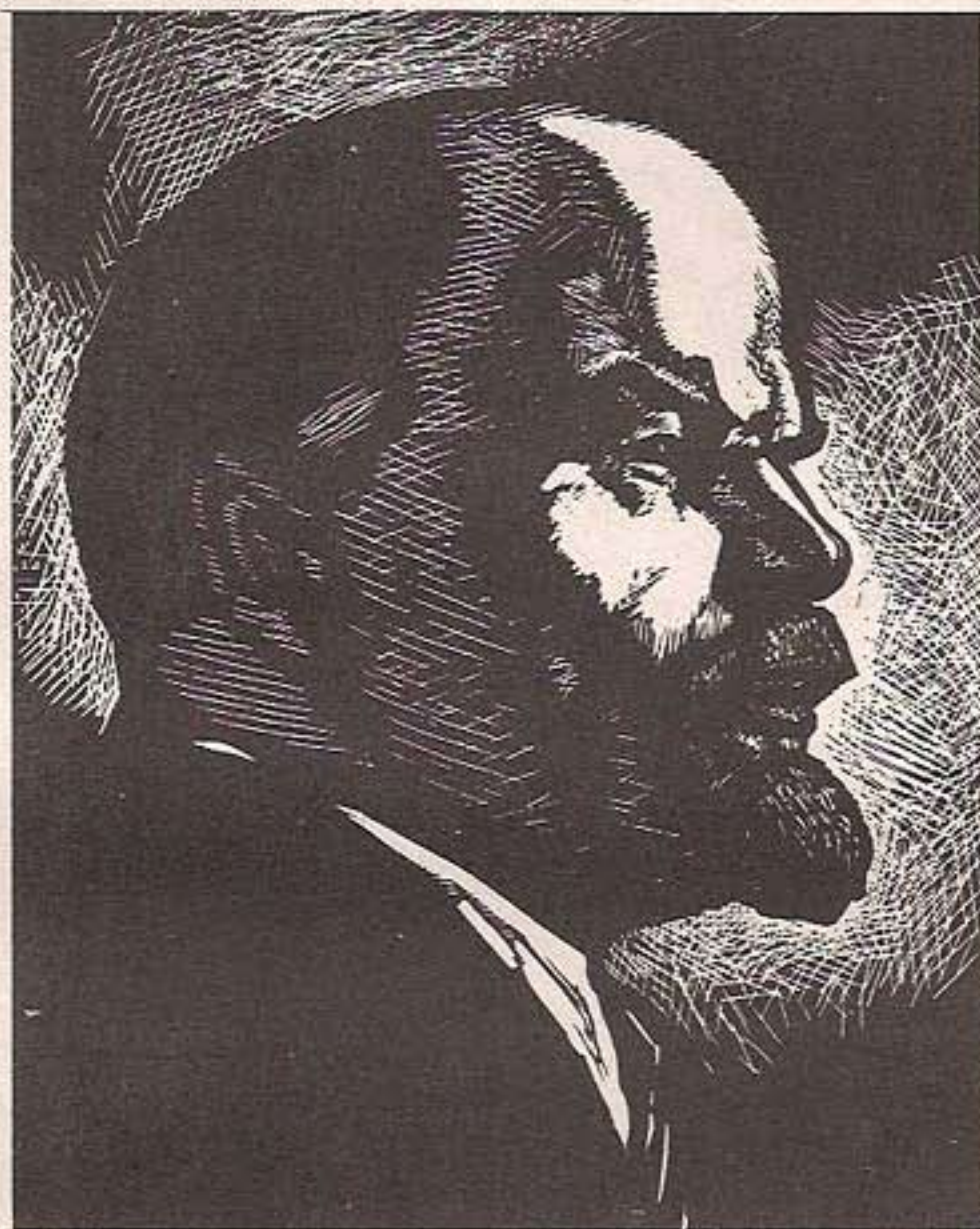
Mas a União dos Escritores Soviéticos não reuniu aqui todos os mestres da palavra apenas para fazer deles uma frente, mas com o objetivo de compreenderem em que consiste a sua força coletiva, a fim de precisar com toda a clareza as diversas orientações que o seu gênio criador pode assumir, aclarar as suas finalidades e constituir com isso uma unidade capaz de canalizar as energias de todo o país. Não se trata de limitar o gênio criador, mas pelo contrário de lhe oferecer possibilidades de ampliar o seu desenvolvimento. Deve ter-se presente que a crítica realista brotou, tal como a criação do indivíduo egolatra e isolado, por simples incapacidade de luta e porque não encontravam lugar na vida, porque começavam a notar a insensatez de vivê-la individualmente. Foram interpretando de idêntica forma como estultos os fenômenos sociais e ainda o processo histórico em geral.

Sem necessidade de negar a importância dessa crítica realista e apreciando, pelo contrário, todas e cada uma das conquistas formais da arte de escrever, devemos compreender que esse realismo já não nos serve senão para esclarecer certas vivências, para lutar contra elas, para as desenraizar; mas não para educar o socialista, dado que, criticando tudo, ele não afirma nada.

O realismo socialista afirma a existência como atividade e como criação. O seu objetivo primordial consiste em fazer evoluir as possibilidades do homem para que triunfe sobre a natureza. Quer dizer, em favor da sua própria saúde e da sua longevidade. Para viver feliz na terra, em cujos limites aspira fazer, à medida que as suas necessidades vão crescendo, uma vasta morada para a Humanidade unida numa única família.

- (1) Henri Bergson — Filósofo idealista francês, (1859-1941). Foi um dos filósofos mais influentes da burguesia imperialista.
- (2) George Berkeley — Filósofo inglês (1685-1735), bispo, pertencente à corrente do idealismo subjetivo. Em MATERIALISMO E EMPIRIOCRITICISMO, Lênin submeteu as concepções de Berkeley a uma crítica demolidora.
- (3) Emanuel Kant (1724-1804) — Fundador do idealismo alemão da segunda metade do século XVIII e começo do século XIX. Alinhou-se entre os defensores do agnosticismo, declarando ser "a coisa em si" incognoscível.
- (4) Gottfried Wilhelm Leibnitz (1646-1716) — Filósofo e matemático, precursor do idealismo alemão de fins do século XVIII e começo do século XIX.
- (5) René Descartes (1596-1650) — Célebre filósofo e sábio francês. Na luta contra o obscurantismo religioso, Descartes substituiu a fé cega pela razão e pela ciência, recorrendo à dúvida como método de raciocínio. É considerado o pai do racionalismo e autor da teoria idealista das idéias inatas.
- (6) Georg Wilhelm Friedrich Hegel — Grande filósofo alemão (1770-1831). Sua filosofia era idealista, mas Hegel desempenhou importante papel na elaboração da teoria dialética do desenvolvimento.
- (7) Platão (427-347 antes de nossa era) — Filósofo idealista da Grécia antiga, inimigo do materialismo e da ciência, defensor da aristocracia reacionária de Atenas. Referindo-se à existência de dois partidos em filosofia, Lênin opõe a linha materialista de Demócrito (460-370 a.n.e.) à linha idealista de Platão.
- (8) Arthur Schopenhauer (1788-1860) — Filósofo idealista reacionário alemão.
- (9) Charles Baudelaire (1821-1867) — Poeta francês. Autor de Flores do Mal (poemas).
- (10) Fedor Kurmitch Sologub (1863-1927) — Poeta, romancista e dramaturgo russo. Foi um dos primeiros simbolistas russos. Autor de O Círculo de Fogo e Aguilhão da Morte, entre outros.
- (11) Os Malditos — Trata-se da maneira como Paul Verlaine designou os escritores Triston Corbière, Stephanie Mallarmé e Arthur Rimbaud que em suas obras abordaram os temas da angústia humana, da morte e da decomposição do corpo.
- (12) Basílio Rozanov (1856-1919) — Escritor russo, considerado precursor de D. H. Lawrence. Escreveu entre outros, A Lenda do Grande Inquisidor e Apocalipse do Nosso Tempo.
- (13) Leônidas Andreiev (1871-1919) — Escritor russo. Adotou temas sensacionalistas em seus romances e peças teatrais. Autor de O Pensamento, entre outros.
- (14) Mikhail Petrovitch Artzibashev (1876-1927) — Escritor russo, cuja obra era marcada pelo erotismo e sensacionalismo. Seu livro de maior sucesso foi Sanin.
- (15) Nicolai Gogol (1809-1852) — Escritor russo — Principais obras: Almas Mortas (romance) e O Inspetor Geral (teatro).
- (16) Personagens do romance Almas Mortas de Nicolai Gogol.
- (17) Mujiue — camponês russo.
- (18) Johnatan Swift — (1667-1745) — Escritor irlandês. Autor de Viagens de Gulliver.

ECOS DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO DE 1917



Uma das condições fundamentais do êxito dos bolcheviques

Extraído do Livro "Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo" de V.I. Lênin.

V.I. Lênin

Hoje, sem dúvida, quase todo mundo já compreende que os bolcheviques não se teriam mantido no poder, não digo dois anos e meio, mas nem sequer dois meses e meio, não fosse a disciplina rigorosíssima, verdadeiramente férrea, de nosso Partido, não fosse o total e incondicional apoio da massa da classe operária, isto é, tudo que ela tem de consciente, honrado, abnegado, influente e capaz de conduzir ou trazer consigo as camadas atrasadas.

A ditadura do proletariado é a guerra mais severa e implacável da nova classe contra um inimigo *mais poderoso*, a burguesia, cuja resistência está decuplicada, em virtude de sua derrota (mesmo que em apenas um país), e cuja potência consiste não só na força do capital internacional, na força e na solidez das relações internacionais da burguesia, como também *na força do costume*, na força da *pequena produção*. Porque, infelizmente, continua a haver no mundo a pequena produção em grande escala, e ela *cria* capitalismo e burguesia constantemente, todo dia, a toda hora, através de um processo espontâneo e em massa. Por tudo isso, a ditadura do proletariado é necessária,

e a vitória sobre a burguesia torna-se impossível sem uma guerra prolongada, tenaz, desesperada, mortal; uma guerra que exige serenidade, disciplina, firmeza, inflexibilidade e uma vontade única.

A experiência da ditadura proletária triunfante na Rússia, repito, demonstrou, de modo palpável, a quem não sabe pensar ou a quem não teve oportunidade de refletir sobre esse problema, que a centralização incondicional e a disciplina mais severa do proletariado constituem uma das condições fundamentais da vitória sobre a burguesia.

Fala-se disso com frequência. Mas não se medita suficientemente sobre o que isso significa e sobre as condições em que isso se torna possível. Não conviria que as saudações entusiásticas ao Poder dos Soviets e aos bolcheviques fossem acompanhadas, *mais amiúde*, pela *mais séria análise* das causas que permitiram aos bolcheviques forjar a disciplina de que necessita o proletariado revolucionário?

O bolchevismo existe como corrente do pensamento político e como partido político desde 1903. Somente a história do bolchevismo em *todo* o período

de sua existência é capaz de explicar satisfatoriamente as razões pelas quais ele pôde forjar e manter, nas mais difíceis condições, a disciplina férrea, necessária à vitória do proletariado.

A primeira pergunta que surge é a seguinte: como se mantém a disciplina do partido revolucionário do proletariado? Como é ela comprovada? Como é fortalecida? Em primeiro lugar, pela consciência da vanguarda proletária e por sua fidelidade à revolução, por sua firmeza, seu espírito de sacrifício, seu heroísmo. Segundo, por sua capacidade de ligar-se, aproximar-se e, até certo ponto, se quiserem, de fundir-se com as mais amplas massas trabalhadoras, antes de tudo com as massas proletárias, mas *também com as massas trabalhadoras não proletárias*. Finalmente, pela justeza da linha política seguida por essa vanguarda, pela justeza de sua estratégia e de sua tática políticas, com a condição de que as mais amplas massas se convençam disso *por experiência própria*. Sem essas condições é impossível haver disciplina num partido revolucionário realmente capaz de ser o partido da

classe avançada, fadada a derrubar a burguesia e a transformar toda a sociedade. Sem essas condições, os propósitos de implantar uma disciplina convertem-se, inevitavelmente, em ficção, em frases sem significado, em gestos grotescos. Mas, por outro lado, essas condições não podem surgir de repente. Vão se formando somente através de um trabalho prolongado, de uma dura experiência; sua formação é facilitada por uma acertada teoria revolucionária que, por sua vez, não é um dogma e só se forma de modo definitivo em estreita ligação com a experiência prática de um movimento verdadeiramente de massas e verdadeiramente revolucionário.

Se o bolchevismo pôde elaborar e levar à prática com êxito, nos anos de 1917/1920, em condições de inaudita gravidade, a mais rigorosa centralização e uma disciplina férrea, deve-se simplesmente a uma série de particularidades históricas da Rússia.

De um lado, o bolchevismo surgiu em 1903 fundamentado na mais sólida base da teoria do marxismo. E a justeza dessa teoria revolucionária — e de nenhu-



ma outra — foi demonstrada tanto pela experiência internacional de todo o século XIX como, em particular, pela experiência dos desvios, vacilações, erros e desilusões do pensamento revolucionário da Rússia. No decurso de quase meio século, aproximadamente de 1840 a 1890, o pensamento de vanguarda na Rússia, sob o jugo do terrível despotismo do czarismo selvagem e reacionário, procurava avidamente uma teoria revolucionária justa, acompanhando com zelo e atenção admiráveis cada “última palavra” da Europa e da América nesse terreno. A Rússia tornou sua a única teoria revolucionária justa, o marxismo, em meio século de torturas e sacrifícios extraordinários, de heroísmo revolucionário nunca visto, de incrível energia e abnegada pesquisa, de estudo, de experimentação na prática, de desilusões, de comprovação, de comparação com a experiência da Europa. Graças à emigração provocada pelo czarismo, a Rússia revolucionária da segunda metade do século XIX contava, mais que qualquer outro país, com enorme riqueza de relações internacionais e excelente conhecimento

de todas as formas e teorias do movimento revolucionário mundial.

Por outro lado, o bolchevismo, surgido sobre essa granítica base teórica, teve uma história prática de quinze anos (1903/1917) sem paralelo no mundo, em virtude de sua riqueza de experiências. Nenhum país, no decurso desses quinze anos, passou, nem ao menos aproximadamente, por uma experiência revolucionária tão rica, uma rapidez e uma variedade semelhantes na sucessão das diversas formas do movimento, legal e ilegal, pacífico e tumultuoso, clandestino e declarado, de propaganda nos círculos e entre as massas, parlamentar e terrorista. Em nenhum país esteve concentrada, em tão curto espaço de tempo, semelhante variedade de formas, de matizes, de métodos de luta de todas as classes da sociedade contemporânea, luta que, além disso, em consequência do atraso do país e da opressão do jugo czarista, amadurecia com singular rapidez e assimilava com particular sofreguidão e eficiência a “última palavra” da experiência política americana e europeia.



ODE À REVOLUÇÃO

Vladimir Mayakovski*



A ti,
a quem silvaram
zombeteiras baterias;
a ti,
lacerada por ferro maldizente,
dedico entusiasmado,
entre saraivadas de impropérios,
odes solenes.
“Oh!”
Oh, feroz!
Oh, infantil!
Oh, avara!
Oh, colossal!
Que outros nomes te deram?
Que rosto mostrarás?
Serás esbelta obra
ou escombros frios e mortos?
Ao maquinista
coberto pelo pó do carvão
e ao mineiro que morde os veios
tributas o incenso
com unção,
louvando o trabalho dos homens.
E amanhã,
em vão São Basílio clamará,
seus guindastes e vigas

implorando clemência.
Teus canhões de focinho suíno
há muitos milênios o Krêmlin rebentam
O “Slava”
geme em sua viagem derradeira.
Lançam as sirenes afogados apitos.
Envia marinheiros
ao barco que se afunda,
onde,
esquecido,
mia um gato.
E então?
Gritavas, inebriada, em manada.
Ergo o bigode, bizarro, bravo,
E a coronhadas atiravas da ponte
encanecidos almirantes
de cabeça ao rio.
Lambes tuas feridas para estancá-las,
e vejo de novo tuas veias abertas.
— Três vezes maldita! —
diz o filisteu.
— Mil vezes gloriosa! —
te exalta o poeta.

1918

* Poeta e revolucionário russo – 1893-1930

Publicações da Editora Anita Garibaldi

**SOCIALISMO,
IDEAL DA CLASSE
OPERÁRIA,
ASPIRAÇÃO DE
TODOS OS POVOS**
João Amazonas
Cr\$ 3.000,00

**O TROTSQUISMO,
CORRENTE
POLÍTICA CONTRA-
REVOLUCIONÁRIA**
João Amazonas
Cr\$ 500,00

**O REVISIONISMO
CHINÊS DE MAO
TSETUNG**
João Amazonas
Cr\$ 2.000,00

**PELA LIBERDADE,
PELA
DEMOCRACIA
POPULAR**
João Amazonas
Cr\$ 2.000,00

**O
EUROCOMUNISMO
E ANTICOMUNISMO**
Enver Hoxha
Cr\$ 4.000,00

**RELATÓRIO AO
OITAVO
CONGRESSO DO
PTA**
Enver Hoxha
Cr\$ 2.000,00

**DISCURSO AOS
ELEITORES**
Enver Hoxha
Cr\$ 1.500,00

**EM DEFESA DOS
DIREITOS E DA
EMANCIPAÇÃO DA
MULHER**
Luíza Moraes
Cr\$ 1.500,00

NO PRELO:

***PROBLEMAS ECONÔMICOS DO SOCIALISMO NA URSS
DE J. STÁLIN***

OUTRAS PUBLICAÇÕES À VENDA NA EDITORA ANITA GARIBALDI:

Miséria da Filosofia (Karl Marx)	Cr\$ 4.200,00	O Trabalho do Partido Entre as Massas (V.I. Lênin).....	Cr\$ 4.000,00
Salário, Preço e Lucro (Karl Marx).....	Cr\$ 2.600,00	Que Fazer? (V.I. Lênin)	Cr\$ 6.800,00
Trabalho Assalariado e Capital (Karl Marx).....	Cr\$ 2.200,00	O Estado e a Revolução (V.I. Lênin) ..	Cr\$ 6.900,00
A Liberdade de Imprensa (Karl Marx). Cr\$	6.000,00	Três Fontes e Três Partes Constitutivas do Marxismo (V.I. Lênin).....	Cr\$ 3.900,00
Marx, o Homem, o Pensador, o Revo- lucionário (textos diversos sobre a vida e obra de Marx)	Cr\$ 7.100,00	Fundamentos do Leninismo (J. Stálin). Cr\$	6.100,00
Manifesto do Partido Comunista (Marx/Engels).....	Cr\$ 2.000,00	Materialismo Dialético e Materialismo Histórico (J. Stálin)	Cr\$ 3.000,00
Sobre Literatura e Arte (Marx Engels). Cr\$	5.200,00	O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial (J. Stálin)	Cr\$ 4.000,00
A Ideologia Alemã (Marx/Engels)	Cr\$ 5.600,00	El Imperialismo y La Revolucion (E. Hoxha).....	Cr\$ 4.000,00
A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (F. Engels).....	Cr\$ 6.300,00	Les Titistes (E. Hoxha).....	Cr\$ 3.000,00
Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico (F. Engels)	Cr\$ 4.300,00	Princípios Fundamentais do Marxismo (Plekhanov).....	Cr\$ 5.100,00
O Anti-Duhring (F. Engels).....	Cr\$ 9.800,00	Perfiles de Albânia (Aspectos gerais sobre a Albânia).....	Cr\$ 15.000,00
Dialética da Natureza (F. Engels)	Cr\$ 9.500,00	Socialismo na Albânia (J. Sautchuk) ...	Cr\$ 8.800,00
Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo (V.I. Lênin).....	Cr\$ 6.900,00	História da Ação Popular (H. Lima/A. Arantes).....	Cr\$ 9.000,00
Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo (V.I. Lênin).....	Cr\$ 6.200,00	História do PC (b) da URSS	Cr\$ 2.000,00
Como Iludir o Povo (V.I. Lênin)	Cr\$ 2.800,00	Greves Operárias na Bahia (Renildo Souza).....	Cr\$ 1.500,00
Sobre os Sindicatos (V.I. Lênin).....	Cr\$ 4.000,00		

Tribuna Operária

Cinco Anos de luta contra
o regime militar,
pela liberdade,
pela
independência
nacional e
pelo
socialismo.



Leia e Assine